

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS 2011



Presidente:

Jurandir Vieira Santiago

Diretores:

Fernando Passos
Isidro Moraes de Siqueira
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Wellington Santos Damasceno, em exercício

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular:

Luísa Vaz



Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iracly Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos
Felipe Pinto da Silva – Bolsista

Colaboradores:

Alan Coelho Silva
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Antônio Rony Davi de Sousa
Cláudio Pereira Bentemuller
Cristiane Garcia Barbosa
Francisco Raimundo Evangelista
Francisco Ribeiro Barroso
Francisco Tadeu Bitu Feitosa
João Bosco Ximenes Carmo
José Wellington Tomas
Luísa Maria Tessman
Máximo Antônio Cavalcante Sales
Pedro Pucci de Mesquita
Gilvan Farias dos Santos – Bolsista
João Mairton de Moura – Consultor Externo
Monalisa Lopes Pegado – Contratada
Renata Pinheiro da Rocha – Bolsista
Roberto Alves Gomes – Consultor Externo

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	10
PREFÁCIO	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	14
3. A EXECUÇÃO DO FNE	20
3.1 Contratações Setoriais.....	26
3.1.1 Setor Rural	27
3.1.2 Setor Agroindustrial.....	41
3.1.3 Setor Industrial	43
3.1.4 Setor Turismo.....	46
3.1.5 Setor Infraestrutura	48
3.1.6 Setor Comercial e Serviços.....	51
3.2 Valores Programados e Valores Realizados	54
3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE.....	58
3.3.1 Contratações por Estado.....	58
3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido	63
3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário.....	70
3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE	75
3.4 Repasses do FNE a Outras Instituições	77
3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE	84
3.5.1 Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades):	85
3.5.2 Prioridades Espaciais.....	96
3.6 O FNE no Contexto da PNDR	97
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE.....	118
4.1 Avaliação dos Impactos dos Investimentos do FNE na Geração de Emprego no Período de 2000 a 2008.....	118
4.1.1 O Mercado de Trabalho no Brasil.....	120
4.1.2 Mercado de Trabalho na Região Nordeste	122
4.1.3 Impactos dos Investimentos do FNE no Nível de Emprego	124
4.2 Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	130
4.2.1 Aspectos Gerais.....	130
4.2.2 Análises de impacto do FNE sobre o emprego, a massa salarial e o salário médio.....	131
4.2.3 Impacto Geral.....	132
4.2.4 Conclusões	139
4.3 Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo.....	140

4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE em 2011	151
4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	152
4.4.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2011	154
5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL	158
5.1 Inadimplemento das Operações	158
5.2 Recuperação de Crédito	160
5.3 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989.....	161
6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	162
6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no ano 2011	162
6.2 Principais Ocorrências	163
7. RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO n. 10/2012 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	165
REFERÊNCIAS	169
ANEXOS	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil	17
Tabela 2 – FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira - Exercício de 2011	20
Tabela 3 – FNE - Prospecção de Negócios - Posição: 31.12.2011.....	23
Tabela 4 – FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - Exercício de 2011 ..	24
Tabela 5 – FNE - Ingressos Mensais de Recursos - Exercício de 2011	24
Tabela 6 – FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades - Exercício de 2011	25
Tabela 7 – FNE - Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾ - Período: 1998 a 2011	27
Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – 2011	28
Tabela 9 – FNE - Setor Rural - Contratações (1) Estaduais - Exercício de 2011	32
Tabela 10 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf - Exercício de 2011	36
Tabela 11 – FNE Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2011	41
Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2011	42
Tabela 13 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial – Exercício de 2011	45
Tabela 14 – FNE - Setor Industrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2011	46
Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2011	47
Tabela 16 – FNE - Setor Turismo– Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2011	48
Tabela 17 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011	50
Tabela 18 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011	50
Tabela 19 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011	51
Tabela 20 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2011	52
Tabela 21 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2011.....	53
Tabela 22 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2011.....	54
Tabela 23 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Exercício de 2011.....	54
Tabela 24 – FNE - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões – Exercício 2011	58
Tabela 25 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ e Demanda de Recursos por Estado - Exercício de 2011	59

Tabela 26 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado - Período: 1989 a 2011	60
Tabela 27 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários - Exercício de 2011	60
Tabela 28 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2011	62
Tabela 29 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB ⁽³⁾⁽⁴⁾ dos Estados - Exercício de 2011	63
Tabela 30 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região - Período: 1989 a 2011	63
Tabela 31 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região - Exercício de 2011.....	64
Tabela 32 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região (Realocando contratações do Estado do Maranhão) - Exercício de 2011	66
Tabela 33 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2011.....	72
Tabela 34 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor - Exercício de 2011	74
Tabela 35 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Exercício de 2011..	75
Tabela 36 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2011	76
Tabela 37 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Exercício de 2011.....	76
Tabela 38 - FNE - Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ - Exercício de 2011.	77
Tabela 39 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações exercício 2011.....	78
Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações exercício 2011.....	78
Tabela 41 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício 2011	79
Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício 2011	80
Tabela 43 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício 2011	80
Tabela 44 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Infraestrutura – Exercício 2011.....	81
Tabela 45 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício 2011	81
Tabela 46 – FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor – Exercício 2011	82
Tabela 47 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício 2011	82
Tabela 48 – FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício 2011	83
Tabela 49 – FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício 2011.....	83

Tabela 50 – FNE - Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Município – Exercício 2011	84
Tabela 51 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2011	85
Tabela 52 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos de Infraestrutura – Exercício de 2011	86
Tabela 53 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Exercício de 2011	86
Tabela 54 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC – Exercício de 2011	87
Tabela 55 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos Relacionados à Ovinocaprinocultura, à Bovinocultura e à Avicultura – Exercício de 2011	87
Tabela 56 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados ¹ em Fruticultura Irrigada ² – Exercício de 2011	88
Tabela 57 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos de Floricultura, Apicultura, Aquicultura e Pesca – Exercício de 2011	89
Tabela 58 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos de Produção de Grãos – Exercício de 2011	90
Tabela 59 – FNE – Contratações em Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Exercício de 2011	91
Tabela 60 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos da Indústria Química – Exercício de 2011	92
Tabela 61 – FNE – Contratações em Projetos da Indústria Metal-Mecânica, Siderúrgica e Minerais Não metálicos - Exercício de 2011	92
Tabela 62 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos relacionados ao Turismo – Exercício de 2011	93
Tabela 63 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2011	94
Tabela 64 – FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais, Petróleo e Gás Natural - Exercício de 2011	95
Tabela 65 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Projetos de Serviços de Manutenção para Metal – Mecânica – Exercício de 2011	95
Tabela 66 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados ⁽²⁾ Públicos – Exercício de 2011	96
Tabela 67 – FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ por Tipologia PNDR – Exercício de 2011	98
Tabela 68 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte – Exercício de 2011	101
Tabela 69 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor – Exercício de 2011	103
Tabela 70 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado – Exercício de 2011	104
Tabela 71 – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região – Exercício de 2011	106
Tabela 72 – FNE - Projetos Contratados ¹ nas Mesorregiões SPR ² – Exercício de 2011	107

Tabela 73 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2011	110
Tabela 74 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2011	111
Tabela 75 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2011	112
Tabela 76 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2011	114
Tabela 77 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município – Exercício de 2011	115
Tabela 78 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor – Exercício de 2011	116
Tabela 79 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina - Por Município – Exercício de 2011	116
Tabela 80 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Exercício de 2011	117
Tabela 81 – Estoque de Empregos Formais - Regiões / Brasil - 31 de dezembro / 2000 - 2008	120
Tabela 82 – Empregos Formais - Estados do Nordeste - 31 de dezembro / 2000-2008	122
Tabela 83 – Saldo de emprego das empresas financiadas pelo FNE, das não-financeiadas e do total das empresas, segundo o porte dos estabelecimentos - Região Nordeste - 2000 – 2008	125
Tabela 84 – Composição dos desembolsos e do número de empresas financiadas, pelo FNE, segundo o recurso médio, aplicado por empresa – Região Nordeste – 2000 a 2008	127
Tabela 85 – Índice de base móvel do crescimento do estoque de emprego das empresas que receberam financiamento do FNE, daquelas não-financeiadas - Estados do Nordeste - 2001 – 2008	127
Tabela 86 – Composição dos desembolsos do FNE, por atividade econômica - Região Nordeste – 2000 a 2008	128
Tabela 87 – Índice acumulado do crescimento do estoque de emprego das empresas financiadas pelo FNE e o das não financiadas - Região Nordeste - 2000 – 2008	129
Tabela 88 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), no Crescimento na Massa Salarial (%) e Crescimento no Salário Médio (%), Após Cinco Anos da Contratação.	132
Tabela 89 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.....	133
Tabela 90 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.	134
Tabela 91 – Impacto do FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.	135

Tabela 92 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.....	136
Tabela 93 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%),.....	136
Tabela 94 – Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio (%), segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.....	137
Tabela 95 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.....	138
Tabela 96 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.....	138
Tabela 97 – Impacto FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.....	139
Tabela 98 – Características Socioeconômicas (dentro e fora do semiárido) .	141
Tabela 99 – Valor da Produção Agrícola (dentro e fora do semiárido).....	143
Tabela 100 – Valor do Rebanho.....	144
Tabela 101 – Valor do Rebanho (dentro e fora do semiárido).....	144
Tabela 102 – Fração de Clientes que Possuem Seguro	147
Tabela 103 – Fração de Clientes que Possuem Seguro (dentro e fora do semiárido)	148
Tabela 104 – Avaliação dos Clientes do Programa sobre os Juros dos Empréstimos	149
Tabela 105 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE - 2011 ¹	155
Tabela 106 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE Por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – 2011 ¹	157
Tabela 107 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 31.12.2011.....	158
Tabela 108 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 31.12.2011	159
Tabela 109 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2011	159
Tabela 110 – FNE - Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2011	160
Tabela 111 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Exercício 2011.....	161

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010..	15
Quadro 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste	
.....	19
Quadro 3 - Definição de porte de beneficiários (R\$ 1,00)	70
Gráfico 1 – FNE - Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2010 e 2011	25
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano.....	38
Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R\$ Mil).....	38
Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos	39
Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)	39
Gráfico 6 – Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial	55
Gráfico 7 – Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura.....	56
Gráfico 8 – Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços	56
Gráfico 9 – Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais	57
Gráfico 10 – Variação relativa dos empregos gerados, por subsetor de atividade econômica – RAIS / 2007 / 2008	121
Gráfico 11 – Variação do nível de emprego do ano de 2008, em comparação ao de 2007 – Regiões do Brasil.	122
Gráfico 12 – Concentração dos rendimentos do trabalho, segundo as faixas de salário mínimo – Região Nordeste – 2000 / 2008.	124
Gráfico 13 – Aquisição de Bens duráveis (Semiárido)	142
Gráfico 14 – Posse de meio de transporte (Semiárido).....	143
Gráfico 15 – Fração de indivíduos com conta bancária	145
Gráfico 16 – Fração de indivíduos com conta bancária (2010)	146
Gráfico 17 – Fração de indivíduos que conseguem poupar	147
Gráfico 18 – Número de visitas de assessores de créditos recebidas pelos clientes.....	150
Gráfico 19 – Opinião dos clientes a respeito da utilidade das visitas de assessores de créditos (% que consideram as visitas úteis)	150
Gráfico 20 – Avaliação dos clientes com relação às visitas de técnicos agrícolas e veterinários (% que consideram as visitas úteis)	151
Gráfico 21 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no ano 2011	163
Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.....	14
Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.	99
Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB.....	108

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2011.

Além de informações sobre a execução do Fundo, estão incorporados neste relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até dezembro de 2011, o montante de R\$ 94,3 bilhões¹. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura localizados nos onze estados da área de atuação do BNB.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da região Nordeste.

Assim, esperamos que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

José Narciso Sobrinho
Superintendente do ETENE

¹ Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2011. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2011.

1. INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste.

O presente Relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no ano de 2011, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Assim, observa-se que as operações contratadas com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 11,1 bilhões, representando 439.819 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no final do ano 2011, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 2,1 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 3,0 bilhões.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 3,9 bilhões ou 35,3% do total contratado pelo FNE no ano 2011, enquanto o setor Comércio e Serviços contratou R\$ 2,5 bilhões (22,3% do total contratado) e o Setor de Infraestrutura foi contemplado com R\$ 2,0 bilhões (17,7% do total contratado). O Setor Industrial obteve R\$ 1,9 bilhão (17,2% do total contratado), o Setor de Turismo recebeu R\$ 496,5 milhões (4,5% do total contratado) e o Setor Agroindustrial 336,9 milhões (3,0%).

As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 4,1 bilhões, de modo que mais de 816 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste, no ano 2011.

Os mini, os micro, os pequenos e os pequeno-médios empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 5,2 bilhões. Quase 1,3 milhão de beneficiários do FNE, no ano 2011, pertenciam a essa categoria.

A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R\$ 1,3 bilhão. Os financiamentos do FNE beneficiaram mais de 1,2 milhão de pessoas pertencentes a esse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em todos os 1.990 municípios que formam esta área.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, acredita-se que as contratações realizadas no ano de 2011 pelo FNE possam gerar para a região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 25,7 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 14,6 bilhões; geração de 1,0 milhão de ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 4,2 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 3,7 bilhões. Ressalte-se

que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente relatório está dividido em seis capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste**, apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para a compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Em sequência, o capítulo **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE**, faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, bem como dos resultados preliminares de três avaliações em curso, a saber: i) Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE na geração de emprego no período de 2000 a 2008; ii) Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); iii) Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo.

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo do ano 2011, as principais ações e ocorrências.

2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², o equivalente a 19,5% do território nacional. A região possui uma expressiva área semiárida (Figura 1), com 986,9 mil km², que se estende do Piauí à Bahia. De acordo com os dados do Censo 2010, o Nordeste conta com uma população de 53,1 milhões de habitantes, o que representa 27,8% da população brasileira. Registrou-se, na última década, uma taxa de crescimento populacional anual de 1,08%, na comparação com o Censo 2000, inferior à da população brasileira, que foi de 1,18%.

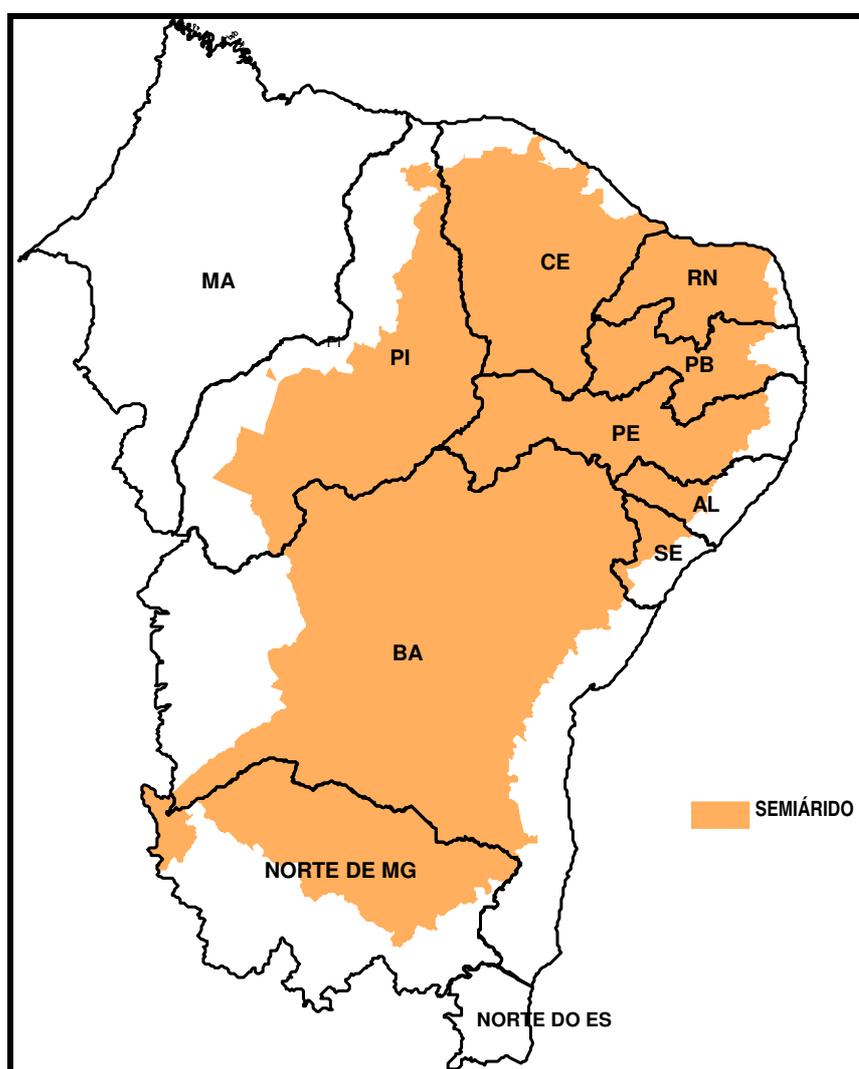


Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.

Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

A redução do ritmo de crescimento da população nordestina, dentre outros fatores, tem ocorrido em função da queda na taxa de fecundidade, que passou de uma média de 3,7 filhos por mulher, em 1991, para 2,0 filhos por

mulher em 2010, segundo dados censitários. Esse comportamento representou uma redução na taxa de 45,8%, para o Nordeste frente a uma redução de 34,7% no mesmo período para o Brasil.

A esperança de vida ao nascer no Nordeste ainda está abaixo daquela verificada nas demais regiões do País, mas o seu crescimento acompanhou o ritmo nacional a partir de 1991, representando 93,6% do indicador brasileiro. Dessa forma, sendo a esperança de vida ao nascer do Brasil de 73,5 anos, conforme o Censo 2010, espera-se² que o mesmo indicador, para o Nordeste, seja de 70,8 anos. A taxa de mortalidade infantil, em 2009³, estava em 33,2 por mil, frente a 22,5 para o Brasil, cabendo o destaque de que a região a fez diminuir em 53,6%, de 1991 para 2009, enquanto a redução registrada para o País foi menor: 50,2%. Em relação à taxa bruta de mortalidade (frequência com que ocorrem os óbitos em uma população), o progresso nordestino foi ainda mais notável: a região reduziu-a em 30,2%, passando de 9,4%, em 1991, para 6,6% em 2009, enquanto o indicador nacional reduziu-se em apenas 13,8%, passando de 7,3% para 6,3% em 2009.

A razão de dependência total do Nordeste, medida que expressa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade), segundo dados da PNAD 2009, era de 52,7% enquanto a do Brasil era de 47,2%. Vê-se, portanto, que existiam aproximadamente 53 inativos para cada 100 ativos no Nordeste. Em 1991, esses percentuais eram de 87,5% e 72,5%, respectivamente⁴. A razão de dependência diminuiu mais no Nordeste (-39,8%) do que no Brasil (-34,9%) de 1991 para 2009.

Quadro 1 – Indicadores Demográficos do Brasil e do Nordeste, 1991 e 2010

Indicadores	1991	2010	Var %
Taxa de fecundidade - Brasil (filhos/mulher)	2,9	1,9	-34,7
Taxa de fecundidade - Nordeste (filhos/mulher)	3,7	2,0	-45,8
Esperança de vida ao nascer - Brasil (anos)	65,8	73,5	11,7
Esperança de vida ao nascer - Nordeste (anos)	66,8	70,8	6,1
Mortalidade infantil - Brasil (por mil)	45,2	22,5 (*)	-50,2
Mortalidade infantil - Nordeste (por mil)	71,5	33,2 (*)	-53,6
Taxa bruta de mortalidade - Brasil (%)	7,3	6,3 (*)	-13,8
Taxa bruta de mortalidade - Nordeste (%)	9,4	6,6 (*)	-30,2
Razão de dependência total - Brasil (%)	72,5	47,2 (*)	-34,9
Razão de dependência total - Nordeste (%)	87,5	52,7 (*)	-39,8

(*) 2009

Fonte: IBGE (Censos Demográficos e PNAD).

² O IBGE já divulgou a estatística para o Brasil, mas não liberou as informações regionais.

³ Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2003/a16uft.htm>, com base na PNAD 1991.

⁴ IBGE-PNAD.

A existência de uma menor carga de dependência (como se descortina para o Brasil e para o Nordeste) se traduzirá em oportunidades, na medida em que existem expectativas de aumento da poupança doméstica e, portanto, crescimento da oferta de capital, que aliada a uma oferta maior de trabalho (projetada pela queda na razão de dependência) pode traduzir-se em aceleração do crescimento econômico. Esse fenômeno é denominado bônus demográfico e deverá acontecer primeiro para o Brasil e, depois (mas não muito depois, posto que a razão de dependência vem diminuindo mais rapidamente na região do que no País) para o Nordeste. Tal defasagem permite ao Nordeste planejar melhor e realizar investimentos para que essa oportunidade não seja desperdiçada, aumentando a relevância do FNE nos anos vindouros.

Essas mudanças no quadro demográfico nordestino evidenciam a importância de estratégias públicas adequadas à região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, principalmente no que diz respeito a investimentos em estradas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, qualidade da educação, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste apresentou expressivo crescimento entre 1970 e 1980, período em que o PIB regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a., tendo acompanhado a taxa de crescimento média do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na crise fiscal e financeira do País e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento (ALBUQUERQUE, 2002).

No período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, pelo menos na primeira década, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superando o desempenho do país, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial de 2008, as taxas de crescimento do PIB reduziram-se significativamente no Brasil e no Nordeste, em 2009 (Tabela 1). Entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação econômica.

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	4,8	6,1
2008	5,5	5,1
2009	-0,1	-0,6
2010 ⁽¹⁾	8,3	7,5
2011-2020 ⁽¹⁾	5,3	4,9

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1985 a 2010 para o Brasil e 1985 a 2009 para o Nordeste.

Nota (1): Estimativas do BNB-ETENE: 2010 para o Nordeste e projeções 2011 a 2020 para o Brasil e Nordeste.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se nos últimos 50 anos um intenso processo de modernização. Em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2009, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (68,9%), Indústria (23,7%) e Agropecuária (7,4%) (BRASIL, 2006; IBGE, 2010). Nesse sentido, a estrutura econômica nordestina aproximou-se da nacional, onde as participações setoriais são: Comércio/Serviços (67,5%); Indústria (26,8%) e Agropecuária (5,6%).

Esse aumento da participação da indústria no PIB do Nordeste teve como destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal mecânico, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Atividades que praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX, conforme já assinalado por ALBUQUERQUE (2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e/ou dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, *shopping centers* e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras (BRASIL, 2005).

Assim, o crescimento da indústria e, principalmente, dos serviços superou o crescimento da agropecuária, de forma que a participação relativa desses setores no total da economia do Nordeste modificou-se. A infraestrutura

do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora a região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de *softwares* e demais produtos de tecnologia da informação.

A combinação dos comportamentos da população e do PIB, é importante mencionar, fizeram com que a Região registrasse um aumento de 35,6% no PIB per capita, em termos reais, no período 1991-2009. O PIB per capita do Nordeste, de R\$ 6.025,00 em 1991, passou para R\$ 8.168,00 em 2009 (a preços de 2009), representando 48,3% do PIB *per capita* nacional.

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) estima que, em função de alguns fatores conjunturais favoráveis, como a política de crédito expansionista maior no Nordeste do que no resto do país; a valorização do salário-mínimo (SM), a evolução regional do emprego formal e da qualidade do trabalho; e o processo de ascensão social recente, associados aos programas sociais do Governo Federal e aos investimentos públicos e privados em implantação na Região, a renda da economia nordestina continuará crescendo e se aproximando, em termos *per capita*, da média do País.

O Nordeste obteve melhorias em seus indicadores sociais no período recente. De acordo com o IBGE, a taxa de analfabetismo na região diminuiu de 37,6% para 19,1,% entre 1991 e 2010. Apesar desse avanço, o Nordeste é, ainda, a região brasileira com o maior número de analfabetos: 53,3% das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade do Brasil estão no Nordeste. Entretanto, a taxa de escolarização regional praticamente alcançou a nacional (96,9% para o Brasil e 96,8% para o Nordeste).

Nos indicadores de saneamento básico destaca-se também o avanço regional mais rápido do que o nacional, no período recente, significando redução das disparidades:

Quadro 2 – Indicadores de Saneamento do Brasil e do Nordeste, 2000 e 2010

Percentual de domicílios	2000	2010	Var %
com canalização interna de água - Brasil	77,8	82,9	6,5
com canalização interna de água - Nordeste	66,4	76,6	15,4
urbanos com coleta do lixo - Brasil	92,1	97,4	5,7
urbanos com coleta do lixo - Nordeste	82,4	93,7	13,7
ligados à rede coletora de esgotamento sanitário - Brasil	47,2	55,5	17,5
ligados à rede coletora de esgotamento sanitário - Nordeste	25,1	34,0	35,4

Fonte: IBGE (Censos)

A mudança nesses indicadores sociais propiciou uma melhoria na principal medida de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de apenas 0,601 em 1991, passou para 0,749 em 2007 (BRASIL, 2009), registrando um crescimento de 24,6%, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 15,6% (passou de 0,706 em 1991 para 0,816 em 2007⁵). No entanto, apesar desse crescimento, os estados nordestinos continuam com o IDH inferior ao dos demais estados do Brasil, ocupando as nove últimas posições no *ranking* nacional.

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza existente no Nordeste, a região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional.

⁵ Ressalte-se que o cálculo do IDH dos estados e municípios depende da divulgação dos PIB estaduais e municipais, o que só ocorreu no final de 2011, pelo que ainda não se dispõe do IDH 2009. Para 2007, estamos utilizando as projeções do Banco Central do Brasil, disponíveis em <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf>.

3. A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no exercício de 2011 somaram R\$ 11,1 bilhões, registrando um incremento de 3,1% em relação ao exercício de 2010, ocasião em que foram contratados R\$ 10,8 bilhões⁶ (Tabela 2).

Nesses valores estão acrescidas as contratações feitas através do Art. 9º - A da Lei nº 7.827/89, que autoriza o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais aos próprios bancos administradores, para que estes realizem operações de crédito em nome próprio e com risco exclusivo.

Alguns setores apresentaram crescimento das aplicações, em relação ao ano de 2010: Agroindustrial (52,7%), Comércio e Serviços (24,5%), Turismo (11,0%) e Rural (6,8%). Por outro lado, os setores de Infraestrutura e Industrial apresentaram decréscimo de 2,9% e 20,9%, respectivamente, em relação a 2010 (Tabela 2).

Tabela 2 – FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira - Exercício de 2011

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	417.600	1.250.098	3.906.666	35,3	458.145
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	12.850	35.883	2.498.546	22,5	353.701
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	5.972	17.916	109.304	1,0	4.898
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	367.084	1.101.252	775.816	7,0	27.510
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	1.324	3.972	4.038	0,0	27
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	30.110	90.330	444.473	4,0	30.965
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	207	593	61.066	0,6	35.972
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	44	127	5.018	0,1	4.723
FNE Profrota Pesqueira - Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	9	25	8.405	0,1	349
AGROINDUSTRIAL	250	250	336.875	3,0	57.721
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	123	123	318.001	2,9	54.834

⁶ Incluído repasse ao BNB, conforme Art. 9-A da Lei nº 7.827/89.

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	127	127	18.874	0,2	2.879
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	-	-	-	-	8
INDUSTRIAL	2.548	2.548	1.912.182	17,2	357.784
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	458	458	1.703.214	15,4	292.838
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	3	3	3.850	0,0	952
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	2.032	2.032	201.991	1,8	62.188
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	6	6	2.807	0,0	1.800
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	49	49	320	-	6
TURISMO	286	286	496.511	4,5	200.443
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	35	35	412.375	3,7	166.744
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	249	249	84.125	0,8	33.699
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	2	2	11	-	-
INFRA-ESTRUTURA	22	22	1.961.311	17,7	314.607
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	15	15	1.390.899	12,5	314.607
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	7	7	570.412	5,1	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	19.113	19.113	2.477.109	22,3	689.118
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	1.619	1.619	1.338.152	12,1	458.032
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	3	3	8.435	0,1	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	11	11	1.064	0,0	9
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	17.128	17.128	1.126.998	10,2	230.822
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	352	352	2.460	0,0	255
Total	439.819	1.272.317	11.090.654	100,0	2.077.818

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

A distribuição percentual dos recursos manteve-se, praticamente, inalterada entre 2010 e 2011. O Setor Rural foi o que mais absorveu recursos do FNE em 2011 (35,3%), em comparação com 34,0% em 2010.

O Setor de Comércio e Serviços, que ficara com a quarta maior parcela de recursos em 2010 (18,4%), aumentou sua participação para 22,3% em

2011, subindo para a segunda posição (Tabela 7). Neste Setor, o Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (FNE – Comércio e Serviços) e o Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS) aplicaram, respectivamente, R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,1 bilhão, que representam em conjunto 99,5% das aplicações no setor.

No caso do Setor de Infraestrutura, pôde-se observar uma leve redução da sua participação no volume de contratações, de 18,8% em 2010 para 17,7% em 2011, quando ficou em 3º lugar em volume de absorção de recursos.

A participação do Setor Industrial atingiu 17,2% (4º lugar), reduzindo sua participação em relação ao ano anterior, quando absorvera 22,5% dos recursos e ficara em 2º lugar.

O Setor Turismo, em 2011, atingiu 4,5% (5º lugar), mantendo-se na mesma posição em relação ao ano anterior (2010), quando absorvera 4,2% dos recursos.

Vale ressaltar que até o exercício de 2010 os setores Industrial e Turismo eram analisados conjuntamente. A partir do Relatório de Resultados e Impactos relativo ao primeiro semestre de 2011 os setores passaram a ser analisados separadamente, permitindo a identificação e qualificação das variações em cada um deles.

O Setor Agroindustrial aumentou sua participação entre os dois períodos, de 2,1% para 3,0%, mantendo a mesma posição, entre os dois anos, no critério de absorção de recursos, em 6º lugar (Tabela 2).

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o exercício de 2011 apresentou importantes resultados, destacando-se o apoio às MPE's. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes para o entendimento do desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados são acompanhados do contínuo esforço e do BNB em ações e no aprimoramento de seus processos de crédito, dentre as quais se destacam: i) o maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. Cenário econômico favorável, havendo otimismo nos bons indicadores das economias brasileira e regional.
3. O Pronaf obteve incremento nas aplicações e continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no ano de 2011; a ampliação nas

aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do exercício de 2011, o estoque de propostas em carteira (em análise e/ou em fase de contratação) totalizou mais de R\$ 2,1 bilhões (Tabela 2). Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 33,2% no Setor Comercial e Serviços; 22,0% no Setor Rural; 17,2% no Setor de Indústria; 15,1% no Setor de Infraestrutura; 9,6% no Setor de Turismo; e 2,8% no Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R\$ 2,1 bilhões refere-se apenas às propostas que já se encontram em tramitação no BNB (Tabela 2).

Além das propostas em carteira, existem prospecções de negócios da ordem de R\$ 3,0 bilhões, destacando-se como estados com maiores volumes de prospecções por ordem: Ceará (R\$ 693,1 milhões), Pernambuco (R\$ 670,3 milhões), Bahia (R\$ 577,2 milhões) e Paraíba (R\$ 277,7 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram em 31.12.2011, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões, representando 73,0% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE - Prospecção de Negócios - Posição: 31.12.2011

Valores em R\$ mil	
Estados	Projetos em Negociação ^{(1) (2)}
Alagoas	215.473
Bahia	577.194
Ceará	693.092
Espírito Santo	-
Minas Gerais	72.064
Maranhão	131.406
Paraíba	277.725
Pernambuco	670.260
Piauí	67.281
Rio Grande do Norte	51.483
Sergipe	84.592
Extrarregionais	197.533
Total	3.038.103

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo passou de R\$ 33,3 bilhões, em 31.12.2010, para R\$ 37,7 bilhões em 31.12.2011 apresentando crescimento nominal de 13,3%. Referido acréscimo decorreu dos ingressos de recursos

oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - Exercício de 2011

Valores em R\$ mil	
(1) Até 31.12.2010	33.326.631
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	32.938.613
. Resultados Acumulados	388.018
(2) No Exercício de 2011	4.420.831
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	5.030.561
. Resultado do Exercício	(608.483)
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(1.247)
Patrimônio Líquido em 31.12.2011 (1) + (2)	37.747.462

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No exercício de 2011, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R\$ 5,0 bilhões (Tabela 4 e Tabela 5), com acréscimo de 23,2% em relação ao exercício de 2010, cujos repasses totalizaram cerca de R\$ 4,1 bilhões. No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos em 2011 foram maiores que os observados em 2010 durante todos os meses do ano.

Tabela 5 – FNE - Ingressos Mensais de Recursos - Exercício de 2011

Valores em R\$ mil		
Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	456.738	456.738
Fevereiro	492.028	948.766
Março	321.232	1.269.998
Abril	425.792	1.695.790
Maiο	488.721	2.184.511
Junho	441.105	2.625.616
Julho	375.237	3.000.853
Agosto	387.064	3.387.917
Setembro	309.005	3.696.922
Outubro	406.166	4.103.088
Novembro	429.066	4.532.154
Dezembro	498.407	5.030.561

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

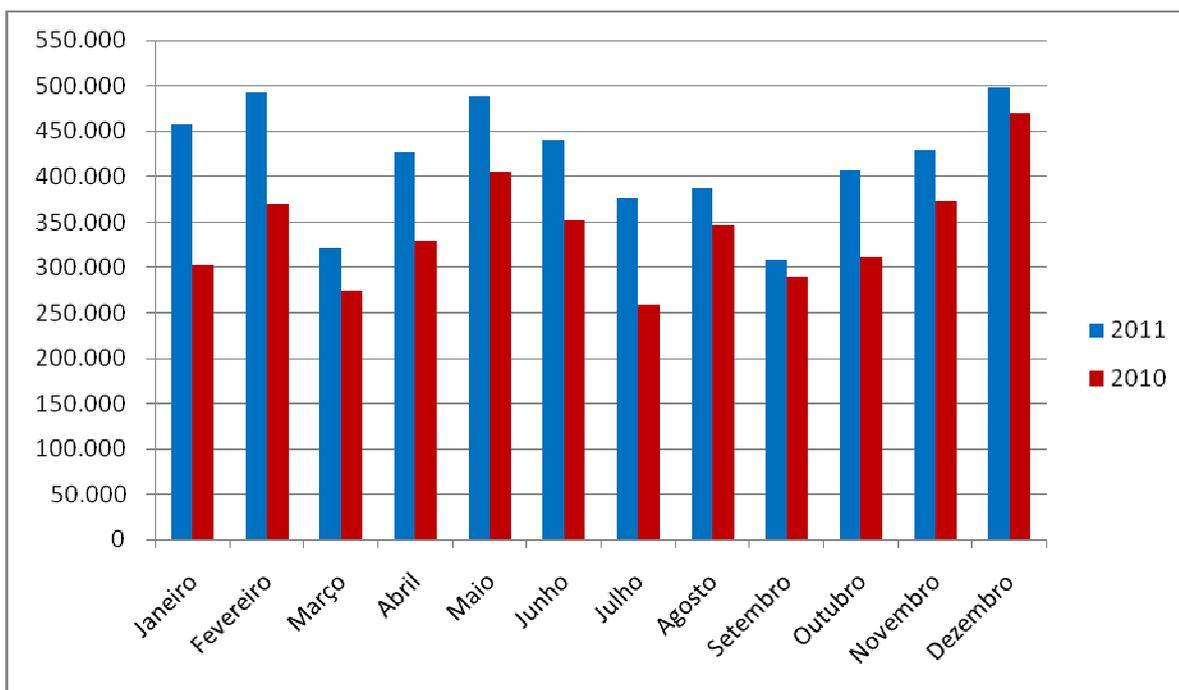


Gráfico 1 – FNE - Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2010 e 2011

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 6,2 bilhões em 2010, para R\$ 7,0 bilhões, em 2011, com incremento nominal de 14,0%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do exercício de 2011, de 25,3% em relação ao final do exercício de 2010. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 4,6 bilhões ao final de 2011, dos quais R\$ 3,0 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, restando, pois, R\$ 1,6 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6 – FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades - Exercício de 2011

	Valores em R\$ mil
Disponibilidades em 31.12.2010	3.653.134
Disponibilidades para Novas Contratações	1.896.520
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	1.756.614
Disponibilidades em 31.12.2011	4.576.207
Disponibilidades para Novas Contratações	1.593.026
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.983.181
Variação das Disponibilidades	923.073
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.030.561
- Remuneração das Disponibilidades	445.077
- Reembolsos Ops. Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	7.032.972
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	220.721
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	134.074
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	1.177

- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	4.626
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	2.696
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	461
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	22.113
- Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	1.909
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repasse Outras Instituições	(9.957.670)
- Taxa de Administração	(993.540)
- Del credere do BNB - Repasses Lei 7.827 Art. 9º A	(49.602)
- Del credere do BNB - Demais Operações	(773.169)
- Del credere Instituições Operadoras	(3.781)
- Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(81.806)
- Prêmio de Performance do BNB sobre operações PRONAF	(169)
- Despesa Auditoria Externa	(73)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(13)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(165)
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(8.529)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(1.016)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(16.044)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(22.465)
- Bônus Adimplência Ops. Repasses BNB - Art. 9º A Lei 7.827	(12.889)
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	(33.510)
- Dispensa/Remissão/Rebate Outras Operações - Lei 12.249 - Ônus FNE	(15.488)
- Outros Eventos	(3.385)
Total	923.073

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 Contratações Setoriais

Acompanhando as modificações na estrutura econômica regional, observa-se uma tendência à desconcentração setorial dos recursos. O Setor Rural continua sendo o mais representativo nas contratações do FNE, mas vem modificando sua participação relativa, quando comparado aos demais setores. Assim é que 35,3% do total contratado foram investidos no Setor Rural (Tabela 7) , contra 34,0% aplicados em 2010.

Tabela 7 – FNE - Participação Setorial nas Contratações⁽¹⁾ - Período: 1998 a 2011

Em Porcentagem

Exercício	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraes- trutura	Comércio e Serviços	Total
1998	85,8	1,2	13,0	-	-	100,0
1999	78,3	0,9	20,8	-	-	100,0
2000	69,6	1,0	29,4	-	-	100,0
2001	48,6	2,1	47,6	-	1,7	100,0
2002	76,3	0,6	13,7	-	9,4	100,0
2003	45,1	2,1	43,4	-	9,4	100,0
2004	40,4	1,4	16,9	23,8	17,5	100,0
2005	50,4	3,4	23,4	13,2	9,6	100,0
2006	50,5	2,7	22,5	9,3	15,0	100,0
2007	48,6	3,0	17,0	10,3	21,1	100,0
2008	36,2	3,5	22,8	16,9	20,6	100,0
2009	32,4	4,2	20,2	19,3	23,9	100,0
2010	34,0	2,1	26,7	18,8	18,4	100,0
2011	35,3	3,0	21,7	17,7	22,3	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto aos demais setores, observa-se uma alternância nas posições nos últimos anos, demonstrando a forte participação desses setores na economia do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. No ano de 2011, o Setor Comércio e Serviços foi o segundo no ranking das aplicações setoriais (22,3%) (Tabela 7).

Nas próximas seções, será analisado de forma detalhada o desempenho de cada setor no ano de 2011.

3.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no exercício de 2011, totalizaram cerca de R\$ 3,9 bilhões, representando 35,3% das aplicações do FNE, com incremento de 6,8% em relação ao ano de 2010 (R\$ 3,7 bilhões). O incremento verificado refletiu-se no aumento da participação relativa do setor no período em análise, em relação ao mesmo período de 2010, que passou de 34,0% para 35,3% (Tabela 7).

Quanto às propostas em carteira, em 31.12.2011, estas apresentaram redução de 15,3% em relação ao final do ano anterior, totalizando R\$ 458,1 milhões (Tabela 2).

Registre-se ainda que o FNE Setor Rural (excluindo o Pronaf) registrou aplicação da ordem de R\$ 2,6 bilhões em 2011 (Tabela 2). Esse valor é aproximadamente igual ao volume aplicado ao longo do exercício do ano anterior.

Dos recursos aplicados no FNE Setor Rural no ano de 2011, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural apresentou a maior participação relativa, totalizando R\$ 2,5 bilhões em aplicações, correspondente a 64,0% dos recursos aplicados no referido Setor e 22,5% das aplicações do FNE (Tabela 2). No âmbito do Pronaf foram contratados R\$ 1,3 bilhão, representando 34,1% das contratações do FNE – Setor Rural e 12,0% do total do FNE, com acréscimo de 21,2% das suas contratações em relação ao ano 2010.

Ao longo de 2011, foram atendidos pelo FNE 1,3 milhão de beneficiários, representando incremento de 10,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, o Setor Rural respondeu por 98,3%. O Pronaf, programa de largo alcance econômico e social respondeu, no período analisado, por 97,1% dos beneficiários do FNE Setor Rural e por 95,4% dos beneficiários do FNE (Tabelas 2 e 10). Em relação à importância do Pronaf quanto ao número de beneficiários, esses valores estão aproximadamente iguais aos observados no ano anterior (2010).

No que tange às aplicações por atividades no período em análise, a pecuária foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, absorvendo 46,0% das contratações do FNE Setor Rural e 16,2% das aplicações do FNE (Tabela 8). Esse resultado corresponde a um incremento de 18,3% em relação ao valor de aplicação na pecuária observado em 2010 (R\$ 1,5 bilhão).

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 1,7 bilhão, respondendo por 44,8% das contratações do setor e por 15,8% das aplicações do Fundo, em 2011. O volume de recursos aplicados apresentou redução de 0,5% em relação ao valor observado ao longo do exercício de 2010.

Tabela 8 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Rural – 2011

Atividades	Valor	% Setor	Valores em R\$ mil
			% FNE
PECUÁRIA	1.796.554	46,0	16,2
Bovinocultura	1.428.866	36,6	12,9
Avicultura	90.050	2,3	0,8
Ovinocaprinocultura	167.315	4,3	1,5
Suinocultura	71.703	1,8	0,6
Apicultura	11.804	0,3	0,1

Valores em R\$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Equinocultura	1.207	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	2.413	0,1	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	23.196	0,6	0,2
AQUICULTURA E PESCA	67.361	1,7	0,6
Carcinicultura	43.285	1,1	0,4
Piscicultura	24.076	0,6	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1.310.013	33,6	11,8
Grãos	605.126	15,5	5,5
Fibras e Têxteis	438.947	11,2	4,0
Fruticultura	138.581	3,6	1,2
Gramíneas	61.624	1,6	0,6
Raízes e Tubérculos	19.795	0,5	0,2
Bebidas e Fumos ⁽³⁾	41.790	1,1	0,4
Outras Atividades ⁽⁴⁾	4.150	0,1	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	439.608	11,3	4,0
Fruticultura	157.834	4,0	1,4
Bebidas e Fumo ⁽³⁾	100.398	2,6	0,9
Gramíneas	95.808	2,5	0,9
Grãos	16.251	0,4	0,1
Fibras e Têxteis	22.410	0,6	0,2
Olericultura	23.125	0,6	0,2
Raízes e Tubérculos	19.573	0,5	0,2
Flores	200	0,0	0,0
Oleaginosas	181	-	0,0
Mudas e Sementes	705	0,0	0,0
Cactáceas	22	-	0,0
Outras Atividades ⁽⁵⁾	3.101	0,1	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	293.130	7,5	2,7
Processamento e Benef Cana-de-açúcar	15.935	0,4	0,2
Process.e Benef Castanha de Caju	16	-	0,0
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	220	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	4.995	0,1	0,0
Extração Vegetal	10.239	0,3	0,1
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁶⁾	261.725	6,7	2,4
Total	3.906.666	100,0	35,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
------------	-------	---------	-------

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, rancultura e microcrédito rural (diversos). (3) Desse total, 95,8% refere-se a café. (4) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (5) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (6) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, à ecologia e à silvicultura, dentre outras.

A aquicultura e a pesca, cujas aplicações no exercício de 2011 totalizaram R\$ 67,4 milhões, responderam por 1,7% das aplicações dirigidas ao FNE Setor Rural e por 0,6% das aplicações totais do Fundo, no período em referência, mesma participação observada durante o exercício de 2010. As outras atividades rurais financiadas foram responsáveis por 7,5% das contratações do Setor Rural e 2,7% do FNE, o que representa redução em relação ao mesmo período de 2010, quando essa participação foi de 8,8% e 3,0%, respectivamente. A redução da participação pode ser explicada em virtude da redução das aplicações na atividade de Florestamento e Reflorestamento, onde o volume de recursos aplicados diminuiu de R\$ 79,4 milhões em 2010 para R\$ 5,0 milhões ao longo de 2011⁷.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, que respondeu por 36,6% (R\$ 1,4 bilhão) das aplicações do Setor Rural e por 12,9% das aplicações do FNE no período em análise, representando um crescimento de 19,1% em relação ao ano de 2010 (R\$ 1,2 bilhão). Outras atividades financiadas foram a Ovinocaprinoicultura (R\$ 167,3 milhões), a Avicultura (R\$ 90,1 milhões) e a Suinocultura (R\$ 71,7 milhões), com participação de 4,3%, 2,3% e 1,8% no Setor, respectivamente (Tabela 8).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor Rural, em 2011 foram Grãos (15,9%), Fibras e Têxteis (11,8%), Fruticultura (7,6%) e Gramíneas (4,1%). Juntas, essas atividades responderam por 87,8% das aplicações na agricultura, totalizando R\$ 1,5 bilhão. (Tabela 8).

A agricultura de sequeiro obteve 1,3 bilhão, destacando-se as atividades de Grãos (R\$ 605,1 milhões), Fibras e Têxteis (R\$ 438,9 milhões) e Fruticultura (R\$ 138,6 milhões), que participaram com 15,5%, 11,2% e 3,6% das aplicações do FNE no Setor Rural, respectivamente (Tabela 8). As três atividades, em conjunto, foram responsáveis por 90,3% dos recursos destinados à agricultura de sequeiro.

⁷ Base do Ativo.

Participando com 11,3% e 4,0% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2011, R\$ 439,6 milhões, 11,9% inferior ao volume de recursos aplicados no mesmo período em 2010, o qual totalizou R\$ 499,0 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de recursos neste segmento no período foram Fruticultura (R\$ 157,8 milhões); Bebidas e Fumo (R\$ 100,4 milhões) e Gramíneas (R\$ 95,8 milhões). Mencionadas atividades responderam no período por 4,0%, 2,6% e 2,5% das aplicações do Setor Rural, respectivamente (Tabela 8). Quanto às outras atividades rurais, observa-se que os volumes contratados em 2011 (R\$ 293,1 milhões) sofreram leve redução de 8,6% em relação ao mesmo período de 2010 (R\$ 320,9 milhões).

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 1,6 bilhão ao final do exercício de 2011, contra R\$ 1,4 bilhão no exercício de 2010, representando incremento de 10,5% nas aplicações. Registre-se ainda que, do total de recursos aplicados pelo FNE no Semiárido em 2011, ou seja, R\$ 4,1 bilhões, o FNE Setor Rural contribuiu com 38,2% dessas aplicações. Enquanto isso, as contratações do FNE Setor Rural fora do semiárido, no exercício de 2011, foram da ordem de R\$ 2,4 bilhões, representando 33,5% das aplicações dos recursos do FNE nessa Região, as quais totalizaram, em torno de R\$ 7,0 bilhões (Tabelas 1.A e 2.A).

Os estados que apresentaram os maiores volumes de recursos no Semiárido em 2011, no âmbito do FNE Setor Rural, foram a Bahia, com 24,8% do total contratado nessa região, seguido do Ceará com 19,0% e Pernambuco com 15,5%. Também foi representativa a participação de Minas Gerais (12,0%). Essas participações são aproximadamente iguais às observadas no mesmo período do ano anterior (Tabela 1.A).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural, sendo que este segmento possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os setores do FNE. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.910 municípios foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 96,0% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 36).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE – Setor Rural foram Bahia (R\$ 1,2 bilhão); Maranhão (R\$ 736,3 milhões); Ceará (R\$ 379,5 milhões) e Piauí (R\$ 353,8 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 68,5% dos recursos aplicados no Setor Rural. (Tabela 9).

Tabela 9 – FNE - Setor Rural - Contratações (1) Estaduais - Exercício de 2011

Valores em R\$ mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	140.313	3,6
Bahia	1.204.350	30,8
Ceará	379.514	9,7
Espírito Santo	62.704	1,6
Maranhão	736.297	18,9
Minas Gerais	337.724	8,6
Paraíba	117.685	3,0
Pernambuco	298.403	7,6
Piauí	353.780	9,1
Rio Grande do Norte	116.706	3,0
Sergipe	159.190	4,1
Total	3.906.666	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio. Em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado, institucionalmente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Pronaf representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, de 24/07/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que passa a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo-se, assim, a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor.

O Pronaf tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, mediante o financiamento de infraestrutura de produção e de serviços agropecuários e atividades rurais não agropecuárias, com o emprego direto da força de trabalho

do produtor rural e de sua família, objetivando a geração de ocupação e manutenção do homem e da mulher no campo.

Entendem-se como atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o Pronaf é um programa em permanente construção. Assim, desde a sua criação, o Programa tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do Pronaf na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

Pronaf Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados em função da construção de barragens.

Pronaf Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Pronaf Grupo B (Microcrédito Produtivo Rural) – Crédito direcionado ao investimento e custeio de agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores e silvicultores,

trabalhadores rurais e indígenas, com renda anual familiar bruta até R\$ 6,0 mil.

Pronaf Grupo Agricultor Familiar (renda variável) – É uma linha de custeio e investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinif) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito para investimento, inclusive em infraestrutura, que vise ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária. Seu público alvo são produtores rurais familiares, cooperativas e associações de produtores, enquadrados nos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula investimento em projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista, recomposição de áreas de preservação permanente, reserva legal e recuperação de áreas degradadas, bem como enriquecimento de áreas com cobertura vegetal diversificada, atendendo agricultores familiares dos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários. Seu público-alvo são os agricultores familiares enquadrados nos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no grupo “Agricultor Familiar (renda variável)”, independentemente de sua condição civil, para realização investimentos.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, enquadrados nos grupos “A”, “A/C”, “B” e “Agricultor Familiar (renda variável)”, para realização de investimentos em

implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos. É destinada aos agricultores enquadrados no grupo “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinada aos agricultores enquadrados no grupo “Agricultor Familiar (renda variável)”.

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos) – Destinado a agricultores familiares enquadrados no grupo “Agricultor Familiar (renda variável)”, para investimentos em atividades específicas. Os agricultores devem comprovar que, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar são provenientes dessas atividades.

As aplicações realizadas pelo BNB no Pronaf, em 2011, totalizaram R\$ 1.349,1 milhões, dos quais, R\$ 1.333,6 milhões foram por intermédio dos recursos do FNE, correspondendo a 98,9% dos recursos aplicados no Pronaf. Outra fonte utilizada no financiamento do Pronaf são os recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que participou com 1,1% dos investimentos realizados no Programa. Foram beneficiadas 1,2 milhão de pessoas no ano de 2011, representando 95,4% do total de beneficiários do FNE e 97,1% do FNE Setor Rural. Considera-se como beneficiário do Pronaf o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família.

O valor financiado pelo FNE no Pronaf totalizou 12,0% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 11,1 bilhões) em 2011 (Tabela 2 e Tabela 10). Em relação ao ano 2010, as contratações do Pronaf pelo FNE tiveram incremento de 21,2%.

O Art. 7º da Lei nº 9.126/95 estabelece a destinação de 10% do montante dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) transferido pela União ao Banco para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra para implantação das atividades. No que se refere a esse dispositivo, em 2011, o

Banco do Nordeste aplicou R\$ 922,1 milhões, correspondentes a 18,3% do montante transferido (R\$ 5,03 bilhões)⁸.

Tabela 10 – FNE - Contratações(1) no Pronaf - Exercício de 2011

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
PRONAF-Grupo A	17.916	1,5	109.304	8,2
PRONAF-Grupo B	1.101.252	90,8	775.816	58,2
PRONAF-Grupo C	3.972	0,3	4.038	0,3
PRONAF-Grupo A/C	4.242	0,4	5.225	0,4
PRONAF-Semiárido	8.007	0,7	24.399	1,8
PRONAF-Mulher	1.305	0,1	4.617	0,4
PRONAF-Comum	33.606	2,8	103.750	7,8
PRONAF-Demais Grupos	43.170	3,6	306.482	23,0
Total	1.213.470	100,0	1.333.631	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere às aplicações nos grupos do Pronaf, observa-se que o Grupo B tem a maior participação nos recursos (58,2%), contratando R\$ 775,8 milhões e beneficiando 1,1 milhão de agricultores. Em seguida aparece o Grupo A, que contratou R\$ 109,3 milhões (8,2%), beneficiando 17.916 pessoas, em 2011.

Vale registrar o montante contratado no Grupo Agricultores Familiares (Comum), para o qual o FNE investiu R\$ 103,8 milhões (7,8%), beneficiando 33.606 pessoas.

Os três grupos acima referidos receberam 74,2% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

Em 2011, o BNB implementou diversas ações objetivando o aperfeiçoamento operacional do Pronaf e a ampliação do atendimento de clientes, dentre as quais se destacam:

- Formalização de parceria com as entidades estaduais de assistência técnica nos Estados para a operacionalização do PRONAF Semiárido;

⁸ Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

- Implantação da automação de concessão de bônus nas operações de crédito dos agricultores familiares, no âmbito do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF;
- Criação do prêmio BNB Agricultura Familiar, com o objetivo de reconhecer os produtores de sucesso financiados pelo PRONAF;
- Incentivo à bancarização dos Agricultores Familiares e Mini e Pequenos Produtores Rurais, proporcionando a abertura de contas correntes e fornecimento do cartão da Agricultura Familiar;
- Celebração de Contrato com o Governo do Estado do Ceará para operacionalização de programa de financiamento a agricultores familiares com recursos do Fundo do Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF);
- Renovação do Contrato com o Projeto Dom Helder, visando o desenvolvimento sustentável para os assentamentos da reforma agrária na região do semiárido do Nordeste;
- Realização do Dia da Agricultura Familiar com o objetivo de dinamizar e qualificar o acesso ao crédito do PRONAF, viabilizando contratações e renegociações de dívidas de agricultores familiares. Foram realizados 143 eventos, com 14.736 clientes atendidos;
- Implantação de sistemática de automação de consulta ao documento Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP diretamente na base de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Agroamigo

O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nordeste Cidadania. Trata-se de iniciativa pioneira no Brasil que visa à concessão de financiamento para a área rural, adotando metodologia própria de atendimento aos produtores na sua própria comunidade através dos assessores de microcrédito rural.

O Programa tem como premissa o crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf Grupo B, abrangendo atividades agropecuárias e não agropecuárias (turismo, artesanato, comércio, serviços rurais etc.), de forma sustentável, buscando a diversificação, a agregação de valor e a comercialização dos produtos das unidades familiares.

Destacam-se, dentre seus principais objetivos:

- Conceder crédito produtivo e orientado, com acompanhamento aos agricultores familiares que realizam atividades agropecuárias e não agropecuárias;
- Agilizar o processo de concessão do crédito;
- Expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares, com redução de custos para o usuário;
- Proporcionar maior proximidade com os clientes e atendê-los na própria comunidade;

- Atender ao agricultor familiar buscando identificar necessidades de serviços financeiros e bancários, ofertando acessibilidade a outros produtos microfinanceiros;
- Trabalhar a educação financeira e ambiental dos produtores;
- Promover a inclusão financeira do produtor através do processo de bancarização.

O Agroamigo está presente em todos os Estados da região Nordeste e norte de Minas Gerais, contando, em 2011, com 160 unidades de atendimento cujas jurisdições somam 1.945 municípios. Atuaram nesse período na sua operacionalização 661 assessores de microcrédito, todos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

Em 2011, foram realizadas 366,7 mil operações (Gráfico 2) em toda área de atuação do Banco, correspondente a R\$ 775,1 milhões (Gráfico 3), com valor médio por operação de R\$ 2.113,80. Desde o início da operacionalização do Agroamigo, em 2005, até 2011, foram contratadas 1.514.409 operações, no montante de R\$ 2,5 bilhões.

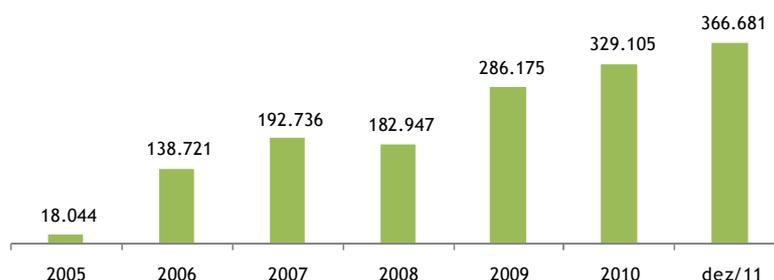


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

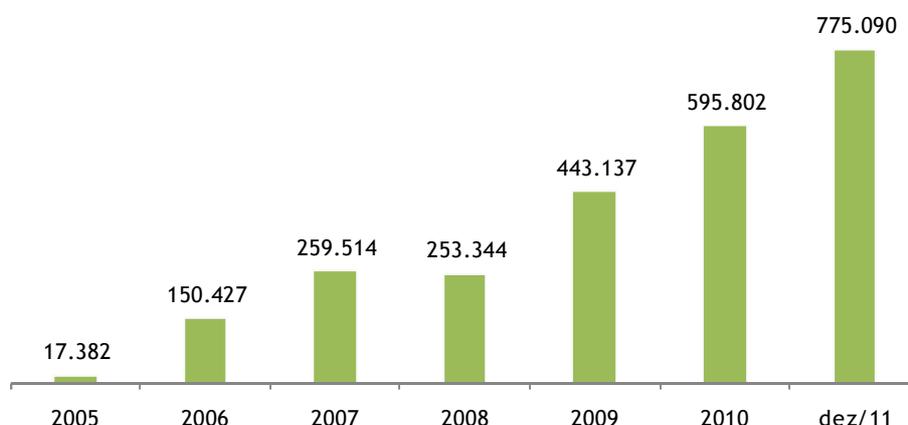


Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R\$ Mil)

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

O Agroamigo apresentava no final de 2011 uma carteira ativa com 735,8 mil clientes e saldo de aplicações da ordem de R\$ 1.090,9 milhões (Gráficos 4 e 5).

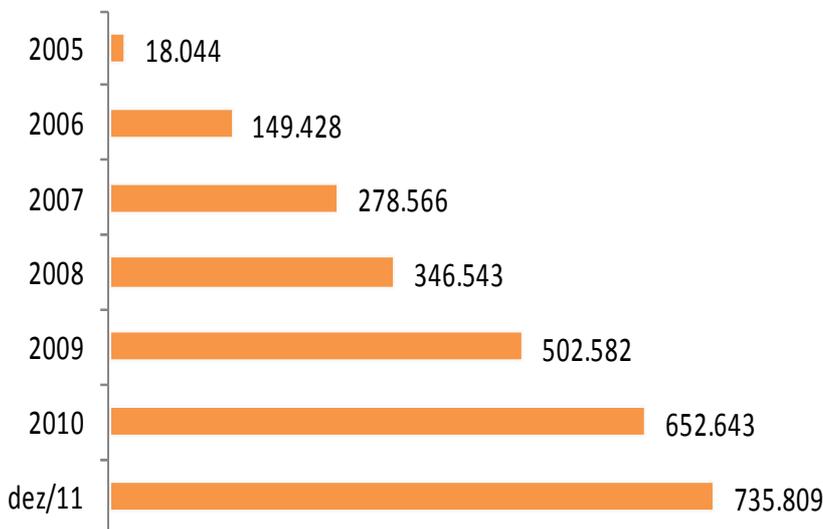


Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

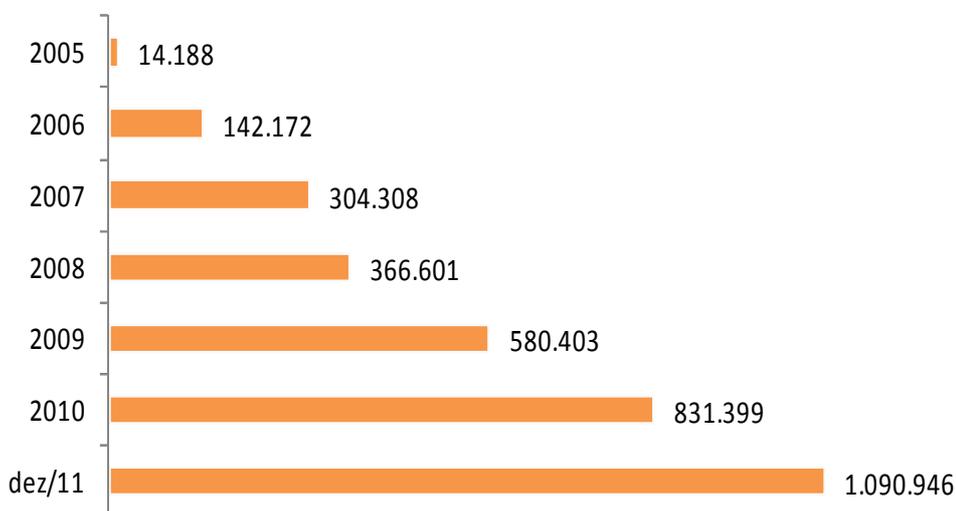


Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

Destacamos, a seguir, as principais ações realizadas no ano de 2011 pelo Agroamigo, que visaram à consolidação do Programa, ao cumprimento

dos seus objetivos, às metas e à missão, bem como ao fortalecimento da imagem institucional:

- Acompanhamento dos estudos de avaliação dos impactos econômicos e sociais do Agroamigo, realizados pelo ETENE, FIPE e Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Apresentação da experiência do Agroamigo no *Encuentro Nacional Del Programa Oportunidades Rurales: Inclusión Financiera, Una Estrategia Para El Desarrollo Rural Colombiano*, realizado em Bogotá, Colômbia;
- Elaboração de cartilhas voltadas para clientes sobre o tema da educação financeira e ambiental;
- Realização de eventos internacionais (*Pasantía e Ruta de Aprendizaje*) para apresentação do Agroamigo a instituições financeiras de países da América Latina e da África;
- Aplicação de pesquisa de satisfação com clientes do programa, em parceria com o Ambiente de Marketing;
- Realização de visita técnica à GTZ, na Alemanha, para intercâmbio com outras práticas de microfinanças;
- Realização do evento Dia do Microempreendedor Rural em todas as capitais nordestinas e em Montes Claros-MG;
- Campanhas de formação de poupança junto aos produtores atendidos pelo Agroamigo;
- Melhoria no processo de capacitação da equipe das Unidades do Agroamigo, inclusive com treinamentos virtuais;
- Participação com artigo no livro da CRESOL, com capítulo específico sobre Agroamigo;
- Realização de eventos para entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Microcrédito 2011;
- Realização de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para inclusão do Agroamigo no Programa Brasil Sem Miséria;
- Realização de eventos para a promoção do Programa Nacional de Microcrédito nos municípios de Juazeiro do Norte-CE, Caruaru-PE e Feira de Santana-BA, em parceria com o Crediamigo;
- Criação do cartão do Agroamigo para movimentação financeira dos recursos do financiamento.

O Agroamigo foi recentemente reconhecido e premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como prática inovadora na gestão pública brasileira, obtendo o 2º lugar dentre 117 experiências nacionais.

3.1.2 Setor Agroindustrial

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) tem como objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financiar a implantação, expansão, modernização, a reforma e a realocação de empreendimentos agroindustriais (BNB, 2011).

O FNE Setor Agroindustrial contratou, no decorrer do exercício de 2011, R\$ 336,9 milhões, o que representa 3,0% do volume contratado através do FNE no período, beneficiando 250 empreendimentos (Tabela 2). Em relação ao exercício anterior, o valor das contratações do Setor apresentou significativa expansão de 52,7%.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado foi responsável pelo maior volume de recursos contratados, cerca de R\$ 140,4 milhões (41,7%). Também merece destaque a atividade de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar, que absorveu 24,0% (R\$ 80,9 milhões) das contratações do FNE Agroindustrial. Juntas, essas atividades foram responsáveis por 65,7% do valor contratado para o referido Setor (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE Contratações⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	140.364	41,7	1,3
Laticínios	42.024	12,5	0,4
Process. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	24.234	7,2	0,2
Benef. Fibras	443	0,1	-
Proces.Benef.Castanha de Caju	86	0,0	-
Process. Benef. Cana de Açúcar	80.918	24,0	0,7
Ind.Prod.Alimentícios	3.990	1,2	-
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Acool	14.593	4,3	0,1
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	21.459	6,4	0,2
Outras Atividades ⁽²⁾	8.764	2,6	0,1
Total	336.875	100,0	3,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raízes e tubérculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

As contratações realizadas no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 117 municípios, que representam 5,9% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36). O Estado de Pernambuco foi o que obteve maior percentual de participação nas aplicações do Setor, absorvendo R\$ 125,5 milhões (37,2%). Durante o exercício de 2010, o estado havia aplicado apenas R\$ 7,9 milhões, ou 3,6% dos recursos destinados ao Setor. Esse substancial incremento pode ser explicado por operações na atividade de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado, representando 94,3% das aplicações do Setor no Estado de Pernambuco, no município de Bom Conselho⁹. Em seguida, surgem os estados de Sergipe (26,6%) e de Alagoas (9,4%). Juntos, esses três estados foram responsáveis por 73,2% das contratações no Setor Agroindustrial (Tabela 12). Essa concentração é semelhante à observada no exercício de 2010, quando os três estados com maior volume de contratações concentraram 74,3% das aplicações do Setor Agroindustrial.

Merece destaque, ainda, o substancial crescimento das aplicações no Setor no Estado do Maranhão, que em 2010 havia aplicado recursos da ordem de R\$ 247 mil, e em 2011 elevou as aplicações para R\$ 21,5 milhões. Esse crescimento foi devido às contratações no município de Porto Franco (MA), na atividade de processamento e beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais¹⁰.

Do total das contratações na atividade de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado, atividade que absorveu o maior volume de recursos no Setor Agroindustrial, novamente o Estado de Pernambuco foi o que mais contribuiu, com participação de 87,2%¹¹.

Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2011

Estado	Valor	Valores em R\$ mil
		%
Alagoas	31.671	9,4
Bahia	12.311	3,7
Ceará	19.731	5,9
Espírito Santo	6.800	2,0
Maranhão	21.476	6,4
Minas Gerais	1.108	0,3
Paraíba	18.123	5,4
Pernambuco	125.465	37,2
Piauí	6.509	1,9
Rio Grande do Norte	4.128	1,2

⁹ Ambiente de Controle de Operações Crédito.

¹⁰ Base do Ativo.

¹¹ Ambiente de Controle de Operações Crédito.

Estado	Valor	%
Sergipe	89.553	26,6
Total	336.875	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

As contratações na região do semiárido, por meio do FNE Setor Agroindustrial, foram de R\$ 164,8 milhões no ano 2011, representando 48,9% das contratações realizadas por esse segmento e cerca de 4,1% do total aplicado na região semiárida. Considerando que, no exercício de 2010, foram contratados R\$ 40,3 nesta região, verifica-se que houve incremento de 309,5%, aumentando a participação da região semiárida de 18,3% (2010) para 48,9% (2011). Novamente, pode-se observar a grande influência que os financiamentos na atividade de abate e preparação de produtos de carne, aves e pescado, teve sobre os impactos do FNE, uma vez que o município de aplicação de recursos está localizado na região semiárida (Tabela 11 e 1.A).

As contratações efetuadas fora do semiárido significaram 51,1% do valor contratado (R\$ 172,1 milhões) e 2,4% do total contratado pelo FNE fora do semiárido, no exercício de 2011 (Tabela 2.A).

O valor das propostas em carteira no Setor Agroindustrial totalizou R\$ 57,7 milhões, no fim de 2011 (Tabela 2).

3.1.3 Setor Industrial

O FNE Setor Industrial é composto primordialmente pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (Industrial), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade e a ampliação da capacidade produtiva. Também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE-VERDE), Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA), Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO), e Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) (Tabela 2). O FNE EI foi lançado em 2011 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos Empreendedores Individuais (EIs), contribuindo para o fortalecimento e o aumento da competitividade do segmento, financiando aquisição de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e construção/reforma de instalações físicas, destinados à atividade dos beneficiários (BNB, 2011).

As contratações do FNE no Setor Industrial foram da ordem de R\$ 1,9 bilhão, do qual R\$ 1,7 bilhão foi aplicado no Programa de Apoio ao Setor Industrial, representando 89,1% das contratações do Setor Industrial e 15,4% das contratações globais do FNE no período.

O Setor Industrial apresentou decréscimo de 21,0% no volume de recursos contratados, em relação ao exercício de 2010. Esse decréscimo pode ser atribuído à redução de 4,7% na produção industrial do Nordeste em 2011, consequência da queda de produção nos estados da Bahia e do Ceará que apresentaram resultado negativo de -4,4% e -11,7%, respectivamente, além do estado de Pernambuco que apresentou taxa zero de crescimento (IBGE, 2011).

Entretanto, destaca-se, em relação ao ano de 2010, o incremento nas contratações do Setor Industrial no Estado do Maranhão em virtude de operações realizadas nos municípios de Açailândia e de São Luís, na atividade de siderurgia; o incremento nas contratações do Estado de Minas Gerais foi devido a financiamentos na atividade de fabricação de medicamentos e defensivos agrícolas, no município de Montes Claros, e de fiação no município de Pirapora; já nas contratações no Estado da Paraíba, o incremento ocorreu em virtude de um financiamento para a indústria de cimento, no município de Alhandra¹².

As contratações no Setor Industrial tiveram, dentre os segmentos produtores, o de bens de consumo intermediário como destaque, tendo absorvido 61,7% do total das contratações do FNE nesse setor (). Entre as atividades financiadas nesse segmento o maior volume de recursos (52,1%), correspondendo a R\$ 614,7 milhões, foi destinado para a indústria de minerais não metálicos. Em seguida, com 12,8% e 6,9% dos recursos destinados ao segmento de bens de consumo intermediário estão as atividades da indústria siderúrgica e da metal-mecânica, respectivamente. Observa-se, porém, que, em relação ao exercício anterior, o volume de recursos contratados em 2011 nesse segmento de bens e consumo intermediário foi 25,8% menor.

As contratações com bens de consumo não duráveis atingiram o total de R\$ 678,3 milhões, o que representou 35,5% das contratações do Setor. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a de têxteis (R\$ 227,6 milhões), seguida por vestuário e acessórios (R\$ 82,9 milhões). Os segmentos de bens de capital e de consumo duráveis, apresentaram crescimento de 77,8% em relação ao ano de 2010, registrando contratações no valor de R\$ 48,1 milhões no exercício de 2011, o que corresponde a 2,5% do total contratado no Setor Industrial (Tabela 13).

¹² Base do Ativo.

Tabela 13 – FNE - Contratações⁽¹⁾ no Setor Industrial – Exercício de 2011

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	678.292	35,5	6,1
Calçados	74.489	3,9	0,7
Produtos Alimentícios	59.676	3,1	0,5
Têxteis	227.622	11,9	2,1
Gráfica	36.596	1,9	0,3
Cosméticos	7.989	0,4	0,1
Celulose e Papel	13.115	0,7	0,1
Bebidas	42.983	2,3	0,4
Eleto-eletrônica	55.150	2,9	0,5
Vestuários e Acessórios	82.939	4,3	0,8
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	61.591	3,2	0,6
Outras Atividades ⁽²⁾	16.142	0,8	0,2
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	1.180.389	61,7	10,6
Indústria Siderúrgica	244.090	12,8	2,2
Produtos Químicos	38.804	2,0	0,4
Produtos Plásticos	40.772	2,1	0,4
Tintas, Vernizes e Esmaltes	3.220	0,2	0,0
Minerais não Metálicos (inclusive extr. min. não metal.)	614.695	32,2	5,5
Metal-mecânica	132.543	6,9	1,1
Madeira (exceto mobiliário)	3.311	0,2	0,0
Extração de Minerais Metálicos	26.562	1,4	0,2
Produtos de Borracha	1.813	0,1	0,0
Resinas e Elastômeros	33.198	1,7	0,3
Outras Atividades ⁽³⁾	41.381	2,2	0,4
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	48.052	2,5	0,4
Mobiliário	14.474	0,8	0,1
Outros	33.578	1,8	0,3
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – FNE VERDE	5.449	0,3	0,1
Total	1.912.182	100,0	17,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se a laticínios, Proces.Benef.Óleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se à Indústria Siderúrgica, Ind.Combust. Nucleares, Refino Petróleo e álcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais.

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 475 municípios em 2011, o que representa 23,9% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36).

O Estado do Ceará foi o responsável pela aplicação de 25,4% do Setor Industrial, a maior parcela dentre os estados, representando cerca de R\$ 486,2 milhões. Este estado, juntamente com Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia, foi responsável por 73,2% das contratações (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE - Setor Industrial – Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2011

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	37.062	1,9
Bahia	199.743	10,5
Ceará	486.153	25,4
Espírito Santo	6.817	0,4
Maranhão	371.475	19,4
Minas Gerais	83.600	4,4
Paraíba	141.051	7,4
Pernambuco	170.778	8,9
Piauí	40.236	2,1
Rio Grande do Norte	341.764	17,9
Sergipe	33.503	1,8
Total	1.912.182	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 820,7 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial no exercício de 2011, correspondendo a 42,9% das contratações do setor. Do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Industrial contribuiu com 20,2%. No que se refere às contratações fora do semiárido foi aplicado cerca de R\$ 1,1 bilhão, o que representa 57,1% do total contratado nesse Setor e 15,5% dos recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 13, 1.A e 2.A).

3.1.4 Setor Turismo

O Setor Turismo é composto principalmente pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE PROATUR), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da região, em bases sustentáveis (BNB, 2011). Além do FNE PROATUR, o Setor Turismo conta, ainda, com o programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI) (Tabela 2).

Referido Setor recebeu recursos da ordem R\$ 496,5 milhões, dos quais R\$ 412,4 milhões foram aplicados no âmbito do Programa de Apoio ao Turismo

Regional (PROATUR), representando 83,1% das contratações do Setor e 3,7% das contratações do FNE no período em análise. As contratações apresentaram incremento de 11,0% em 2011 (Tabela 15), frente aos R\$ 447,2 milhões contratados em 2010.

Tabela 15 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil			
Atividades	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	496.511	100,0	4,5
Edifícios e Obras de engenharia civil	250.000	50,4	2,3
Hospedagem	138.994	28,0	1,3
Transportes	15.193	3,1	0,1
Alimentação	14.175	2,9	0,1
Entretenimento	8.394	1,7	0,1
Outras Atividades ⁽²⁾	69.755	14,0	0,6
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	-	-	-
Total	496.511	100,0	4,5

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
(2) Artesanato e Transporte Turístico.

Foram contratados R\$ 250,0 milhões na construção de instalações esportivas e recreativas em Pernambuco, em consonância com a ação conjunta do BNB e do Ministério do Turismo para dotar as capitais do Nordeste que serão sedes da Copa do Mundo de 2014 (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) de uma melhor infraestrutura turística para a realização dos jogos. Para tanto, foi lançado em março de 2010 o Proatur-Copa cujos beneficiários são empresas privadas de *resorts*, hotéis, pousadas, restaurantes, arenas multiusos, agências de viagem e turismo, entre outros segmentos que compõem a infraestrutura turística.

Também merece destaque no Setor Turismo a atividade hospedagem que absorveu 28,0% dos recursos destinados ao Turismo (cerca de R\$ 139,0 milhões) (Tabela 15).

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 76,9 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo no ano de 2011, correspondendo a 15,5% das contratações desse Setor (Tabela 15 e 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R\$ 419,6 milhões (Tabela 15 e 2.A). Esse alto percentual de aplicação do setor turismo fora do semiárido pode ser explicado pelo volume de recursos destinados à construção de instalações esportivas e recreativas em Pernambuco, conforme referido anteriormente, mas que terão seus efeitos em todo o tecido econômico regional, após sua maturação.

O FNE Setor Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 152 municípios em 2011, o que representa 7,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36). O estado de Pernambuco recebeu a maior parcela dos recursos, sendo responsável por 60,7% das contratações do FNE no Setor (Tabela 16).

O valor referente ao Estado de Pernambuco foi aplicado na atividade de hospedagem com predominância em Arcoverde e em Gravatá e na atividade de construção de instalações esportivas para a Copa de 2014, em São Lourenço da Mata.

Tabela 16 – FNE - Setor Turismo– Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	18.967	3,8
Bahia	25.654	5,2
Ceará	19.947	4,0
Espírito Santo	6.252	1,3
Maranhão	17.499	3,5
Minas Gerais	9.470	1,9
Paraíba	73.602	14,8
Pernambuco	301.522	60,7
Piauí	15.536	3,1
Rio Grande do Norte	6.731	1,4
Sergipe	1.331	0,3
Total	496.511	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na programação do FNE para o ano de 2012 está previsto um montante de R\$ 950,5 milhões para financiamento de projetos turísticos, o que representa um incremento de 38,7% em relação ao programado para o ano de 2011 (R\$ 685,2 milhões).

3.1.5 Setor Infraestrutura

Base de sustentação para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o Setor de Infraestrutura é parte fundamental para que esse desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Assim sendo, tal Setor passa a desempenhar um papel essencial na busca do acesso a serviços básicos e melhorias do bem-estar da população.

Deve-se observar que a infraestrutura física, em nível regional, desempenha papel fundamental e integrador nas economias, oferecendo suporte às atividades socioeconômicas e proporcionando as condições necessárias para a implementação de políticas públicas sociais, criando um ambiente favorável à expansão dos negócios.

A infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação desfavorável em termos de infraestrutura. Essas condições podem limitar o crescimento da Região e impedir avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que os projetos de infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, dependem do apoio financeiro das linhas de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações quanto a que viabiliza o crescimento econômico, a com geração de renda e postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra) financia a implantação, ampliação, a modernização e a reforma de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, distribuição de energia elétrica, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações e exploração de gás natural.

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R\$ 2,0 bilhões no ano de 2011, o que correspondeu a 17,7% do total contratado pelo FNE no mesmo período (Tabela 2), apresentando leve decréscimo de 2,9% em relação ao ano 2010. O Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) foi responsável pelo aporte de R\$ 1,4 bilhão, representando 70,9% das aplicações do setor e 12,5% do volume aplicado pelo FNE.

Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, retirou o limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido Setor.

As atividades do Setor que obtiveram a maior participação no volume de recursos foram as de produção e distribuição de energia elétrica, representando 55,8% das contratações no período. Em seguida se coloca a atividade de Reparação e Conservação com 18,3%, referentes basicamente à reparação e conservação de obras viárias, seguida das atividades auxiliares de transporte, representando 13,0% dos recursos direcionados ao setor (Tabela 17).

Tabela 17 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ mil
			% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água (*)	1.095.389	55,8	9,9
Reparação e Conservação	358.440	18,3	3,2
Ativs.Aux.Transportes	254.139	13,0	2,3
Telecomunicações	99.538	5,1	0,9
Transporte Ferroviário	78.319	4,0	0,7
Outras Atividades	75.486	3,8	0,7
Total	1.961.311	100,0	17,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

* Essa atividade se refere somente à Produção e Distribuição de Energia Elétrica.

É importante salientar que R\$ 631,2 milhões (32,2%) do valor contratado neste Setor foram destinados à região semiárida (Tabela 18).

Tabela 18 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011

Região	Valor	Valores em R\$ mil
		% Setor
Semiárida	631.159	32,2
Outras Regiões	1.330.152	67,8
Total	1.961.311	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os recursos contratados no Setor de Infraestrutura foram destinados a seis estados da área de atuação do FNE. Em 2011, da mesma forma que em 2010, destaca-se o estado da Bahia, com a contratação de 48,9% dos recursos (R\$ 958,6 milhões), destinados principalmente a transporte, energia e obras

viárias¹³. Em seguida estão os estados do Ceará (23,3%) e do Rio Grande do Norte (15,4%), conforme a Tabela 19.

Tabela 19 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2011

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	-	-
Bahia	958.558	48,9
Ceará	456.721	23,3
Espírito Santo	-	-
Maranhão	60.743	3,1
Minas Gerais	-	-
Paraíba	-	-
Pernambuco	112.816	5,8
Piauí	70.000	3,6
Rio Grande do Norte	302.473	15,4
Sergipe	-	-
Total	1.961.311	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os recursos foram destinados a 11 municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36), destacam-se Salvador-BA, com 33,7% (R\$ 660,6 milhões), Guamaré-RN, com 15,4% (R\$ 302,4 milhões), seguidos de Brotas de Macaúbas-BA (13,7%) e São Gonçalo do Amarante-CE (12,8%), conforme a Tabela 40.A, anexa. Os efeitos desses financiamentos tendem a beneficiar o tecido econômico e social regional.

3.1.6 Setor Comercial e Serviços

O FNE Setor Comercial e Serviços contratou no exercício de 2011 cerca de R\$ 2,5 bilhões, representando 22,3% do total do FNE. O incremento foi da ordem de 24,5% quando comparado ao exercício de 2010, quando totalizou R\$ 2,0 bilhões.

Com relação ao número de operações, observa-se, no período em questão, a contratação de 19.113 operações no setor, com acréscimo de 8,4% em relação ao período anterior.

¹³ Base do Ativo.

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada à importância do Setor Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do Setor, as atividades relacionadas ao segmento de serviços obtiveram significativa participação de 52,8% dos valores contratados, envolvendo R\$ 1,3 bilhão, enquanto o segmento ligado ao comércio obteve 47,3%, com um montante em torno de R\$ 1,2 bilhão. Em relação às contratações efetuadas no período de 2010, observa-se o incremento de 42,8% no Setor de Serviços e de 8,8% no Comércio, em 2011.

Tabela 20 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2011

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ mil
			% FNE
COMÉRCIO	1.170.452	47,3	10,6
Comércio Varejista	933.147	37,7	8,4
Comércio Atacadista	195.166	7,9	1,8
Alimentação	22.459	0,9	0,2
Intermediários do Comércio	2.380	0,1	-
Outros	17.300	0,7	0,2
SERVIÇOS	1.306.657	52,8	11,8
Imobiliárias e Aluguéis	86.010	3,5	0,8
Saúde	208.961	8,4	1,9
Serv. Auxiliar à Indústria	1.171	0,1	-
Telecomunicações	7.077	0,3	0,1
Educação	60.410	2,4	0,5
Transporte Rodoviário	112.162	4,5	1,0
Reparação e conservação	20.007	0,8	0,2
Serviços Pessoais	18.542	0,8	0,2
Edifícios e Obras de Eng.Civil	369.124	14,9	3,3
Entretenimento e Lazer	26.553	1,1	0,2
Informática	6.455	0,3	0,1
Aluguel Máq. e Equipamento	74.172	3,0	0,7
Ativ. Aux. Transportes	66.288	2,7	0,6
Serv. Aux. Adm. Empresas	81.352	3,3	0,7
Outros	168.373	6,8	1,5
Total	2.477.109	100,0	22,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento de Serviços, a principal atividade financiada foi Edifícios e Obras de Engenharia Civil (R\$ 369,1 milhões). Em seguida se encontram as atividades de Saúde (R\$ 209,0 milhões) e Transporte Rodoviário (R\$ 112,2 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 37,7% dos recursos do setor, totalizando R\$ 933,1 milhões (Tabela 20).

A maior quantidade de operações no Setor Comercial e Serviços contratada em 2011 ocorreu na região Semiárida, com participação de 53,2%. Entretanto, em termos de valores, essa região foi beneficiada com R\$ 819,8 milhões, correspondendo a 33,1% dos valores contratados pelo Setor (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil				
Região	Quantidade	%	Valor	%
Semiárido	10.176	53,2	819.823	33,1
Outras Regiões	8.937	46,8	1.657.286	66,9
Total	19.113	100,0	2.477.109	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que, na área de abrangência do Banco, as capitais são as maiores demandadoras de recursos deste Setor, e que as mesmas se situam fora do semiárido, justificando a diferença percentual entre as duas regiões.

Os recursos do FNE para o Setor Comercial e Serviços atenderam a todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco, beneficiando 1.337 municípios (Tabela 36). As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Ceará, com 17,4% (R\$ 429,9 milhões), Pernambuco, 15,7% (R\$ 389,7 milhões) e Bahia, 15,4% (R\$ 380,9 milhões). Juntos, estes estados participaram com 48,5% do total dos valores contratados (Tabela 22).

Os estados de Alagoas e Piauí elevaram significativamente o valor de suas contratações, em relação a 2010. Esses incrementos se deveram a financiamentos no setor de serviços na atividade de edificações em Maceió (AL), e nas atividades de serviços médicos e veterinários, além de edificações, no município de Teresina (PI).

Tabela 22 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2011

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Alagoas	637	3,3	197.194	8,0
Bahia	3.257	17,0	380.861	15,4
Ceará	3.219	16,8	429.944	17,4
Espírito Santo	162	0,9	25.990	1,1
Maranhão	1.716	9,0	302.629	12,2
Minas Gerais	1.255	6,6	77.028	3,1
Paraíba	1.393	7,3	96.629	3,9
Pernambuco	2.771	14,5	389.693	15,7
Piauí	1.447	7,6	344.098	13,9
Rio Grande do Norte	1.962	10,3	136.464	5,5
Sergipe	1.294	6,8	96.579	3,9
Total	19.113	100,0	2.477.109	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.2 Valores Programados e Valores Realizados

No exercício de 2011 foram contratados R\$ 11,1 bilhões, superando em R\$ 1,2 bilhão a programação para este ano que foi de R\$ 9,9 bilhões, o que representa um incremento de 12,0%. Os setores que mais contribuíram com contratações superiores às programadas foram o Rural, Comércio e Serviços e Infraestrutura, os quais, juntos, superaram os valores programados em, aproximadamente, R\$ 1,5 bilhão.

A Tabela 23 apresenta a distribuição por Setor/Programa dos percentuais de contratação dos recursos do FNE, para o exercício de 2011, onde se pode observar que não ocorreram desvios significativos entre os valores programados e os valores realizados.

Tabela 23 – FNE - Contratações⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Exercício de 2011

Setor/Programa	Programado (%)	Valores em R\$ mil	
		Realizado Valor	%
Rural e Agroindustrial ⁽²⁾	24,2	2.877.613	26,0
Indústria, Turismo e Infraestrutura ⁽²⁾	31,3	3.506.488	31,6
Comércio e Serviços ⁽²⁾	12,5	1.338.152	12,1
Programas Multisetoriais ⁽³⁾	32,0	3.368.401	30,4
Total	100,0	11.090.654	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Excluído os Programas Multisetoriais (PRONAFs, INOVAÇÃO, FNE-Verdee MPE's). (3) PRONAFs, INOVAÇÃO, FNE-Verde e MPE's.

No Setor Rural e Agroindustrial (Gráfico 6) pode-se observar que desde 2007 os percentuais realizados têm ficado acima dos programados, representando baixos desvios, sendo o maior observado em 2007, quando o percentual aplicado ficou acima do programado 5,1 pontos percentuais. No exercício de 2011 o percentual aplicado no Setor ficou acima da programação em 1,8 ponto percentual.

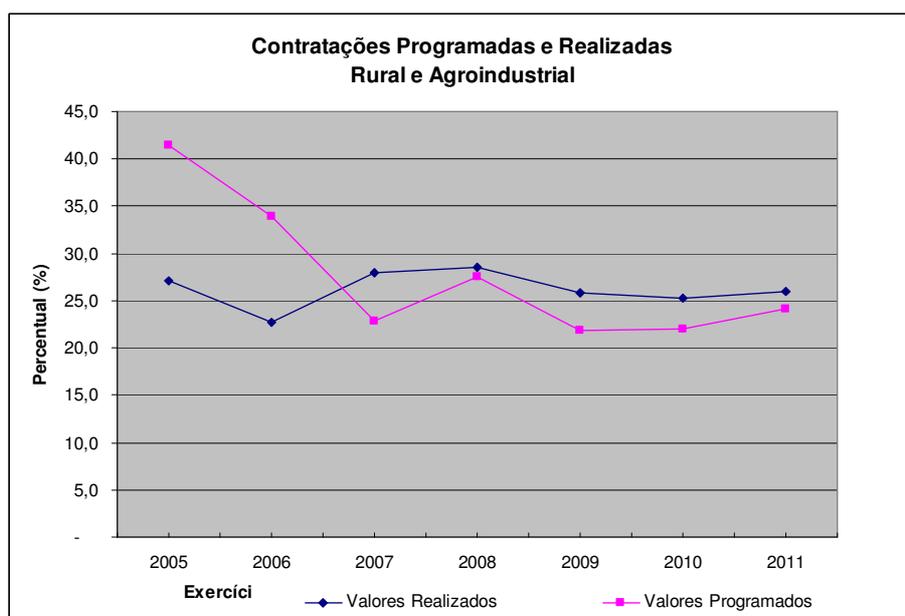


Gráfico 6 – Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No Setor de Indústria, Turismo e Infraestrutura (Gráfico 7) observa-se a ocorrência de grandes desvios entre os percentuais programados e os realizados, principalmente entre os anos 2007 (17,5 pontos percentuais) e 2010 (10,6 pontos percentuais). A comparação entre a média dos percentuais programados (33,9%) e a média dos percentuais realizados (32,8%), num período de sete anos, ou seja, de 2005 a 2011, apresenta variação não significativa, com 1,1 ponto percentual dos valores programados acima dos realizados. No exercício de 2011, as contratações superaram a programação para esse Setor em 0,3 ponto percentual.



Gráfico 7 – Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No que se refere ao Setor de Comércio e Serviços, pode-se observar que, ao longo do período 2006-2010, os percentuais realizados estiveram acima dos programados. Considerando os percentuais médios de programação e de aplicação, no período 2005-2011, o desvio foi de 4,8 pontos percentuais. Em 2011, o desvio entre os valores contratados e os programados não é significativo, apresentando-se a contratação 0,4 ponto percentual abaixo da programação (Gráfico 8).

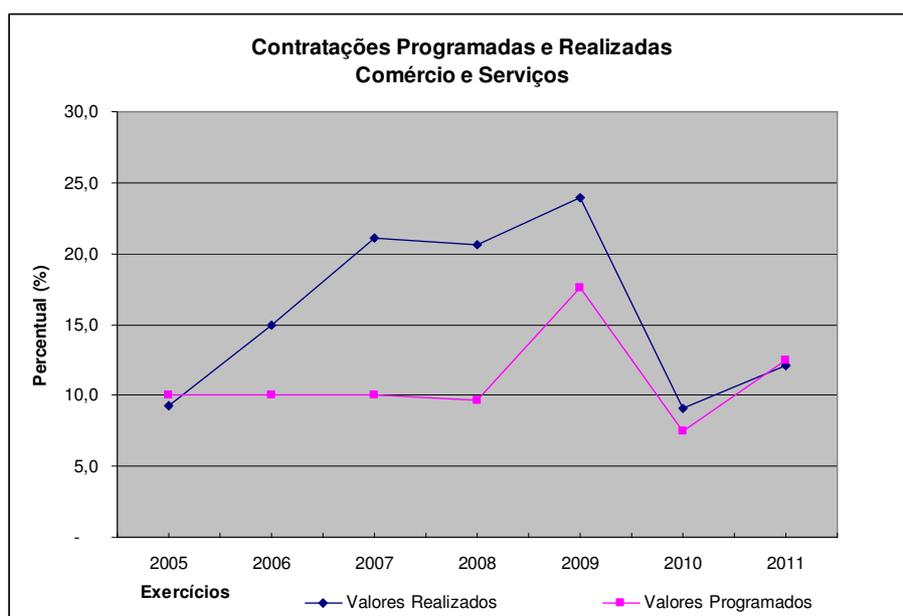


Gráfico 8 – Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

Ainda em relação ao Setor de Comércio e Serviços, é importante ressaltar que o limite outrora estabelecido de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, de acordo com a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, parágrafo 3º, do Art. 43. Esta medida se mostra acertada, uma vez que os valores demandados para esse segmento foram crescentes ao longo do período 2006-2009.

No caso dos Programas Especiais, no período 2005-2011, observou-se uma mudança de comportamento na relação entre os percentuais programados e realizados. Nos três primeiros períodos (2005 a 2007) os percentuais realizados ficaram acima dos percentuais programados, situação que se inverteu a partir de 2008. Em 2011, não é significativa a diferença entre os valores programados e realizados, apresentando-se a realização 1,6 ponto percentual abaixo da programação. Considerando o período 2005-2011, a média dos percentuais realizados ficou abaixo dos programados 2,3 pontos percentuais (Gráfico 9).

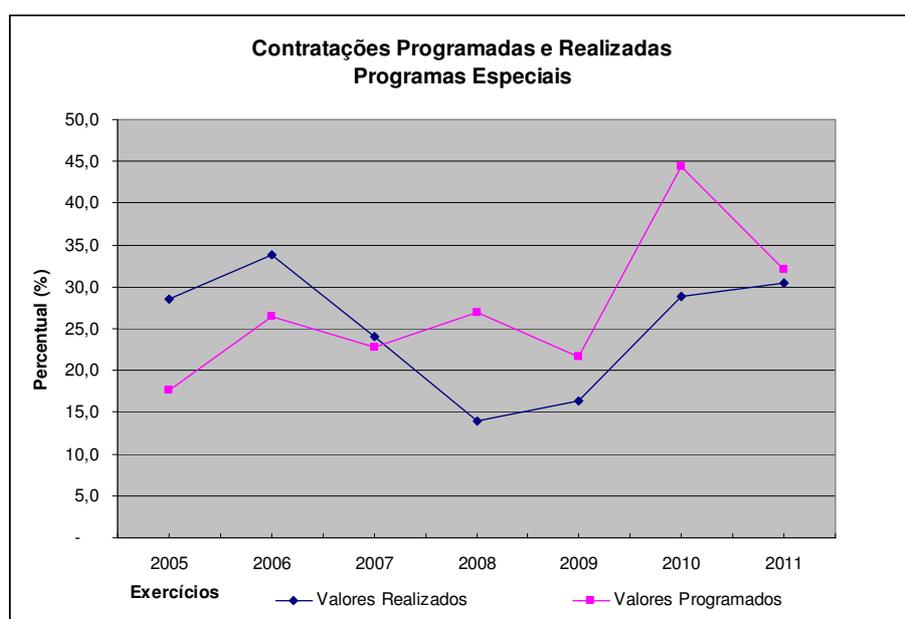


Gráfico 9 – Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

No exercício de 2011, para as mesorregiões da PNDR, observou-se que as contratações ficaram 14,6% acima da programação. Vale destacar os valores realizados na mesorregião de Bico do Papagaio que aplicou mais de três vezes o valor inicialmente programado, decorrente de aplicações na indústria siderúrgica, mais especificamente na fabricação de laminados não planos de aço (Tabela 24).

Tabela 24 – FNE - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões – Exercício 2011

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valores em R\$ mil
			Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	303.000	3.915	300.226
Chapada do Araripe	398.700	18.023	325.122
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	201.500	12.769	178.038
Xingó	194.500	21.930	206.034
Bico Papagaio	120.000	4.430	404.270
Seridó	73.000	10.550	85.670
Águas Emendadas	25.000	568	9.012
Total	1.315.700	72.185	1.508.372

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 Contratações por Estado

No que se refere à distribuição dos recursos do FNE por estado, os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 2,8 bilhões), Ceará (R\$ 1,8 bilhão), Maranhão (R\$ 1,5 bilhão), Pernambuco (R\$ 1,4 bilhão) e Rio Grande do Norte (R\$ 908,3 milhões) (

Tabela 25).

Vale ressaltar que o acréscimo registrado no volume de contratações do estado do Maranhão em relação a 2010 (62,5%), unidade da federação fora da região caracterizada como semiárida, se deu em todos os setores da economia destacando-se os investimentos em empreendimentos agroindustriais decorrentes de operações realizadas no município de Porto Franco na atividade de processamento e beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais; e o Industrial, devido a contratações nos municípios de Açailândia e de São Luís, na atividade de siderurgia para produção de laminados de aço. O Estado do Rio Grande do Norte apresentou acréscimo de 257,7% nos valores contratados no setor industrial, decorrente de operação realizada no município de Baraúna, na atividade de produção de minerais não-metálicos, em indústria de cimento¹⁴.

¹⁴ Base do Ativo.

Tabela 25 – FNE – Contratações⁽¹⁾ e Demanda de Recursos por Estado - Exercício de 2011

Valores em R\$ mil

Estado	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
Alagoas	425.207	3,8	41.744	466.951	3,6
Bahia	2.781.477	25,1	209.633	2.991.110	22,7
Ceará	1.792.010	16,2	578.244	2.370.254	18,0
Espírito Santo	108.563	1,0	13.434	121.997	0,9
Maranhão	1.510.119	13,6	434.544	1.944.663	14,8
Minas Gerais	508.930	4,6	50.991	559.921	4,3
Paraíba	447.090	4,0	101.063	548.153	4,2
Pernambuco	1.398.677	12,6	358.545	1.757.222	13,3
Piauí	830.159	7,5	167.195	997.354	7,6
Rio Grande do Norte	908.266	8,2	42.986	951.252	7,2
Sergipe	380.156	3,4	79.439	459.595	3,5
Total	11.090.654	100,0	2.077.818	13.168.472	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 2,1 bilhões no final do exercício de 2011 e os maiores volumes em carteira ficaram com os estados do Ceará (R\$ 578,2 milhões), Maranhão (R\$ 434,5 milhões) e Pernambuco (358,5 milhões)

Tabela 25).

Com relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no exercício de 2011, verifica-se que quatro unidades federativas não atingiram o piso estabelecido internamente de 4,5% do total de aplicações anuais do Fundo: Espírito Santo (1,0%), Sergipe (3,4%), Alagoas (3,8%) e Paraíba (4,0%). Em relação ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superiores a 30,0%, conforme recomendações do BNB (

Tabela 25).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao final do exercício de 2011, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste em 1999, iniciando-se, assim, o atendimento pelo FNE com dez anos de defasagem em relação aos demais estados. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 24,1 bilhões), Ceará (R\$ 15,4 bilhões), Pernambuco (R\$ 12,1 bilhões) e Maranhão (R\$ 10,2 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,4% do total das contratações (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE - Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Estado - Período: 1989 a 2011

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	4.633.457	4,9
Bahia	24.090.580	25,5
Ceará	15.351.098	16,3
Espírito Santo	961.288	1,0
Maranhão	10.213.804	10,8
Minas Gerais	4.664.429	4,9
Paraíba	5.314.025	5,6
Pernambuco	12.076.135	12,8
Piauí	6.267.511	6,6
Rio Grande do Norte	6.353.705	6,7
Sergipe	4.423.809	4,7
Total	94.349.841	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2011. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2011.

O número de beneficiários do FNE totalizou 1,3 milhão em 2011, registrando ampliação de 10,3% em relação ao número de beneficiários em 2010. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (254,0 mil), seguido do Ceará (182,1 mil), Pernambuco (155,8 mil) e Maranhão (138,1 mil) (Tabela 27). A média de pessoas atendidas nos dez estados, excetuando-se o Estado do Espírito Santo, é da ordem de 127,1 mil beneficiários.

O Estado do Espírito Santo apresentou 1,6 mil beneficiários (Tabela 27). Vale ressaltar que a área de atuação do BNB, neste estado, está restrita a 28 municípios, que são atendidos por duas agências, uma em Colatina e outra em Linhares.

Tabela 27 – FNE - Contratações⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários - Exercício de 2011

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	425.207	76.309	5.572,17	9
Bahia	2.781.477	253.985	10.951,34	1
Ceará	1.792.010	182.116	9.839,94	2
Espírito Santo	108.563	1.639	66.237,34	11
Maranhão	1.510.119	138.144	10.931,48	3
Minas Gerais	508.930	126.142	4.034,58	7
Paraíba	447.090	97.482	4.586,39	8
Pernambuco	1.398.677	55.757	8.979,87	4
Piauí	830.159	114.211	7.268,64	6
Rio Grande do Norte	908.266	73.309	12.389,56	5
Sergipe	380.156	53.223	7.142,70	10
Total	11.090.654	1.272.317	8.716,90	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à capilaridade do crédito, o valor médio contratado por beneficiário no exercício de 2011, foi de R\$ 8.716,90, valor 6,5% inferior ao valor médio contratado por beneficiário em 2010, que foi de R\$ 9.327,67. A maior relação crédito por beneficiário, observada no Estado do Espírito Santo (R\$ 66.237,34), fica muito acima do intervalo observado para os outros estados devido ao reduzido número de beneficiários. Excluindo-se Espírito Santo na análise, os estados com maior relação foram o Rio Grande do Norte (R\$ 12.389,56), a Bahia (R\$ 10.951,34) e o Maranhão (R\$ 10.931,48). Por outro lado, as menores relações foram observadas em Minas Gerais (R\$ 4.034,58), Paraíba (R\$ 4.586,39) e Alagoas (R\$ 5.572,17) (Tabela 27).

Os três estados mais populosos da Região Nordeste – Bahia, Pernambuco e Ceará – contrataram recursos do FNE em 2011 em quinto, oitavo e quarto lugares, respectivamente, no *ranking* de valores contratados per capita, nos onze estados da área de atuação do BNB. Considerando-se toda área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registrou aumento de 0,14% em comparação à relação observada em 2010, passando de R\$ 193,86 para R\$ 194,14 por habitante. O Rio Grande do Norte apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R\$

283,95/habitante, saltando do 3º lugar no ano anterior quando a relação foi de R\$ 236,28/habitante, representando incremento de 20,2% entre os dois anos. O segundo lugar ficou com o Piauí (R\$ 264,35/habitante) que no ano anterior ficara em 1º lugar, seguido pelo Maranhão (R\$ 227,23/habitante) que ficou em 10º lugar em 2010, e Ceará (R\$ 210,08/habitante) posicionado em 2º lugar no ano anterior (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE - Contratações⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2011

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.) ²	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	425.207	3.143	135,27	9
Bahia	2.781.477	14.098	197,30	5
Ceará	1.792.010	8.530	210,08	4
Espírito Santo	108.563	843	128,75	10
Maranhão	1.510.119	6.646	227,23	3
Minas Gerais	508.930	2.783	182,90	6
Paraíba	447.090	3.791	117,92	11
Pernambuco	1.398.677	8.865	157,78	8
Piauí	830.159	3.140	264,35	2
Rio Grande do Norte	908.266	3.199	283,95	1
Sergipe	380.156	2.090	181,91	7
Total	11.090.654	57.128	194,14	-

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE, Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2011 enviadas ao TCU.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) População residente em 01.07.2011 nos municípios da área de atuação do BNB.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 29 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 10,1% do PIB desse setor gerado nos estados da área de atuação do Banco, representando redução de 0,4 ponto percentual em relação ao exercício de 2010, quando a relação FNE - Setor Rural/PIB foi de 10,5%. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí (17,5%), Sergipe (13,0%) e, com 11,0%, a Bahia e o Ceará.

No setor secundário, a importância relativa do Fundo foi de 1,7%, com destaque para os estados do Rio Grande do Norte, em primeiro lugar com

5,9%, seguido do Maranhão (5,7%) e do Ceará (2,9%) em terceiro lugar (Tabela 29). Em relação ao exercício de 2010, os estados do Rio Grande do Norte e do Maranhão ocupavam, respectivamente, a sexta e a nona posição na relação FNE Setor Industrial e PIB Setor Secundário. Nesses estados mudança no desempenho relativamente a esse setor foi ocasionada por investimentos realizados, respectivamente, nas atividades de Produtos Minerais Não Metálicos para Construção, mais especificamente cimento, e de Siderurgia, mais especificamente na fabricação de Laminados Não planos de Aço.

Tabela 29 – FNE - Contratações⁽¹⁾ em Relação ao PIB⁽³⁾⁽⁴⁾ dos Estados - Exercício de 2011

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	8,4	7	0,8	8
Bahia	11,0	3	0,5	10
Ceará	11,0	4	2,9	3
Espírito Santo ⁽²⁾	2,8	11	0,3	11
Maranhão	10,5	5	5,7	2
Minas Gerais ⁽³⁾	10,5	6	2,2	4
Paraíba	6,8	10	2,1	5
Pernambuco	7,9	8	1,0	7
Piauí	17,5	1	1,2	6
Rio Grande do Norte	7,7	9	5,9	1
Sergipe	13,0	2	0,6	9
Total	10,1		1,7	

Fontes: BNB – ETENE e IBGE-Contas Regionais 2009⁽⁴⁾.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do BNB. (3) Os PIBs Rural e Industrial do norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do BNB; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2009 atualizado para dezembro de 2011 pelo IGP_DI da FGV (índice acumulado do período de 116,86%).

3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino. Assim, o FNE alocou R\$ 37,8 bilhões para esse espaço no período 1989 a 2011. De uma maneira geral, as localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R\$ 56,5 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE - Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Região - Período: 1989 a 2011

Região	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil
		%
Semiárido	37.839.574	40,1
Fora do Semiárido	56.510.267	59,9
Total	94.349.841	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2011. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2011.

Durante o exercício de 2011, o FNE aplicou R\$ 4,1 bilhões na região do semiárido nordestino, ou seja, 36,7% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 816,3 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 64,2% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Região - Exercício de 2011

Valores em R\$ mil

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	816.258	64,2	4.068.060	36,7
Fora do Semiárido	456.059	35,8	7.022.594	63,3
Total	1.272.317	100,0	11.090.654	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Este resultado vem refletir o esforço do BNB no cumprimento do que preceitua a legislação do FNE, a qual prevê participação de 50% das contratações do Fundo na região semiárida. Conforme preceitua a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o FNE, no caso da Região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados...” (Brasil, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de 25% e de 15% para os mutuários das demais regiões (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal se deu em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o norte do Espírito Santo. Este último estado (assim como alguns daqueles municípios mineiros) está localizado totalmente fora do semiárido, ampliando o número de municípios do semiárido a serem atendidos, deslocando a relação recursos contratados por região..

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior volume de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos nessa região, visto que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido implicaria, portanto, aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando a alocação de recursos na Região Nordeste como um

todo e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, devem ser consideradas as peculiaridades dos estados da Região Nordeste. Existem unidades federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste (BNB/ETENE, 2011) e registrar significativos índices de crescimento econômico, como por exemplo, o crescimento acumulado do PIB, no período de 2000 a 2009 (BNB/ETENE/CIEST, 2011) apresenta, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam:

- a) dos trinta municípios brasileiros com menores índices de IDH-M, dez estão localizados no Maranhão (PNUD, 2000);
- b) das 27 unidades da federação, o Maranhão ocupa a segunda pior classificação quanto ao rendimento total médio mensal familiar (IBGE, 2008);
- c) os níveis de escolaridade mais baixos do País, que vão se refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão no Maranhão, que registra 61,0% das pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto (IBGE, 2010);

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis inferiores àquelas dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

Como forma de exemplificar que essas questões podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre as regiões geográficas, apresentam-se, na Tabela 32, os valores contratados dentro e fora do semiárido, somando para a região semiárida as contratações, que totalizam R\$ 1,0 bilhão referentes a municípios do Estado do Maranhão que apresentam IDH-M (PNUD, 2000) igual ou inferior ao IDH da região nordeste, também referente ao ano 2000, situado em 0,692 (PNUD, 2008). Assim, no exercício de 2011, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 36,7% para 46,1% (Tabela 31 e

Tabela 32 32).

Tabela 32 – FNE - Contratações(1) por Região (Realocando contratações do Estado do Maranhão) - Exercício de 2011

Região	Valor	%
Semiárido	5.116.092	46,1
Fora do Semiárido	5.974.562	53,9
Total	11.090.654	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A análise da distribuição no semiárido e fora dele requer, ainda, considerações sobre as demandas circunstanciais específicas por financiamentos. Neste exercício de 2011, as demandas se devem, principalmente, ao financiamento de empreendimentos relacionados à Copa do Mundo 2014, em doze cidades-sede brasileiras, dentre elas quatro capitais do Nordeste: Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, localizadas fora do semiárido.

Na perspectiva de fortalecimento da integração da região Nordeste num circuito turístico, esses investimentos se expandem a outras capitais da região, tais como Maceió e João Pessoa, por se localizarem próximas às capitais-sede da Copa.

Outra estratégia de relevante importância, o PAC, programa prioritário do governo federal para aceleração do crescimento, em sua ação convergente e sinérgica, vem prover a infraestrutura necessária para viabilizar o adequado funcionamento dos empreendimentos turísticos, esportivos e recreativos a serem implantados.

Nesse contexto, para exemplificar, destacam-se alguns financiamentos concedidos, neste exercício de 2011. Eles atendem às demandas dessas duas estratégias conjunturais de atuação e de suas atividades complementares, à luz do desenvolvimento e fortalecimento integral das cadeias produtivas:

- em Alagoas:
 - Maceió - infraestrutura turística - implantação de unidade hoteleira e edificações em geral;
- na Bahia:
 - Salvador - ampliação de capacidade do sistema rodoviário e instalação de unidades de geração de energia elétrica - empreendimentos do PAC 1 e 2;
- no Ceará:

- São Gonçalo do Amarante - unidade de geração de energia elétrica - usina termelétrica a carvão mineral - empreendimentos do PAC1 e PAC2;
- Maracanaú - instalação de unidades industriais;
- na Paraíba:
 - Alhandra - instalação de indústria para fabricação de cimento para construção civil;
 - João Pessoa - infraestrutura turística - modernização e ampliação de centro comercial e implantação de unidade hoteleira;
- em Pernambuco:
 - São Lourenço da Mata - construção de instalações esportivas e recreativas - Arena Capibaribe na Cidade da Copa;
- Rio Grande do Norte
 - Guamaré - instalação de unidades de geração de energia elétrica - empreendimento do PAC 2.

3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Ao longo dos 23 anos de operacionalização do Fundo, o Banco envida esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura, ao semiárido, a aplicação de, pelo menos, a metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando maior captação de recursos para essa sub-região.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região e pressupõe o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2011, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50% (R\$ 5,3 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2011 (R\$ 10,6 bilhões).

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos

localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina e, nas mesorregiões de Águas Emendadas, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Bico do Papagaio, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% sobre os encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimentos das parcelas de financiamento dos empreendimentos localizados no semiárido.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncoras e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial – que associa a geração de negócios à organização das atividades produtivas, visando ao aumento da competitividade e à inclusão socioeconômica de mini e pequenos produtores.

No segundo semestre, foi realizada uma reprogramação do FNE 2011, oportunidade em que foi traçado um Plano de Ação para cada estado da área de atuação do Banco. Esse plano visa alavancar e incrementar as aplicações do FNE na região semiárida, destacando-se as seguintes ações:

- realização de maior número de eventos de Agência Itinerante;
- maior aproximação e diálogo com os Colegiados Territoriais e Consórcios Públicos Territoriais;
- estímulo à formação de Arranjos Institucionais para estruturação das Cadeias Produtivas;
- formação de parcerias para estruturação de cadeias produtivas;
- articulação e divulgação das ações de fomento ao crédito com outros programas governamentais, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Território da Cidadania;
- articulação e execução de ações conjuntas com os Comitês Gestores da Caatinga e nas preparações da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga;
- campanha publicitária divulgando as vantagens e os incentivos diferenciados do FNE para aqueles que aplicam na região semiárida,

veiculada em toda a Região Nordeste em rádios, impressos, folders e cartazes;

- priorização da instalação dos Espaços Nordeste em municípios da região semiárida;
- reuniões com os escritórios regionais do SEBRAE para divulgação do FNE nos principais centros comerciais da região semiárida;
- reuniões com as Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL) dos principais municípios de cada jurisdição para divulgação do FNE;
- realização de reuniões com diversas Secretarias Estaduais (principalmente as de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Agrário, Trabalho e Ação Social, dentre outras) para incremento de ações conjuntas e remoção de obstáculos para ampliação das aplicações de recursos na região semiárida;
- apoio, estímulo e proposição de eventos e ações relacionadas à oferta e à disponibilização de formação, capacitação e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural;
- articulação com os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores conscientizando-os sobre a necessidade de firmarem parcerias para a contratação de técnicos projetistas visando ampliar a oferta desse serviço para elaboração dos projetos produtivos;
- ampliação de parcerias com as universidades locais, visando à divulgação de pesquisas voltadas para a região semiárida;
- identificação de atividades e projetos que possibilitem a alavancagem de novos empreendimentos.

Para dotar a região de infraestrutura e projetos estruturantes que permitam a prospecção de negócios para se instalarem no semiárido, foram direcionados, este ano, para essa região climática, recursos na ordem de R\$ 819,8 milhões. Esses recursos de destinam aos setores de Comércio e Serviços, R\$ 820,7 milhões para o Setor Industrial, R\$ 631,2 milhões para projetos de Infraestrutura, R\$ 844,4 milhões para a Agricultura Familiar e mais de R\$ 164,8 milhões para projetos de Agroindústria, dentre outros.

3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário

Em linhas gerais, o Banco do Nordeste pauta suas ações no apoio prioritário aos empreendedores de mini, micro, pequenos e pequeno-médios negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de

prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, não se pode prescindir de considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para esses pequenos empreendimentos.

Na análise por porte de beneficiário do exercício de 2011, observa-se, inicialmente, que foram redefinidos os critérios de classificação do porte de beneficiários do FNE, de acordo com Resolução 043/2011, de 07 de novembro de 2011, conforme apresentado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Definição de porte de beneficiários (R\$ 1,00)

Porte do Produtor / Empresa	Renda Agropecuária/Receita Operacional (Bruta Anual)
Mini-micro	Até 240.000,00
Pequeno	Acima de 240.000,00 a 2.400.000,00
Pequeno-Médio	Acima de 2.400.000,00 até 16.000.000,00
Médio	Acima de 16.000.000,00 até 90.000.000,00
Grande	Acima de 90.000.000,00

Fonte: MI/SUDENE/CONDEL, 2011.

A mudança na metodologia de classificação dos empreendimentos por porte e a orientação da Norma Técnica nº 45 /CGFCF/DPNA do Ministério da Integração, a Coordenação-Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento, e o Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos, que em seu item 22 preceitua que “para efeito de verificação do cumprimento dos limites propostos [...], ao final do exercício financeiro de 2011, o Banco administrador deverá considerar a nova classificação de porte proposta [...] para a totalidade das operações contratadas no referido exercício” (MI/CGFCF/DPNA, 2011), impossibilitaram a análise comparativa desse exercício de 2011 com o de 2010, bem como a análise cumulativa referente às contratações por porte de beneficiário, relativas a todo o período de operacionalização do FNE.

Assim, apresentam-se, a seguir, os efeitos desse diploma legal na análise de contratações por porte de beneficiário relativa ao exercício de 2011, que tem por base os parâmetros descritos no Quadro 3.

No exercício de 2011, os financiamentos a beneficiários de empreendimentos classificados como de mini-micro porte foram predominantes e correspondem a 98,0% do total de beneficiários atendidos, seguido dos beneficiários de pequeno porte que representam 1,6%, dos beneficiários de

pequeno-médio porte que correspondem a 0,2%, os de médio porte a 0,1% e os de grande porte não apresentaram número significativo (Tabela 33).

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE foi observada no Setor Rural, segmento que registrou 1.250,1 mil beneficiários, o que corresponde a 98,3% do total de beneficiários atendidos em 2011. Dos beneficiários do Setor Rural 99,3% são de empreendimentos porte míni-micro (Tabela 33).

Os beneficiários de pequeno porte foram, em 2011, 20,5 mil e predominaram nos setores Comércio e Serviços e Rural, que juntos responderam por 91,2% da quantidade de beneficiários deste porte (Tabela 33).

No que se refere às contratações com beneficiários de empreendimentos de pequeno-médio, médio e grande portes, a participação percentual, neste exercício de 2011, não foi significativa representando, em conjunto, cerca de 0,3% da quantidade total de beneficiários atendidos (Tabela 33).

Em síntese, em todos os setores da economia predominam os financiamentos a beneficiários de empreendimentos de mini-micro e pequeno portes, exceto no de Infraestrutura devido à característica de capital intensivo da atividade. Nesse segmento foram atendidos apenas empreendimentos de pequeno-médio, médio e grande portes (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2011

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	1.241.463	99,3	9	3,6	381	15,0	82	28,7	-	-	4.875	25,5	1.246.810	98,0
Pequeno	6.814	0,6	110	44,0	1.527	59,9	163	57,0	-	-	11.913	62,3	20.527	1,6
Pequeno / Médio	787	0,1	61	24,4	416	16,3	30	10,5	4	18,2	1.709	8,9	3.007	0,2
Médio	884	0,1	56	22,4	158	6,2	9	3,2	6	27,3	503	2,6	1.616	0,1
Grande	150	0,0	14	5,6	66	2,6	2	0,7	12	54,6	113	0,6	357	0,0
Total	1.250.098	100,0	250	100,0	2.548	100,0	286	100,0	22	100,0	19.113	100,0	1.272.317	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 46,7% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios beneficiários, no exercício de 2011, perfazendo um total de R\$ 5,2 bilhões. Os valores para esses portes de empreendimento foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 2,8 bilhões) e Comercial e Serviços (R\$ 1,6 bilhão), conforme Tabela 34.

Os empreendedores de porte médio, no exercício de 2011, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão, o que equivale a 15,7% das contratações em 2011, predominantemente, por ordem decrescente de valores, nos Setores Rural, de Comércio e Serviços e de Infraestrutura (Tabela 34).

A participação dos beneficiários de empreendimentos de grande porte no volume de recursos contratados foi de 37,5% em 2011, equivalente a R\$ 4,2 bilhões, contratados predominantemente nos setores Industrial, de Infraestrutura e Rural, por ordem decrescente de valores (Tabela 34).

Isso vem demonstrar que esses empreendimentos foram priorizados, que o crédito foi democratizado e que os empreendimentos dessas tipologias de porte absorveram os recursos suficientes para a viabilidade econômico-financeira de seus projetos produtivos.

Tabela 34 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor - Exercício de 2011

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infraestrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini / Micro	1.782.623	45,6	345	0,1	18.992	1,0	8.494	1,7	-	-	223.631	9,0	2.034.085	18,3
Pequeno	477.329	12,2	46.450	13,8	157.819	8,3	74.661	15,0	-	-	862.258	34,8	1.618.517	14,6
Pequeno / Médio	538.282	13,8	9.800	2,9	143.435	7,5	46.130	9,3	268.029	13,7	523.349	21,1	1.529.025	13,8
Médio	497.852	12,7	84.220	25,0	261.148	13,7	109.626	22,1	363.171	18,5	429.684	17,4	1.745.701	15,7
Grande	610.580	15,6	196.060	58,2	1.330.788	69,6	257.600	51,9	1.330.111	67,8	438.187	17,7	4.163.326	37,5
Total	3.906.666	100,0	336.875	100,0	1.912.182	100,0	496.511	100,0	1.961.311	100,0	2.477.109	100,0	11.090.654	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE

Durante o exercício de 2011 todos os municípios que compõem a área de atuação do FNE foram atendidos, o que também ocorreu no ano anterior. O número de municípios, em 2011, foi acrescido devido à emancipação de Nazária, subdistrito de Teresina, ampliando de 223 para 224 o número de municípios do Estado do Piauí e o total de municípios da área de atuação do BNB de 1.989 para 1.990 (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Exercício de 2011

Estado	Nº. de municípios da área de atuação do FNE (A)	Nº. de municípios atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	417	100,0
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0
Maranhão	217	217	100,0
Minas Gerais	168	168	100,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	185	100,0
Piauí	224	224	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.990	1.990	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Dividindo-se o valor total contratado no âmbito do FNE em 2011 (R\$ 11,1 bilhões) pelo número de municípios nos quais os recursos foram aplicados (1.990), alcança-se uma média de R\$ 5,6 milhões contratados por município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 96,0% da área de atuação do Fundo, o que corresponde a 1.910 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.337 municípios no Setor Comércio/Serviços, equivalente a 67,2% da área de abrangência do Fundo (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2011

Setor	Nº. de municípios atendidos pelo FNE no período	% em relação ao nº. de municípios da área de atuação do FNE
Rural	1.910	96,0
Agroindustrial	117	5,9
Industrial	475	23,9
Turismo	152	7,6
Infraestrutura	11	0,6
Comércio/Serviços	1.337	67,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O FNE destinou até R\$ 500 mil para 592 municípios no exercício de 2011. Seguiram-se 1.249 municípios que receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 149 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Exercício de 2011

Faixa de Valor Contratado	Nº. de municípios atendidos pelo FNE no período ⁽¹⁾	% em relação ao total de municípios atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	100	5,0
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	492	24,7
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	414	20,8
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	835	42,0
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	127	6,4
> R\$ 100 milhões	22	1,1
Total	1.990	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipologia de município¹⁵, a Tabela 38 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,6% de todas as operações no exercício de 2011. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se a tais municípios (R\$ 8,8 bilhões ou 77,8% dos recursos contratados).

Tabela 38 - FNE - Contratações por Tipo de Município⁽¹⁾ - Exercício de 2011

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Alta Renda ⁽²⁾	6.418	1,5	2.464.388	22,2
Baixa Renda ⁽³⁾	134.820	30,7	1.529.664	13,8
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	150.419	34,2	3.336.991	30,1
Estagnado de Média Renda ⁽⁵⁾	148.162	33,7	3.759.611	33,9
Total	439.819	100,0	11.090.654	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 Repasses do FNE a Outras Instituições

Em consonância com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Nessa perspectiva, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. Em 2011, as três instituições que receberam repasses de recursos

¹⁵ Para maior detalhamento sobre a metodologia de classificação por tipologia da PNDR, ver item 3.6.

do FNE absorveram cerca de R\$ 53,1 milhões, soma equivalente a 0,5% das contratações realizadas em 2011, com o apoio do FNE. Esse desempenho é aproximadamente 53,0% superior ao ano anterior. No período, a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) contratou 79,4% do volume de recursos repassados a essas instituições. O Banco do Estado de Sergipe (Banese), todavia, contratou o maior número de operações (74,1%). (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações exercício 2011

Valores em R\$ mil

UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	1	3,7	595	1,1
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	20	74,1	10.342	19,5
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	6	22,2	42.170	79,4
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-	-	-	-
Total		27	100,0	53.107	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Quanto à distribuição setorial dos recursos contratados em 2011, 56,5% foram destinados ao Setor de Infraestrutura, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra), conforme a Tabela 40. O Setor Industrial e Turismo absorveu cerca de R\$ 11,6 milhões (21,8%), valor 8,1% superior ao montante destinado ao Setor no exercício de 2010.

Tabela 40 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações exercício 2011

Valores em R\$ mil

Setor / Programa	Contratações ⁽¹⁾			Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Valor	%	
RURAL	12	2.619	4,9	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	12	2.619	4,9	-
INDUSTRIAL E TURISMO	3	11.557	21,8	-
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	3	11.557	21,8	-

Setor / Programa	Contratações ⁽¹⁾			Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Valor	%	
INFRAESTRUTURA	1	30.000	56,5	-
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra)	1	30.000	56,5	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11	8.931	16,8	-
	11	8.931	16,8	-
Total	27	53.107	100,0	-

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme se observa na Tabela 41, a Pecuária segue absorvendo a quase totalidade dos recursos destinados ao Setor Rural (90,5%). A atividade que absorve referido volume de recursos é a bovinocultura.

Em termos percentuais, o desempenho da Agricultura Irrigada, passou de 4,6% em 2010, no exercício de 2011, absorveu aproximadamente 9,5% dos recursos do Setor Rural. Todavia, em valores absolutos o total de recursos aplicados em 2011 pelas instituições repassadoras, nesta atividade, é equivalente ao montante do exercício anterior, 2010.

Tabela 41 – FNE – Bancos Repassadoros – Contratações⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício 2011

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	10	2.369	90,5
Bovinocultura	10	2.369	90,5
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	-	-	-
AGRICULTURA IRRIGADA	2	250	9,5
Outras Atividades	2	250	9,5
Total	12	2.619	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

De acordo com a Tabela 42, o montante contratado no âmbito do Setor Industrial e Turismo foi destinado, sobretudo, ao turismo (65,8%), para atividades de hospedagem.

Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	-	-	-
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	1	3.362	29,1
Outros	1	3.362	29,1
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	1	595	5,2
Mobiliário	1	595	5,2
TURISMO	1	7.600	65,8
Hospedagem	1	7.600	65,8
Total	3	11.557	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor de Comércio e Serviços, que absorveu R\$ 8,9 milhões, ou seja, 16,8% dos recursos repassados, destinou 47,5% desse montante a atividades ligadas ao comércio varejista. A outra parte dos recursos foi investida em atividades de prestação de serviços, como aquelas ligadas à saúde, que absorveu quase a metade desses recursos. (Tabela 43).

Tabela 43 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	1	4.243	47,5	1,0
Comércio Varejista	1	4.243	47,5	1,0
SERVIÇOS	10	4.688	52,5	1,1
Saúde	2	2.272	25,4	0,5
Construção Civil	1	304	3,4	0,1
Imobiliárias e Aluguéis	2	993	11,1	0,2
Alimentação	2	368	4,1	0,1
Transporte	3	751	8,4	0,2
Total	11	8.931	100,0	2,1

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Como mostra a Tabela 44, o montante de R\$ 30 milhões aplicados em infraestrutura ocorreu na rubrica destinada a Transporte Terrestre, soma que

representa 56,5% do total de recursos do FNE repassados a outras instituições.

Tabela 44 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações⁽¹⁾ por Atividade no Setor Infraestrutura – Exercício 2011

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ mil	
		Valor	%
Transporte Terrestre	1	30.000	100,0
Total	1	30.000	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme demonstrado na Tabela 45, os investimentos realizados por meio das instituições repassadoras fora do semiárido alcançaram o índice de 73,9%. Este indicador justifica-se pelo investimento contratado no âmbito do Proinfra, no valor de R\$ 30 milhões, na área de Transporte Terrestre, em Camaçari-BA (Tabela 50).

Tabela 45 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações⁽¹⁾ por Região – Exercício 2011

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	7	25,9	13.845	26,1
Fora do Semiárido	20	74,1	39.262	73,9
Total	27	100,0	53.107	100,0

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Do ponto de vista da quantidade de beneficiários das operações de crédito, verifica-se que estes se encontram predominantemente no Setor Rural, entre os de mini, micro e pequeno portes (59,3%)¹⁶. Conforme

¹⁶ Considerado o porte anterior à Resolução n. 043/2011.

Tabela **46**, em 2011, apenas um contrato foi firmado com empreendimento de grande porte, pertencente ao Setor de Infraestrutura.

Tabela 46 – FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor – Exercício 2011

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	10	83,3	-	-	-	-	-	-	6	54,6	16	59,3
Médio	2	16,7	-	-	3	100,0	-	-	5	45,5	10	37,0
Grande	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	3,7
Total	12	100,0	-	-	3	100,0	1	100,0	11	100,0	27	100,0

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

No que concerne ao volume de recursos contratado segundo o porte dos beneficiários, constata-se que o empreendimento de grande porte consumiu 56,5% dos recursos repassados no Setor Infraestrutura (Tabela 47), referente a Transporte Terrestre em Camaçari (BA), como visto.

Tabela 47 – FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício 2011

Porte	Valores em R\$ mil					
	Rural	Agroindustrial	Industrial e Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	2.190	-	-	-	1.932	4.122
Médio	421	-	11.557	-	7.000	18.985
Grande	-	-	-	30.000	-	30.000
Total	2.619	-	11.557	30.000	8.932	53.107

Fontes: AGE, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na posição de 30.12.2011, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 151,5 milhões, contra R\$ 114,5 milhões do exercício anterior. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE encontra-se na Desenbahia, passando de uma taxa de 0,6%, em 2010, para 3,8%, em 2011. A AGN, que liderava esse ranking nos anos anteriores, reduziu seu índice de inadimplência de 5,3% para 3,3%, no mesmo período. O Banese que vinha operando com 100% dos reembolsos realizados no prazo previsto, apresenta, em 2011, inadimplência de 2,7%. O BDMG segue com taxa de inadimplência igual a zero (Tabela 48).

Tabela 48 – FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Setor	Instituições Repassadoras							
	AGN		BANESE		DESENBAHIA		BDMG	
	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência
Industrial	1.474	4,8	12.304	-	8.934	9,9	-	-
Rural	1.118	2,8	17.272	9,7	10.756	1,0	-	-
Outros	4.080	4,2	32.908	-	28.824	3,0	33.789	-
Total	6.672	3,3	62.484	2,7	48.514	3,8	33.789	-

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE e considerando-se que, em 2010, as instituições repassadoras realizaram contratações em 51 municípios, houve considerável retração no que diz respeito à dispersão territorial, haja vista que, no presente exercício, os financiamentos do FNE alcançaram 16 municípios da área de atuação dessas instituições. Nesse contexto, o Setor Rural abrangeu maior número de municípios. De outra forma, os que receberam maior volume de recursos foram Camaçari-BA (56,5%), Vitória da Conquista-BA (22,8%) e Aracaju-SE (14,4%). (Tabela 49 e Tabela 50). Adicionalmente, a Tabela 53A, adotando corte por município, detalha essas contratações segundo o porte do empreendimento e o programa de financiamento.

Tabela 49 – FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício 2011

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos ⁽¹⁾
Rural	11
Agroindustrial	-
Industrial	2
Infraestrutura	1
Comércio/Serviços	5

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 50 – FNE - Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Município – Exercício 2011

Valores em R\$ mil		
Município	Valor Contratado	%
SÃO JOSÉ DE MIPIBU (RN)	595	1,1
CAETITE (BA)	67	0,1
RIBEIRO DO POMBAL (BA)	11	0,0
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	12.093	22,8
CAMAÇARI (BA)	30.000	56,5
ARACAJU (SE)	7.647	14,4
CAMPO DO BRITO (SE)	540	1,0
CUMBE (SE)	609	1,2
ESTANCIA (SE)	201	0,4
FEIRA NOVA (SE)	301	0,6
FREI PAULO (SE)	270	0,5
GENERAL MAYNARD (SE)	178	0,3
LAGARTO (SE)	100	0,2
POÇO VERDE (SE)	304	0,6
PORTO DA FOLHA (SE)	34	0,1
TOBIAS BARRETO (SE)	157	0,3
TOTAL	53.107	100,0

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A dinâmica da economia brasileira na última década, a despeito de se ressentir com as intermitentes crises financeiras internacionais, tem favorecido alguns indicadores econômicos e sociais importantes, fatores que possivelmente influenciaram o aumento da demanda por crédito. Assim, os recursos do FNE têm-se mostrado insuficientes, frente à crescente demanda dos últimos anos, fato que repercute no volume de recursos efetivamente repassados a outras instituições de crédito.

3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

A Resolução nº. 032/2010, de 30/07/2010, do CONDEL/SUDENE aprovou a Proposição nº. 031/2010, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício 2011, estabelecendo as prioridades setoriais e espaciais.

Dessa forma, o presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o referido exercício.

3.5.1 Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades):

I. Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: software e hardware, semicondutores, eletroeletrônicos, bens de capital, fármacos e medicamentos; e em atividades capazes de gerar novos usos e produtos (atividades portadoras de futuro, especialmente: microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, mecatrônica);

No ano de 2011, o Banco do Nordeste aplicou cerca de R\$ 8,0 milhões no segmento de informática e medicamentos, conforme demonstrado na Tabela 51. Nesse segmento as contratações realizadas correspondem às atividades de desenvolvimento de programas de informática, consultoria em sistemas de informática, serviços de engenharia, centro de processamento de dados, fabricação de computadores, entre outros.

Relacionados à fabricação de medicamentos, os investimentos realizados no ano alcançaram R\$ 58,8 milhões.

Tabela 51 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2011

Segmento	Nº de Operações	Valores em R\$ mil	
		Valor (R\$)	
Informática	62	8.070	
Medicamentos	10	58.840	
Total	72	66.910	

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Projetos de infraestrutura: energia (inclusive aquelas de fontes renováveis), transporte (inclusive multimodais), armazenagem, telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, gasodutos, portos, e terminais;

Com relação a projetos de geração de energia a partir de fontes renováveis, foram investidos R\$ 570,4 milhões no financiamento a usinas de energia eólica, em 2011, conforme apresentado na

Tabela 52.

No segmento de telecomunicações, de acordo com a referida tabela, os recursos aplicados foram da ordem de R\$ 106,6 milhões no período.

Tabela 52 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos de Infraestrutura – Exercício de 2011

Segmento	Nº de Operações	Valores em R\$ mil	
		Valor (R\$)	
Energias renováveis	7	570.412	
Telecomunicações	35	106.615	
Total		677.027	

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Projetos relacionados à indústria e montagem de veículos automotores inclusive veículos pesados (ônibus, tratores, caminhões, locomotivas) e de materiais de transporte inclusive acessórios, componentes, autopeças, reboques e carrocerias;

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 53, em apenas 01 (uma) operação o produto Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Ferroviários alocou 50,7% dos recursos dessa indústria. Tal investimento foi realizado no município de Barbalha-CE e está relacionado com o projeto da ferrovia Transnordestina. Em seguida vem o segmento da indústria naval de Maceió-AL, que contratou 40,8% dos recursos nessa prioridade.

Tabela 53 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Exercício de 2011

Atividade	Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ mil	
			Valor	
Ind. Transportes	Fab. Cabines, carrocerias e reboques p/caminhão	10	1.294	
	Fab. Peças/Acessórios	4	149	
	Constr./Reparo Embarcações para esporte e lazer	1	7.000	
	Fab. Peças e Acessórios p/veículos ferroviários	1	8.696	
Total geral		16	17.139	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

IV. Projetos relacionados a empreendimentos que se articulem e potencializem, econômica e socialmente, os efeitos das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do PRODETUR;

No ano de 2011 o FNE destinou aproximadamente 1,4 bilhão ao atendimento das demandas do PAC (Tabela 54). Tais recursos contemplaram seis estados da área de atuação do BNB. As atividades de Geração e Transmissão de Energia Elétrica se destacam pelo grande volume de recursos contratados com participação de 74,3%.

Tabela 54 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil		
UF	ATIVIDADE	VALOR
CE	Geração de Energia Elétrica	250.000
BA	Geração de Energia Elétrica	267.980
RN	Geração de Energia Elétrica	302.420
MA	Geração de Energia Elétrica	83.490
PE	Transmissão de Energia Elétrica	60.740
PI/MA	Transmissão de Energia Elétrica	70.000
BA	Rodovia	358.440
TOTAL		1.393.070

Fonte: Ambiente de Negócios com Governo e Pessoa Física

Quanto às ações do PRODETUR, o presente relatório não as contempla, tendo em vista estas ações não possuem recursos do FNE.

V. Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura, com ênfase na melhoria dos índices zootécnicos, na produtividade, na organização, e na gestão da unidade produtiva.

A Tabela 55 apresenta informações relativas aos projetos contratados nessa prioridade. Dessa forma, verifica-se a contratação de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão em 279.470 operações. Destaque para a bovinocultura que respondeu por 73,7% das operações e por 84,7% do valor contratado.

Tabela 55 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos Relacionados à Ovinocaprinocultura, à Bovinocultura e à Avicultura – Exercício de 2011

Atividade	Nº de Operações	Valores em R\$ mil	
			Valor
Ovinocaprinocultura	51.442		167.316
Bovinocultura	206.058		1.429.165
Avicultura	21.970		90.050
Total geral	279.470		1.686.531

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

VI. Projetos Agroindustriais;

Ver item 3.1.2

VII. Projetos de agricultura irrigada, fruticultura, em polos agrícolas, agroindustriais e/ou de áreas de comprovada aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado;

Conforme acordado com o MI, a

Tabela 56 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação de atividades de fruticultura irrigada. Não distingue, contudo, aqueles localizados em polos agrícolas, agroindustriais e/ou em áreas de comprovada aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado.

Observa-se que a cultura da banana concentrou 52,8% do valor contratado, ficando também com a maior quantidade de operações (34,9%). Do montante contratado nessa cultura, 51,3%, ou seja, R\$ 7,3 milhões foram destinados ao município de Russas-CE. Em seguida vem a cultura da acerola, que contratou aproximadamente R\$ 7,2 milhões. Nesse caso o município de Jaguaruana-Ce foi responsável pela quase totalidade dos recursos destinados a essa cultura (99,1%). Vale ressaltar que tanto o município de Russas quanto o município de Jaguaruana ficam localizados na região conhecida como Baixo Jaguaribe, área conhecida pelo seu potencial hídrico e, dessa forma, propícia ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

Tabela 56 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados¹ em Fruticultura Irrigada² – Exercício de 2011

Produto	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Abacaxi	8	2,6	19	0,1
Acerola	15	4,9	7.180	26,6
Ata / Pinha	2	0,7	55	0,2
Banana	107	34,9	14.234	52,8
Cacau	1	0,3	97	0,4
Caju	12	3,9	375	1,4
Coco	10	3,3	643	2,4
Goiaba	21	6,8	387	1,4
Laranja	3	1,0	27	0,1
Limão	8	2,6	1.861	6,9
Macadâmia	1	0,3	3	0,0
Mamão	37	12,1	379	1,4
Manga	31	10,1	1.129	4,2
Maracujá	35	11,4	230	0,9
Melão	1	0,3	2	0,0

Valores em R\$ mil

Produto	Nº. de Operações	%	Valor	%
Uva	15	4,9	335	1,2
Total	307	100,0	26.956	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Considerados apenas projetos de ampliação.

VIII. Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca;

De acordo com a Tabela 57, entre os financiamentos do BNB destinados a essa prioridade, destacam-se aqueles concedidos no âmbito da atividade de Aquicultura, que detiveram 63,3% do valor contratado. Esse bom desempenho da aquicultura se deve em grande parte à atividade de carcinicultura que em 71 operações contratou R\$ 43,3 milhões, sendo que desse valor R\$ 38,5 milhões, ou seja, 88,9% foram destinados a projetos localizados nos municípios de Acaraú e Granja, ambos na região norte Estado do Ceará, evidenciando assim o potencial da atividade naquela região. Vale ressaltar ainda que o grande volume de recursos alocados para esta atividade está relacionado à sua estrutura produtiva, que exige maiores inversões.

Observa-se, também, que a pesca utilizou 25,1% do montante dos recursos, sendo responsável por 49,8% das operações contratadas no período. Esse fator pode contribuir para a modernização da atividade, tendo em vista ser esta uma importante fonte de renda para a população nordestina, mas que ainda carece de infraestrutura de apoio, conforme evidenciado em Vidal e Gonçalves (2010).

Tabela 57 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos de Floricultura, Apicultura, Aquicultura e Pesca – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil

Atividade	Nº de Operações	Valor
Apicultura	2.728	11.804
Aquicultura	3618	67.361
Flores	21	200
Pesca	6.318	26.566
Total	12.684	105.931

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que a atividade Apicultura contratou aproximadamente R\$ 11,8 milhões em 2.728 operações, distribuídas entre 463 municípios da área de atuação do FNE o que denota a importância dessa atividade para a região.

IX. Projetos de produção de grãos;

No que tange à produção de grãos, pode-se observar que, no ano 2011, o produto que obteve maior número de operações foi o milho com 3.936 contratos, representando 29,8% do total das 13.189 operações realizadas. Em seguida vem a cultura do feijão, com 495 operações, representando, 3,8% das operações contratadas no período (

Tabela 58). Ao considerarmos essas culturas, inclusive na forma de consórcio (feijão e milho), constata-se que esses produtos, ambos tradicionais na agricultura regional, respondem juntos por 36,8% dos contratos firmados para a produção de grãos.

Quanto ao volume aplicado segundo o produto, percebe-se que a maior parcela dos recursos foi aplicada para a produção de soja, totalizando aproximadamente R\$ 476,4 milhões, representando 74,7% do volume total aplicado na atividade de produção de grãos. A produção de milho, com aplicações da ordem de aproximadamente R\$ 120,8 milhões, representou 18,9% do volume total contratado (

Tabela 58).

Tabela 58 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos de Produção de Grãos – Exercício de 2011

Atividade	Produto	Qtde Oper	Valores em R\$ mil
			Vi. Contratado
Grãos	Arroz	366	13.403
	Feijão	495	5.196
	Feijão e Milho	419	5.029
	Milheto	6	32
	Milho	3.936	120.783
	Soja	398	476.381
	Sorgo	13	372
	Milho Doce	11	180
	Outros	7.545	16.233
Total		13.189	637.610

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

X. Projetos voltados para a produção de alimentos básicos para o consumo da população;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos, por ocasião do agravamento da crise de

alimentos no mundo, com registro de alta excessiva nos preços das *commodities* agrícolas. Para atenuar referida situação, essa linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana de açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e taxa de juros de 2% a.a.

Em 2011, o BNB aplicou em sua área de atuação aproximadamente R\$ 300,8 milhões nessa linha especial de crédito, o que representa 22,6% do valor investido pela instituição ao amparo do FNE Pronaf. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 66,0% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme Tabela 59, a ovinocultura (7,1%) e a Fruticultura com participação de 6,7%.

Tabela 59 – FNE – Contratações em Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Exercício de 2011

Programa	Atividade	Valores em R\$ mil	
		Qtde Oper	VI. Contratado
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	Apicultura	178	3.128
	Avicultura	155	3.312
	Bovinocultura	8.773	198.517
	Pesca	194	3.254
	Caprinocultura	556	8.424
	Fruticultura	616	20.197
	Grãos	89	5.409
	Olericultura	177	6.845
	Ovinocultura	1.151	21.287
	Outros	1.267	30.461
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE) Total		13.156	300.833

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XI. Projetos da Indústria Química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 60 mostra os projetos relacionados à Indústria Química. Nessa prioridade foram contratados R\$ 38,8 milhões em 19 operações efetivadas. Destaque para a região do polo petroquímico de Camaçari-Ba, que foi responsável por 89,4%¹⁷ dos recursos contratados.

Tabela 60 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos da Indústria Química – Exercício de 2011

Atividade	Produto	Qtde Oper	Valores em R\$ mil	
			VI. Contratado	
Ind. Prod. Químicos	Fab. Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo	4	2.019	
	Fab. Prod. Petroquímicos Básicos	2	31.800	
	Fab. Prod. Químicos Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/Resinas	3	1.179	
	Fab. Corantes, Pigmentos e Silica-Gel	1	2.900	
	Fab. de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	7	863	
	Fab. Gases Industriais	1	25	
	Fabricação de desinfetantes sanitários	1	18	
	Total geral		19	38.804

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XII. Projetos relacionados à indústria de minerais não metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 61, nessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às indústrias: metal-mecânica, siderúrgica e de minerais não metálicos. Assim, constata-se que a indústria de minerais não metálicos obteve uma expressiva participação nas operações (69,3%) como também nos valores contratados (54,7%). Dentro deste segmento, destaque para a Indústria de Cimento que alocou 80,1%¹⁸ dos recursos, distribuídos entre cinco operações em quatro estados nordestinos, a saber: Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Tabela 61 – FNE – Contratações em Projetos da Indústria Metal-Mecânica, Siderúrgica e Minerais Não metálicos - Exercício de 2011

Atividade	Qtde Oper	%	Valores em R\$ mil	
			VI. Contratado	%
Ind. Metal-Mecânica	149	30,3%	132.891	16,0%

¹⁷ Base do Ativo do BNB.

¹⁸ Base do Ativo do BNB.

Ind. Siderúrgica	2	0,4%	244.090	29,3%
Ind.Prod. Minerais não Metálicos	341	69,3%	455.645	54,7%
Total geral	492	100,0%	832.626	100,0%

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XIII. Projetos relacionados aos empreendimentos hoteleiros; outros meios de hospedagem e instrumentos de apoio a essa atividade e arenas multiusos situadas nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014;

Em março de 2010 foi lançada, em Fortaleza, a linha de financiamento Proatur Copa, em parceria com o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e a SUDENE, com participações de representantes de vários estados da região Nordeste. Referida linha está apoiada nas condições de financiamento do Programa de Apoio ao Turismo Regional – FNE Proatur aprovadas para 2010, notadamente quanto ao aumento do prazo de financiamento de hotéis de 15 para 25 anos e permissão para o financiamento de arenas multiusos (áreas esportivas adaptadas para atendimento a vários tipos de eventos), tendo como objetivo principal o provimento da infraestrutura turística necessária às cidades-sede da região Nordeste (Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) e seu entorno, com vistas à realização do evento Copa 2014.

Com base no levantamento das atividades financiadas nessa prioridade, constata-se que 50,4% dos recursos foram destinados à construção de arenas multiusos, mais especificamente a construção da arena na cidade de São Lourenço da Mata, localizada na Região Metropolitana de Recife. Já o ramo hoteleiro foi responsável por 28,0% dos recursos e por 53,1% das operações, o que atende necessidade específica desse segmento, conforme identificado em Sousa et al (2010).

Tabela 62 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos relacionados ao Turismo – Exercício de 2011

Produto	Qtde Oper	%	Valores em R\$ mil	
			Vi. Contratado	%
Aluguel de Imóveis	1	0,3	60.760	12,2
Atividades relacionadas à área de Transportes	53	18,5	11.784	2,4
Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	26	9,1	4.478	0,9
Restaurantes e Similares	43	15,0	17.175	2,9
Corretora, Distribuidores, Prestadora de Serv. Financeiros e Bancos	1	0,3	7.600	1,5
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue com restaurantes	98	34,3	114.738	23,1
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda, Albergue sem restaurantes	54	18,9	24.256	4,9
Promoção/Produção de Espetáculo Artístico, Cultural, Típico/Regional	3	1,0	3.098	0,6
Parques de diversão e parques temáticos	1	0,3	5.162	1,0
Arenas Multiusos	1	0,3	250.000	50,4

Outros	5	1,7	460	0,1
Total geral	286	100	496.511	100

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XIV. Projetos da indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

Nessa prioridade o BNB financiou 619 operações, totalizando R\$ 172,9 milhões, sobressaindo-se as atividades Indústria de Vestuário e Acessórios e Indústria de Calçados que absorveram, respectivamente, 48,2% e 43,1%, desses recursos, ficando a Indústria de Mobiliários com participação de 8,7% (Tabela 63). Importante destacar que nessa prioridade 76,7%¹⁹ dos recursos foram destinados a empresas instaladas no semiárido nordestino, o que tem contribuído para o desenvolvimento econômico de diversos municípios localizados nessa região.

Tabela 63 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2011

Atividade	Produto	Qtde Oper	%	Vi. Contratado	%
Ind. Calçados	Fab. Calçados de Couro	19	3,1	7.372	4,3
	Fab. Calçados de Plástico	24	3,9	48.624	28,1
	Fab. Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	26	4,2	15.966	9,2
	Fabricação de Partes para Calçados, de Qualquer Material	4	0,6	2.526	1,5
Ind. Mobiliário	Fab. Armários Embutidos de Madeira	8	1,3	1.858	1,1
	Fab. Colchões	5	0,8	794	0,5
	Fab. Móveis com Predominância de Metal	43	6,9	2.117	1,2
	Fab. Móveis Estofados	16	2,6	1.205	0,7
	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	82	13,2	8.827	5,1
	Serrarias com Desdobramento de Madeira	3	0,5	192	0,1
Ind. Vestuário e Acessórios	Serviços de Montagem de Móveis de Qualquer Material	3	0,5	114	0,1
	Fab. Art. do Vestuário	207	33,4	50.226	29,0
	Fab. Acess. do Vestuário	54	8,7	5.990	3,5
	Fab. Tecidos e Art. de Malha	9	1,5	667	0,4
	Fabr. Aviamentos p/costura	1	0,2	21.482	12,4
	Fab. Bijuteria	2	0,3	137	0,1
	Confec de Peças de Vestuário, exceto roupas Íntimas e as Confecções sob Medida	107	17,3	4.668	2,7

¹⁹ Base do Ativo do BNB.

Fab. de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	3	0,5	105	0,1
Confecção de roupas íntimas	3	0,5	62	0,0
Total geral	619	100,0	172.932	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XV. Apoio a projetos de extração de minerais metálicos e não metálicos, petróleo e gás natural;

De acordo com a Tabela 64, foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos, 74,1%. Esse bom desempenho da atividade deve-se aos investimentos realizados na extração de cobre, tendo em vista que esse segmento foi responsável por 77,4%²⁰ dos recursos aplicados nessa atividade.

Tabela 64 – FNE - Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais, Petróleo e Gás Natural - Exercício de 2011

Atividade	Qtde Oper	%	Valores em R\$ mil	
			VI. Contratado	%
Extração de Minerais Metálicos	14	31,8	26.874	14,4
Extração de Carvão, Petróleo e Gás	2	4,5	21.416	11,5
Extração de Minerais Não - Metálicos	28	63,6	138.500	74,1
Total geral	44	100,0	186.790	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XVI. Apoio a projetos de serviços de manutenção da Indústria Metal-Mecânica;

A Tabela 65 traz informações acerca das atividades relacionadas à Indústria Metal-Mecânica, inclusive detalhando os objetivos das contratações. Assim, percebe-se que os projetos relacionados à manutenção dos empreendimentos foram responsáveis por 56,4% do número de operações, vindo em seguida os projetos de modernização com 27,5%. No que concerne aos valores contratados, destaque para os projetos de expansão que responderam por 76,8% dos recursos alocados para essa prioridade.

Tabela 65 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Projetos de Serviços de Manutenção para Metal – Mecânica – Exercício de 2011

Atividade	OBJETIVO	Qtde Oper	Valores em R\$ mil	
			VI. Contratado	%
IND. METAL-MECANICA	AMPLIACAO	11	2.898	2,2
	EXPANSÃO	3	102.074	76,8
	IMPLANTAÇÃO	7	369	0,3
	MANUTENCAO	84	4.720	3,6

²⁰ Base do Ativo do BNB.

MODERNIZAÇÃO	41	27,5	2.989	2,2
OUTROS	2	1,3	16.960	12,8
RELOCALIZAÇÃO	1	0,7	2.880	2,2
Total geral	149	100,0	132.891	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

XVII. Projetos do Setor de Comércio e Serviços;

Ver item 3.1.6.

3.5.2 Prioridades Espaciais

- *Projetos localizados na porção semiárida.*

Ver item 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

- *Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.*

Ver item 3.6 - O FNE no Contexto da PNDR

- *Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;*

Para esta prioridade, foi acordado com o MI o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 66 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados por intermédio dos subprogramas AGRIN, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agrinf e MPE Agroindústria, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados. Foram destinados recursos a nove perímetros, abrangendo sete estados da área de atuação do FNE.

Entre esses projetos merece destaque o perímetro irrigado Jaguaribe-Apodí, que em duas operações contratou 45,2% dos recursos nessa prioridade (Tabela 66). Em seguida, em termos de valores contratados, vem o perímetro São Gonçalo, localizado no município de Sousa-PB, que contratou aproximadamente 2,7 milhões, o que representa 36,0% das contratações.

Tabela 66 – FNE - Contratações⁽¹⁾ de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados⁽²⁾ Públicos – Exercício de 2011

(Em R\$ mil)						
Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº. de Operações	%	Valor	%

	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL (BA)	Barreiras	4	19,1	523	7,1
BA	CERAIMA	Guanambi	1	4,8	67	0,9
	FORMOSO "A" e "H"	Bom Jesus da Lapa	1	4,8	94	1,3
CE	JAGUARIBE-APODI (CE)	Russas	2	9,5	3.330	45,2
		Limoeiro do Norte	1	4,8	51	0,7
MG	LAGOA GRANDE (MG)	Janaúba	1	4,8	103	1,4
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Sousa	5	23,8	2.653	36,0
PE	BEBEDOURO	Petrolina	1	4,8	16	0,2
PI	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ (PI)	Parnaíba	2	9,5	289	3,9
RN	ITANS (RN)	Caicó	3	14,3	246	3,3
Total			21	100,0	7.372	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Operações enquadradas no AGRIN, PRONAF-Agroindústria, PRONAF-AGRINF e MPE-Agroindústria.

3.6 O FNE no Contexto da PNDR

i. *Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.*

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos nas regiões definidas como prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR é uma política priorizada pelo Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e o estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação do Produto Interno Bruto Municipal por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4, onde foram aplicados no exercício 2011, 77,8% dos recursos contratados pelo Fundo. Com base na Tabela 67, verifica-se certo equilíbrio entre a quantidade de projetos financiados para as tipologias *Estagnada e Dinâmica*²¹, sendo o desempenho desta última categoria ligeiramente superior, vindo logo em seguida a tipologia *Baixa Renda*.

Outro ponto que merece atenção é que, tanto os municípios enquadrados na categoria *Baixa Renda* como os classificados como *Estagnado de Média Renda* aparecem em 2011 com maior participação, em relação ao exercício anterior, no tocante aos recursos contratados. Vale ressaltar ainda que tocante ao volume de recursos, os municípios *Estagnados de Média Renda* superaram, nesse exercício, os municípios tidos como *Dinâmicos de Média Renda*. Esses são aspectos bastante positivos ao considerarmos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios de baixa renda e de média renda estagnada poderão contribuir de forma decisiva para a dinamização dessas economias.

Tabela 67 – FNE - Projetos Contratados⁽¹⁾ por Tipologia PNDR – Exercício de 2011

Valores em R\$ Mil				
Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Alta Renda ⁽⁵⁾	6.418	1,5	2.464.388	22,2
Baixa Renda (2)	134.820	30,7	1.529.664	13,8
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	150.419	34,2	3.336.991	30,1
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	148.162	33,7	3.759.611	33,9
Total	439.819	100,0	11.090.654	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

²¹ A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB Programação FNE 2010.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varia entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

A Figura 2 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, os municípios considerados de alta renda concentram-se no entorno das cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. O que se pode constatar diante desse quadro é que o FNE tem contribuído decisivamente para o desempenho econômico dos demais municípios da região, onde foram contratados R\$ 8,6 bilhões em 433.401 operações (98,5%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas nas áreas menos favorecidas da região Nordeste.

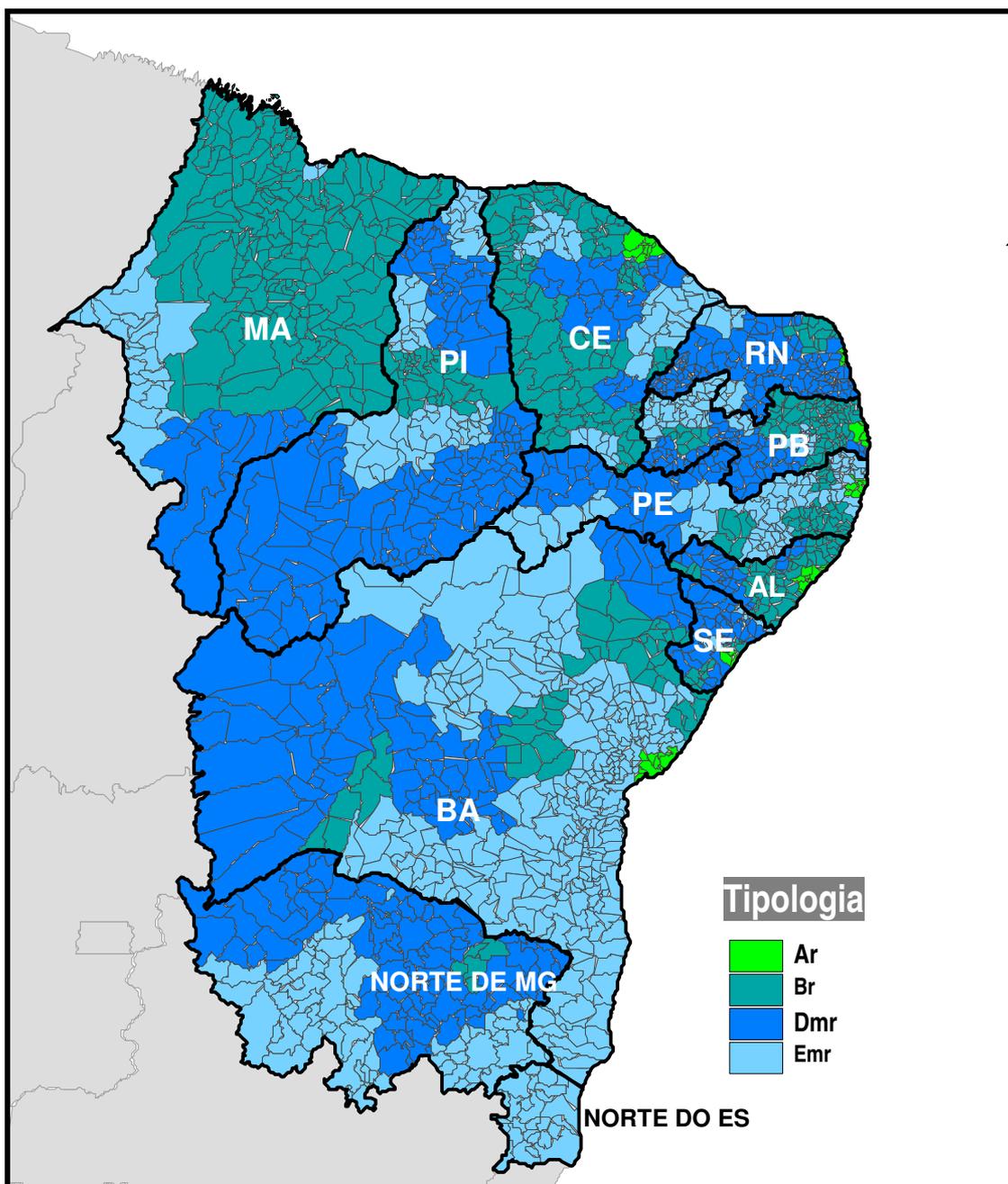


Figura 2 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.
 Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

i.i Contratações por Tipo de Município e Porte

De acordo com a Tabela 68, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro juntamente com as categorias de pequeno porte e pequeno médio, foram responsáveis, dentro das áreas prioritárias, por 99,7% dos contratos firmados, havendo certo equilíbrio na distribuição entre as tipologias Baixa Renda, Dinâmico de Média Renda e Estagnado de Média Renda. Esse

fato evidencia a preocupação por parte do BNB em atender a população dessas regiões mais carentes, principalmente os pequenos empreendedores. No que concerne aos recursos contratados, constata-se que os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por 29,9% do volume contratado nas áreas prioritárias da PNDR, seguidos pelos mini/micro com participação de 22,9%, dentro das áreas prioritárias.

Tabela 68 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte – Exercício de 2011

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	3.694	59.796	1.827	183.404	560	280.436	262	355.284	75	1.585.468	6.418	2.464.388
Baixa Renda	130.767	618.193	3.569	317.591	308	100.794	131	105.498	45	387.588	134.820	1.529.664
Dinâmico de Média Renda	144.339	653.767	4.761	455.425	883	726.021	308	708.529	129	793.249	150.420	3.336.991
Estagnado de Média Renda	140.379	702.329	6.188	662.097	1.027	421.774	462	576.390	105	1.397.021	148.161	3.759.611
Total	419.179	2.034.085	16.345	1.618.517	2.778	1.529.025	1.163	1.745.701	354	4.163.326	439.819	11.090.654

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.ii Contratações por Tipo de Município e Setor

Como pode ser observado na Tabela 69, o Setor Rural foi responsável por 95,7% das operações realizadas nas áreas prioritárias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (45,1%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase toda a sua totalidade, baseia-se na agropecuária. Em seguida aparece o Setor Comércio e Serviços, que com 16.327 operações foi responsável por 20,3% do volume de recursos, com destaque para o desempenho dos municípios classificados como Estagnados de Média Renda, onde foi contratado aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, o que corresponde a 65,1% dos recursos desse Setor, dentro das áreas prioritárias, no ano de 2011.

Tabela 69 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor – Exercício de 2011

Tipologia	Valores em R\$ Mil													
	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	3.038	18.560	36	18.310	477	394.150	71	360.519	10	949.409	2.786	723.440	6.418	2.464.388
Baixa Renda	130.555	902.850	38	44.573	272	51.500	47	18.499	1	250.000	3.907	262.242	134.820	1.529.664
Dinâmico de Média Renda	144.430	1.894.066	58	97.968	671	334.571	67	19.632	8	640.412	5.185	350.342	150.419	3.336.991
Estagnado de Média Renda	139.577	1.091.190	118	176.024	1.128	1.131.961	101	97.861	3	121.490	7.235	1.141.085	148.162	3.759.611
Total	417.600	3.906.666	250	336.875	2.548	1.912.182	286	496.511	22	1.961.311	19.113	2.477.109	439.819	11.090.654

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iii - Contratações por Tipo de Município por Estado

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias Baixa Renda, Média Renda Estagnada e Média Renda Dinâmica, verifica-se com base na Tabela 70, que o Estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (20,1%), seguido do Ceará (14,0%) e de Pernambuco com 12,3% das operações contratadas. No entanto, analisando-se apenas os contratos na tipologia *Baixa Renda*, constata-se que o Maranhão aparece com o maior número de operações (39.116). Vale lembrar que o Estado do Maranhão possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados do Nordeste. Constata-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia *Baixa Renda*, nos municípios maranhenses, o FNE tem dado especial atenção a esse quadro, tentando através desses financiamentos, melhorar as condições de vida da população mais carente na área de abrangência do BNB.

Tabela 70 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado – Exercício de 2011

Valores em R\$ Mil			
Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	AR	336	204.755
	BR	14.277	170.451
	DMR	11.305	50.001
BA	AR	582	893.262
	BR	13.172	94.473
	DMR	17.202	1.024.688
	EMR	56.555	769.054
CE	AR	2.795	540.703
	BR	36.417	554.978
	DMR	10.972	272.594
	EMR	13.076	423.735
ES	EMR	705	108.563
MA	BR	39.116	490.342
	DMR	2.550	257.403
	EMR	5.733	762.374
MG	BR	982	8.165
	DMR	25.126	262.902

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
	EMR	16.944	237.863
PB	AR	619	135.564
	BR	12.409	70.962
	DMR	8.282	151.234
PE	EMR	12.324	89.330
	AR	868	575.934
	BR	8.919	75.975
	DMR	18.392	163.476
PI	EMR	26.011	583.292
	BR	5.614	25.671
	DMR	23.362	408.749
RN	EMR	10.280	395.739
	AR	509	53.757
	BR	1.427	9.607
	DMR	21.187	504.703
SE	EMR	2.926	340.199
	AR	709	60.413
	BR	2.487	29.040
	DMR	12.041	241.241
	EMR	3.608	49.462
Total	-	439.819	11.090.654

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iv - Contratações por Tipo de Município e Região

Considerando as informações constantes na Tabela 71, percebe-se que a região semiárida, composta nesse caso apenas pelas áreas prioritárias, contratou aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, representando 46,7% do volume contratado e por 64,3% das operações realizadas nas áreas prioritárias.

Tabela 71 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região – Exercício de 2011.

Valores em R\$ Mil

Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	AR	1.441	37.463
	BR	64.293	427.095
	DMR	119.855	1.818.728
	EMR	94.631	1.784.773
Outras Regiões	AR	4.977	2.426.925
	BR	70.527	1.102.569
	DMR	30.564	1.518.263
	EMR	53.531	1.974.838
Total	-	439.819	11.090.654

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins assistidos pelo FNO), do Seridó, Jequitinhonha/Mucuri, do Xingó e dos municípios da mesorregião de Águas Emendadas, constantes da área de atuação da SUDENE.

A Figura 3 mostra a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR. Cabe ressaltar que nessa prioridade, conforme Programação do FNE 2011, foram incluídos os municípios pertencentes à mesorregião de Águas Emendadas, localizados na região norte do Estado de Minas Gerais. Vale salientar também que houve um reordenamento na composição da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, que abrange os municípios localizados nos Estados do Maranhão e do Piauí.

Na Tabela 72 constam os valores dos projetos financiados segundo as áreas de atuação do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas nas mesorregiões localizadas na área de atuação do BNB contrataram, aproximadamente, R\$ 1,5 bilhão, totalizando 72.185 operações.

A mesorregião do Bico do Papagaio destaca-se com o maior volume de recursos contratados com participação de 26,8%. Isso se deve em grande parte a contratação realizada no setor siderúrgico no município de Açailândia-MA²².

Merece destaque ainda a Chapada do Araripe, que ao contratar R\$ 325,1 milhões distribuídos em 18.023 operações, respondeu por 21,6% do valor total contratado e por 25,0% do número de contratos.

Em seguida vem a mesorregião da Chapada das Mangabeiras, que contratou R\$ 300,2 milhões em 3.915 operações. Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso, Sambaíba e Alto Parnaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense. Nela estão incluídos ainda os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios a exemplo de Tasso Fragoso-MA, Uruçuí-PI e Baixa Grande do Ribeiro-PI, também aparecem como principais produtores de algodão de seus respectivos estados, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE.

A mesorregião do Xingó, com participação de 30,4% no número de operações, figura como a mesorregião com maior número de projetos financiados (21.930), com um volume contratado de R\$ 206,0 milhões.

No caso das mesorregiões de Xingó e Chapada do Araripe, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino onde as atividades relacionadas ao meio rural baseiam-se, principalmente, nas pequenas propriedades, as quais desenvolvem principalmente atividades como a ovinocaprinocultura, a apicultura e o cultivo das culturas tradicionais (milho, feijão etc.) em pequena escala.

Tabela 72 – FNE - Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões SPR² – Exercício de 2011

Mesorregiões	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor Contratado	%
Chapada das Mangabeiras	3.915	5,4	300.226	19,9
Chapada do Araripe	18.023	25,0	325.122	21,6
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.769	17,7	178.038	11,8
Xingó	21.930	30,4	206.034	13,7

²² Base do Ativo.

Mesorregiões	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Bico Papagaio	4.430	6,1	404.270	26,8
Seridó	10.550	14,6	85.670	5,7
Águas Emendadas	568	0,8	9.012	0,6
Total	72.185	100,0	1.508.372	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Secretaria de Programas Regionais.

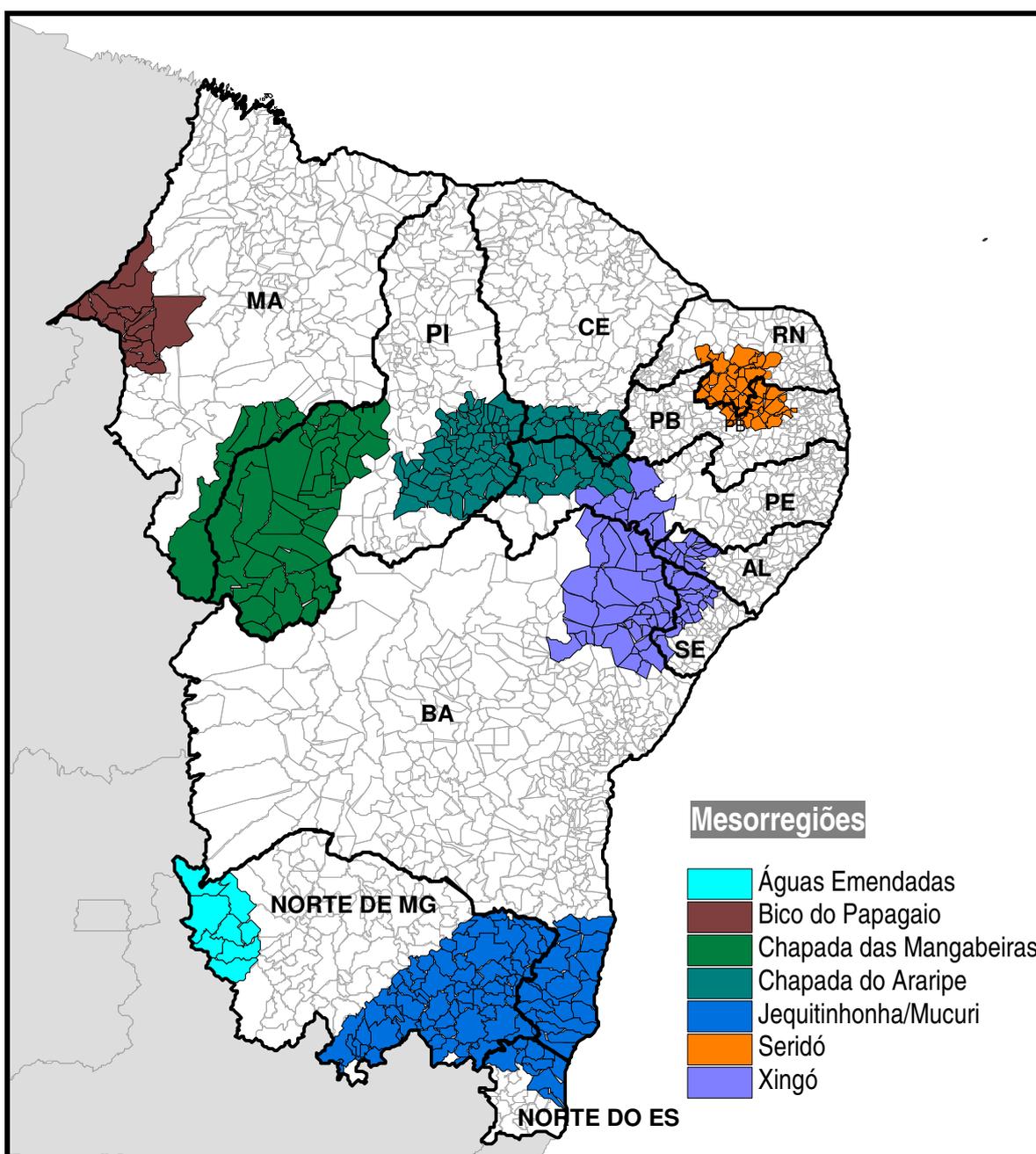


Figura 3 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB.

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

ii.i Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 73, observa-se que de um total de 72.185 operações nas Mesorregiões prioritárias, os empreendimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno médio portes realizaram 71.980 contratos (97,7%), o que levou esses estabelecimentos a alocar 61,1% dos recursos contratados nas mesorregiões. Esse fato evidencia o reconhecimento, por parte do BNB, da importância em apoiar esses empreendimentos, tendo em vista serem fundamentais para a dinamização da economia nesses espaços sub-regionais.

Tabela 73 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil

Mesorregiões	Mini / Micro		Pequeno		Porte Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Chapada das Mangabeiras	3.606	16.337	230	39.580	55	89.253	14	51.212	10	103.844	3.915	300.226
Chapada do Araripe	17.397	89.812	511	90.297	97	50.911	15	31.698	3	62.404	18.023	325.122
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.302	58.313	378	52.030	44	42.670	40	17.387	5	7.638	12.769	178.038
Xingó	21.177	116.521	620	48.301	64	18.402	63	11.943	6	10.867	21.930	206.034
Bico Papagaio	4.175	28.224	184	29.995	49	60.764	20	26.263	2	259.024	4.430	404.270
Seridó	9.928	41.513	537	29.986	58	9.706	27	4.465	-	-	10.550	85.670
Águas Emendadas	544	4.075	22	3.871	2	1.066	-	-	-	-	568	9.012
Total	69.129	354.795	2.482	294.060	369	272.772	179	142.968	26	443.777	72.185	1.508.372

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.ii Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as aplicações do FNE nas Mesorregiões por Estado, é importante destacar que para a delimitação dessas mesorregiões foram consideradas características comuns entre municípios. Assim, existem mesorregiões que abarcam territórios de um ou mais estados.

Nesse sentido, com base nas informações prestadas na Tabela 74, verifica-se que os estados de Pernambuco e da Bahia responderam juntos por 42,4% do número de operações realizadas nas mesorregiões. Vale lembrar que a mesorregião do Xingó, que teve participação de 30,4% no total de operações realizadas nas mesorregiões, abrange os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Em termos de valores contratados, destacam-se os estados do Maranhão e do Piauí, com participação de 26,9% e 20,2%, respectivamente.

Tabela 74 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil			
Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	421	3.050
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.851	105.480
	Xingó	10.642	79.693
Ceará	Chapada do Araripe	6.643	232.395
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	13	1.655
	Bico do Papagaio	4.430	404.270
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	8.918	72.558
	Águas Emendadas	568	9.012
Paraíba	Seridó	3.857	15.400
Pernambuco	Chapada do Araripe	10.493	87.105
	Xingó	5.650	48.725
Piauí	Chapada das Mangabeiras	3.902	298.571
	Chapada do Araripe	887	5.622
Rio Grande do Norte	Seridó	6.693	70.270
Sergipe	Xingó	5.217	74.566
Total		72.185	1.508.372

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.iii Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 75, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 79,5% das operações, absorvendo 45,4% dos recursos contratados. Esses números traduzem mais uma vez a participação das mesorregiões da chapada do Araripe e do Xingó, no que concerne ao número de contratos, bem como a expressiva participação das mesorregiões Bico do Papagaio e Chapada do Araripe no que tange ao volume de recursos contratados.

Tabela 75 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2011

		Valores em R\$ mil	
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárida		57.409	684.834
	Chapada das Mangabeiras	1.941	32.628
	Chapada do Araripe	18.023	325.122
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.965	35.380
	Xingó	21.930	206.034
	Seridó	10.550	85.670
Outras Regiões		14.776	823.538
	Chapada das Mangabeiras	1.974	267.598
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.804	142.658
	Bico Papagaio	4.430	404.270
	Águas Emendadas	568	9.012
Total		72.185	1.508.372

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.iv Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 76, constata-se que o Setor Rural foi responsável por aproximadamente R\$ 707,0 milhões (46,9%), contratados em 69.266 operações (96,0%), denotando mais uma vez a importância desse setor nas mesorregiões.

O Setor Industrial aparece como segundo maior em ordem de importância no tocante aos investimentos, com participação de 23,8% dos valores contratados.

Já o Setor Comércio e Serviços aparece como segundo maior em número de contratos (2.375). O destaque nesse setor foi para a mesorregião Chapada do Araripe, responsável pelo maior volume de contratações (33,9%).

Tabela 76 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2011

Valores em R\$ mil

SETOR/ MESORREGIÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Rural	3.726	216.070	17.246	83.911	12.385	139.127	21.229	141.025	9.865	41.732	4.263	77.225	552	7.906	69.266	706.996
Agroindustrial	1	255	5	468	7	2.177	1	14	4	1.179	1	422	0	0	19	4.515
Industrial	11	363	182	74.568	33	4.651	86	15.122	157	14.191	12	250.650	1	80	482	359.625
Turismo	1	371	9	11.171	7	2.705	13	2.681	10	887	1	10.525	2	378	43	28.718
Infraestrutura	1	70.000	1	60.747	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	130.747
Comércio e Serviços	175	13.167	580	94.257	337	29.377	601	47.191	514	27.682	153	65.449	13	648	2.373	277.771
Total	3.915	300.226	18.023	325.122	12.769	178.037	21.930	206.033	10.550	85.671	4.430	404.271	568	9.012	72.185	1.508.372

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. *Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina.*

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são regiões prioritárias definidas pelo Decreto Nº 6.047/2007. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base na Tabela 77 e na Tabela 78, que foram investidos na RIDE Petrolina - Juazeiro, aproximadamente, R\$ 260,2 milhões, em 4.482 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural, que respondeu por 90,6% do número de contratos firmados, sendo que destes, 64,0% foram destinados à ovinocaprinocultura e cerca de 17,5% destinados a atividades relacionadas à fruticultura²³. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento tanto da ovinocaprinocultura quanto da fruticultura, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim, percebe-se que o FNE tem contribuído para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, através do financiamento das atividades relacionadas a essas cadeias produtivas.

Tabela 77 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município – Exercício de 2011

Município	Qtde Oper	Valores em R\$ Mil	
		VI.Contractado	%
Casa Nova	567	11.967	4,6
Curaçá	204	1.443	0,6
Juazeiro	1.057	170.242	65,4
Lagoa grande	399	1.625	0,6
Orocó	312	1.191	0,5
Petrolina	1.354	69.285	26,6
Santa Maria da Boa Vista	112	1.278	0,5
Sobradinho	477	3.139	1,2
Total	4.482	260.170	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No tocante aos valores contratados, o Setor Industrial foi responsável pelo maior volume (49,0%). Esse bom desempenho se deve a atividade de extração de minerais não metálicos na região de Juazeiro-BA, como também as atividades relacionadas à indústria têxtil em Petrolina-PE²⁴.

²³ Base do Ativo do BNB.

²⁴ Base do Ativo do BNB.

Tabela 78 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor – Exercício de 2011

Setor	Qtde Oper	Valores em R\$ Mil	
		Vi. Contratado	%
Rural	4.060	91.125	35,0
Agroindústria	1	14	0,0
Industrial	33	127.574	49,0
Turismo	3	427	0,2
Comércio e Serviços	385	41.030	15,8
Total	4.482	260.170	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na RIDE Timon-Teresina, de acordo com as Tabela 79 e Tabela 80, foram realizadas 2.956 operações, das quais 84,4% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de Ovinocaprinocultura, Suinocultura e Avicultura com 779, 617 e 533 contratos, respectivamente²⁵.

Tabela 79 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina - Por Município – Exercício de 2011

Município	Qtde Oper	Valores em R\$ Mil	
		Vi. Contratado	%
Altos	495	3.279	1,0
Beneditinos	72	138	0,0
Coivaras	122	568	0,2
Currálinhos	30	256	0,1
Demerval Lobão	80	1.419	0,4
Jose de Freitas	176	750	0,2
Lagoa Alegre	137	399	0,1
Lagoa do Piauí	48	92	0,0
Miguel Leão	16	79	0,0
Monsenhor Gil	29	291	0,1
Pau D´arco do Piauí	158	432	0,1
Teresina	801	314.269	94,4
Timon	711	9.247	2,8
União	81	1840	0,6
Total	2.956	333.059	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente R\$ 281,5 milhões (Tabela 80). Nesse caso, as atividades relacionadas ao comércio

²⁵ Base do Ativo do BNB.

varejista foram os grandes responsáveis por esse bom desempenho, contratando R\$132,5 milhões em 215 operações²⁶.

Tabela 80 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Exercício de 2011

Setor	Qtde Oper	Valores em R\$ Mil	
		Vi. Contratado	%
Rural	2.496	10.818	3,3
Agroindústria	4	385	0,0
Industrial	70	34.337	10,3
Turismo	5	6.020	1,8
Comércio e Serviços	381	281.499	84,5
Total geral	2.956	333.059	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

²⁶ Base do Ativo do BNB.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

4.1 Avaliação dos Impactos dos Investimentos do FNE na Geração de Emprego no Período de 2000 a 2008

Avaliação realizada pelo equipe da Célula de Avaliação de Políticas e Programas (CAPP) do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), em parceria com a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas (ACEP), tendo como objetivo analisar os impactos gerados pelo FNE na geração de emprego nos estados da região Nordeste. O trabalho apresenta, inicialmente, uma visão geral sobre o mercado de trabalho no Brasil e em suas regiões enfocando a evolução do emprego, ao longo do período de 2000 a 2008, tendo como referência a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS²⁷/2008 e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – CAGED²⁸, que são bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Posteriormente é discutida a medição do impacto dos financiamentos concedidos, respectivamente, pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, e, de forma isolada, pelo Fundo Constitucional de Financiamento – FNE. Analisa-se o impacto na geração de empregos na região, utilizando as informações da RAIS / 2008 e as informações referentes aos desembolsos efetivos, fornecidos pelo BNB, decorrentes dos valores contratados.

Na perspectiva de medir o crescimento relativo do estoque de emprego²⁹, adota-se um índice de base fixa e a variação relativa, conforme expressões a seguir.

Índice de Base Fixa

$$I_{\text{BASE FIXA}}(\text{ano } I ; \text{ano } J) = (E_I \div E_J) \times 100$$

²⁷ A RAIS foi instituída pelo Decreto nº 76.900 / 75 como um registro administrativo de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, criado com o objetivo inicial de acompanhar e controlar a mão de obra estrangeira, prestar subsídios ao FGTS e à Previdência Social, bem como possibilitar a geração de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal.

²⁸ O CAGED foi criado pela Lei nº 4.923 / 65, tendo como função acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir aos desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego

²⁹ O estoque de mão de obra corresponde ao total de pessoas empregadas com qualquer vínculo empregatício (carteira assinada ou um contrato formal de trabalho) no mês de dezembro de cada ano; ou seja, o de 2000 equivale ao número de pessoas empregadas, até o final de ano de 1999, acrescido do saldo dos movimentos de admissão e desligamento, ao longo do ano de 2000, no âmbito do emprego formal.

Onde:

E_i : estoque de emprego do ano $I = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007$ e 2008 .

E_j : estoque de emprego do ano $J = 2000$.

Variação Relativa

$$[(V_{\text{POSTERIOR}} / V_{\text{ANTERIOR}}) - 1] \times 100 \text{ ou } [(V_{\text{ANTERIOR}} / V_{\text{POSTERIOR}}) - 1] \times 100$$

Onde:

V_{ANTERIOR} : valor absoluto, ou variação relativa, no momento anterior.

$V_{\text{POSTERIOR}}$: valor absoluto, ou variação relativa, no momento posterior.

No sentido de avaliar o crescimento do nível de emprego, utiliza-se a técnica de números índices, adotando uma base móvel e o valor acumulado para um determinado período, conforme descrição abaixo.

Índice de Base Móvel

$$I_{\text{ESTOQUE}} (\text{ano } N-1; \text{ano } N) = (E_N \div E_{N-1}) \times 100$$

Onde:

E_N : estoque de emprego do ano $N = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007$ e 2008

E_{N-1} : estoque de emprego do ano anterior.

Índice Acumulado do Estoque de Emprego

$$(E_N / E_{N-1}) \times (E_{N-1} / E_{N-2}) \times (E_{N-2} / E_{N-3}) \times (E_{N-3} / E_{N-4}) \times (E_{N-4} / E_{N-5}) \times (E_{N-5} / E_{N-6}) \times (E_{N-6} / E_{N-7}) \times (E_{N-7} / E_{N-8}) \times 100$$

Onde:

E_N : estoque de emprego no ano de 2008.

Com relação à medição do impacto dos investimentos as variáveis utilizadas são o estoque de mão de obra e os valores de desembolso. Utiliza-se o estoque de emprego das empresas financiadas, considerando aquelas que receberam pelo menos uma parcela do investimento requerido ao BNB (desembolsos efetivos), o estoque de emprego das empresas não financiadas e o estoque de emprego do total das empresas, segundo os estados da região

Nordeste. Classificam-se ainda as empresas, segundo o porte dos estabelecimentos localizados na região semiárida e fora do semiárido.

4.1.1 O Mercado de Trabalho no Brasil

Os resultados apresentados mostraram um total de 13.212.937 novos postos de trabalho gerados ao longo do período em questão (Tabela 81), reproduzindo uma média anual da ordem de 1.651.617 novos empregos formais. O estoque em 2008 foi de 39.441.566 pessoas empregadas. Constatou-se um comportamento ascendente do emprego no Brasil, porém com alguns pontos de inflexão. Especificamente sobre o período 2007-2008 admite-se que sua menor contribuição na geração de emprego se deveu às repercussões da crise econômica internacional.

Tabela 81 – Estoque de Empregos Formais - Regiões / Brasil - 31 de dezembro / 2000 - 2008

Regiões	Anos									Variação 2000/2008	Var(%) 2000/2008
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Norte	1.094.365	1.161.780	1.296.597	1.379.761	1.529.195	1.650.837	1.792.126	1.954.641	2.080.009	985.644	90,07
Nordeste	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	6.567.837	6.948.709	2.573.859	58,83
Sudeste	14.042.822	14.437.616	15.128.474	15.396.672	16.259.719	17.201.452	18.140.168	19.532.512	20.386.019	6.343.197	45,17
Sul	4.625.153	4.859.793	5.075.659	5.256.600	5.632.349	5.831.790	6.170.491	6.502.575	6.802.842	2.177.689	47,08
Centro-Oeste	2.091.439	2.175.406	2.323.786	2.416.504	2.591.583	2.745.948	2.866.561	3.049.865	3.223.987	1.132.548	54,15
Brasil	26.228.629	27.189.614	28.683.913	29.544.927	31.407.576	33.238.617	35.155.249	37.607.430	39.441.566	13.212.937	50,38

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

Destacam-se, por ordem de maior crescimento absoluto do estoque de emprego, no período de 2000 a 2008, o Sudeste, 6.343.197; o Nordeste, 2.573.859; o Sul, 2.177.689; o Centro-Oeste, 1.132.548 e, na última posição, o Norte, com a geração de 985.644 novos postos formais de trabalho. Esses números são consonantes com a distribuição da força de trabalho, no país, ou seja, as três maiores populações economicamente ativas, por ordem, são a das regiões Sudeste, Nordeste e Sul.

Observa-se que as regiões Sudeste, 48,01%; Nordeste, 19,48% e Sul, com representação de 16,48% absorvem 83,97% de todos os empregos, restando para as demais regiões 16,03%. Um alento sobre essa questão é que, em termos relativos, o crescimento do estoque de emprego acontece, por ordem de maior representação, nas Regiões Norte, 90,07%; Nordeste, 58,83%;

Centro-Oeste, 54,15%; Sul, 47,08% e, na última posição, a Região Sudeste, cujo aumento é de 45,17% (Tabela 81).

A análise do mercado de trabalho, por setor de atividade econômica destaca a indústria, (- 54,72%); a administração pública, (- 32,36%) e a agropecuária (-13,56%) que apresentaram perdas com relação a 2007 (Gráfico 10).

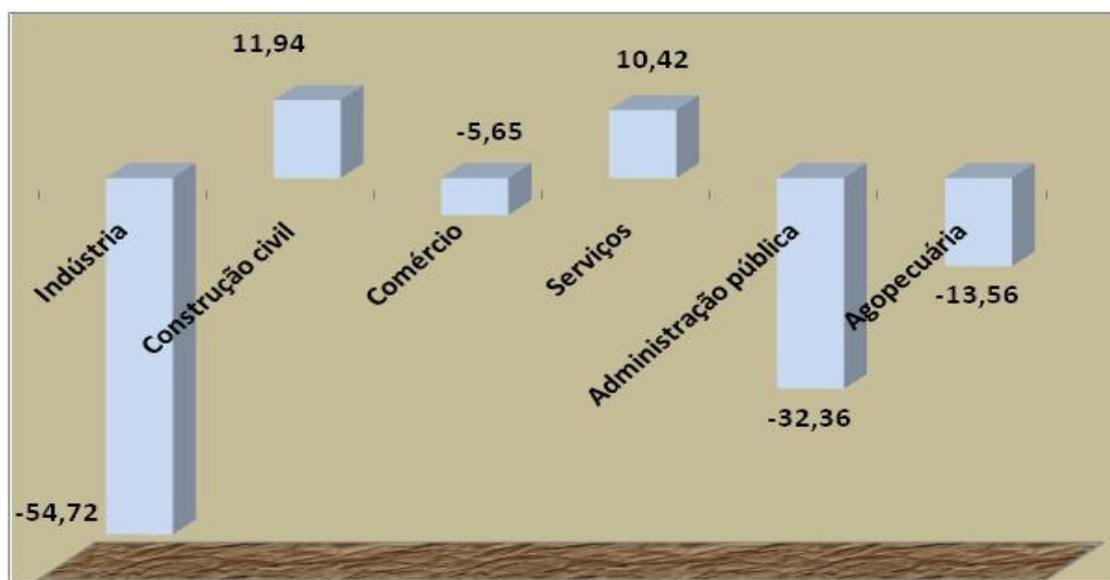


Gráfico 10 – Variação relativa dos empregos gerados, por subsetor de atividade econômica – RAIS / 2007 / 2008

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED / MTE

Tratando-se a referida variação por Região, sobressai-se, por ordem de maior perda de empregos formais, também em comparação ao ano de 2007, o Norte, - 61,47%; o sudeste, - 11,53%; o Sul, - 8,31% e, por último, a região Nordeste, onde se registra um decréscimo de 0,34% (Gráfico 11). Este resultado é singular ao longo da história, posto que, nas crises econômicas ocorridas anteriormente no Brasil, no que se refere ao mercado de trabalho, tendo-se como referência as informações da RAIS e do CAGED e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizadas nos anos 1980 e no decorrer da década de 1990, a região Nordeste sempre foi a primeira afetada e a última a conseguir se recuperar dos impactos. É importante acrescentar que a Região Centro Oeste é a única onde, no ano de 2008, em relação a 2007, o número de pessoas admitidas supera o de demitidas em 13,15% (Gráfico 11).

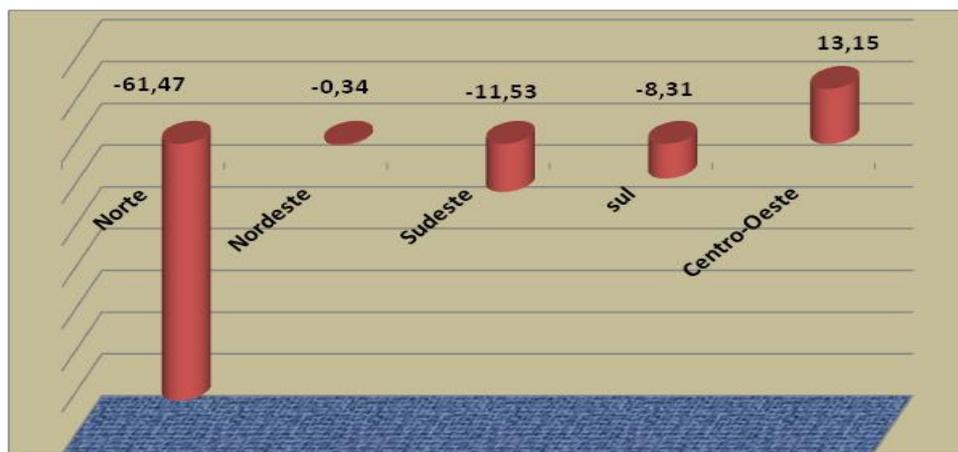


Gráfico 11 – Variação do nível de emprego do ano de 2008, em comparação ao de 2007 – Regiões do Brasil.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED / MTE

4.1.2 Mercado de Trabalho na Região Nordeste

No período de 2000 a 2008, foi gerado na região Nordeste um contingente de 2.573.859 empregos formais, significando uma média anual da ordem de, aproximadamente, 321.732 novos postos de trabalho. Referendando os números da Tabela 82, destacam-se os estados da Bahia, 684.109 novos empregos; Ceará, 438.906 novos empregos e, em terceiro, Pernambuco com 425.739 novos empregos.

Tabela 82 – Empregos Formais - Estados do Nordeste - 31 de dezembro / 2000-2008

Regiões	Anos									Saldo
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Maranhão	284.793	308.479	329.935	348.761	370.370	400.154	437.433	482.938	540.010	255.217
Piauí	205.729	215.157	236.945	247.106	263.183	279.198	293.248	298.831	335.632	129.903
Ceará	691.093	724.954	793.312	825.062	860.435	920.161	989.490	1.059.392	1.129.999	438.906
R. G. do Norte	315.488	337.160	318.971	388.007	421.109	450.797	475.257	498.467	515.227	199.739
Paraíba	339.135	359.135	375.537	383.867	396.150	420.835	450.720	475.471	513.339	174.204
Pernambuco	883.032	895.415	943.895	962.176	1.022.609	1.095.551	1.162.556	1.239.499	1.308.771	425.739
Alagoas	272.183	286.673	311.780	315.691	346.503	367.116	393.232	407.937	425.033	152.850
Sergipe	206.054	218.479	239.305	245.111	256.056	277.788	302.494	320.676	319.246	113.192
Bahia	1.177.343	1.209.567	1.309.717	1.379.609	1.458.315	1.596.990	1.681.473	1.784.626	1.861.452	684.109
Região Nordeste	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	6.567.837	6.948.709	2.573.859

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

Por meio da técnica de “elos em cadeia”, observou-se que o estoque de mão de obra de toda a Região Nordeste teve uma variação positiva de 58,83%, no período em análise e que, acima deste crescimento, situaram-se os estados do Maranhão, 89,61%; Ceará, 63,51%; Rio Grande do Norte, 63,31% e o Piauí, com uma variação da ordem de 63,14%.

O cenário favorável da geração de empregos formais na Região Nordeste, no período de 2000 a 2008, com a criação de 2.573.859 novos postos de trabalho não se apresenta da mesma forma quando se refere aos rendimentos pagos ao trabalhador, posto que se observa perda dos rendimentos das pessoas empregadas. Na faixa de até 1 salário-mínimo a frequência é de 9,18%, no ano de 2000, evoluindo para 10,47% no ano de 2008, traduzindo um crescimento da ordem de 14,05%. Percebe-se o agravamento da questão, quando se verifica que a representação de trabalhadores com rendimentos de até 1,5 salário mínimo no ano 2000, era de 37,47% e, no de 2008, ascende para 53,93%, ou seja, acréscimo de 43,93%. Na faixa de 1,5 a 5 salários mínimos, a representação de trabalhadores caiu de 45,42%, no ano de 2000 para 35,77% em 2008, isto é, decréscimo de 21,25%, enquanto na faixa acima de 5 salários mínimos, o decréscimo foi de 15,95% para 9,43% entre 2000 e 2008, ou seja, redução da ordem de 40,88% (Gráfico 12).

Esses números mostram a perda significativa dos rendimentos das pessoas empregadas na faixa acima de 1,5 salários mínimos, posto que, no acumulado, era de 61,76% no ano de 2000, recuando para 45,20%, no ano de 2008, isto é, decréscimo de 26,35% no número de trabalhadores. Na verdade, o que se pode concluir com esses resultados é que somente as pessoas que auferem 1 salário mínimo tiveram um ganho real de rendimentos, nos últimos anos.

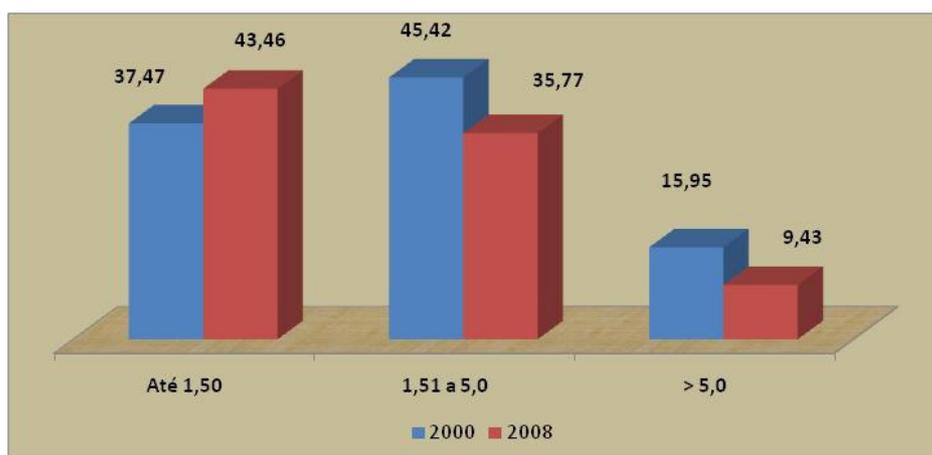


Gráfico 12 – Concentração dos rendimentos do trabalho, segundo as faixas de salário mínimo – Região Nordeste – 2000 / 2008.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

A análise do mercado de trabalho, por setor de atividade econômica, nos vários estados do Nordeste, mostrou que tanto no ano de 2000 como no de 2008, dos oito setores de atividade econômica, cinco absorvem quase a totalidade do estoque de emprego. Na ordem de maior número de pessoas empregadas encontram-se a administração pública, defesa e seguridade; os serviços; o comércio; a indústria e a construção civil. A mão de obra empregada nos referidos setores respondia, respectivamente, nos anos de 2000 e de 2008, por 94,31% e 95,10% do estoque.

4.1.3 Impactos dos Investimentos do FNE no Nível de Emprego

No período de 2000 a 2008 foram realizados pelo BNB na Região Nordeste investimentos com recursos do FNE, no total de 13,8 bilhões, dos quais 3,5 bilhões foram direcionados para a região semiárida. Vale salientar que esses valores referem-se a financiamentos destinados ao setor formal da economia, cabendo aqui destacar que a estrutura produtiva do semiárido nordestino está baseada em grande parte nas atividades relacionadas à agropecuária, desenvolvidas principalmente por agricultores familiares, não sendo, portanto, os valores destinados a esses produtores contabilizados neste estudo.

Na análise comparativa da geração de novos empregos formais, entre o conjunto das empresas financiadas pelo FNE, o das não financiadas e o do

total das empresas, percebe-se, na Tabela 83, em termos relativos, a superioridade da evolução do estoque de mão de obra das empresas financiadas, apresentando um crescimento de 146,61%, contra 55,56% no grupo das não financiadas e de 58,83% na união desses dois conjuntos. Esse resultado, mais uma vez, aponta para a hipótese de os investimentos do FNE estarem correlacionados diretamente com a geração de empregos formais.

Tabela 83 – Saldo de emprego das empresas financiadas pelo FNE, das não-financiadas e do total das empresas, segundo o porte dos estabelecimentos - Região Nordeste - 2000 – 2008

Estados	Anos									Saldo
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Empresas Financiadas										
Micro	28.285	32.663	37.743	43.106	48.507	56.300	63.084	67.391	70.507	42.222
Pequena	34.115	39.461	46.097	50.810	58.054	64.395	70.957	75.649	81.440	47.325
Média /	94.900	102.585	122.877	151.897	173.856	186.559	208.263	226.639	235.977	141.077
Grande										
Total	157.300	174.709	206.717	245.813	280.417	307.254	342.304	369.679	387.924	230.624
Empresas Não Financiadas										
Micro	915.191	956.924	1.032.770	1.076.047	1.138.623	1.200.037	1.264.852	1.326.126	1.404.072	488.881
Pequena	706.038	727.546	762.772	775.907	828.771	886.477	935.465	997.289	1.072.026	365.988
Média /	2.596.321	2.695.840	2.857.138	2.997.623	3.146.919	3.414.822	3.643.282	3.874.743	4.084.687	1.488.366
Grande										
Total	4.217.550	4.380.310	4.652.680	4.849.577	5.114.313	5.501.336	5.843.599	6.198.158	6.560.785	2.343.235
Total das Empresas										
Micro	943.476	989.587	1.070.513	1.119.153	1.187.130	1.256.337	1.327.936	1.393.517	1.474.579	531.103
Pequena	740.153	767.007	808.869	826.717	886.825	950.872	1.006.422	1.072.938	1.153.466	413.313
Média /	2.691.221	2.798.425	2.980.015	3.149.520	3.320.775	3.601.381	3.851.545	4.101.382	4.320.664	1.629.443
Grande										
Total	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	6.567.837	6.948.709	2.573.859

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

As empresas de tamanho médio/grande, caracterizadas como de maior empregabilidade na Região Nordeste, absorveram um maior aporte de recursos quando se considera o Nordeste como um todo (90,04%) e também quando se considera somente o semiárido (82,91%).

Esse aporte de recurso gerou 230.624 empregos formais no período 2000-2008 para toda a Região Nordeste (Tabela 83). A média/grande empresa respondeu por 61,17% desses empregos, contribuindo com 141.077 postos formais de trabalho, seguidas das pequenas empresas (47.325 empregos) e das microempresas, cujo saldo foi de 42.222 empregos. Apesar de a

microempresa, em termos absolutos, apresentar o menor saldo de emprego, em valores relativos, ela desponta com o maior crescimento 149,27%.

É importante ressaltar que quando se compara o aporte de desembolso por período, verifica-se uma evolução crescente e de maior aporte de desembolso no interstício de 2005 a 2008, em relação aos demais anos, quando foram beneficiadas 53.120 empresas. Estas agregaram um montante de R\$ 11,7 bilhões, representando 84,57% do total investido no interstício de 2000 a 2008. No acumulado deste período (2005-2008) a pequena, a micro e a média / grande empresa responderam, respectivamente, por 87,64%, 85,23% e 84,33%, o que mostra que as menores empresas, nos momentos favoráveis do mercado de trabalho, que se deram mais intensamente no período mencionado, tiveram também oportunidades de financiamentos do FNE, vistos a partir dos desembolsos efetivos, o que deve ter contribuído para o crescimento do nível de emprego.

Na região semiárida, no período 2000-2008 foram gerados, 92.729 empregos formais, sendo desse total, 58.013 nas médias / grandes empresas; 15.982 nas pequenas e 18.734 nas microempresas. Esses resultados confirmam o fato de as médias/grandes empresas serem as de maior empregabilidade.

Ao se considerar a composição dos desembolsos por estados do Nordeste destacam-se, com maior representação, a Bahia (27,04%), o Ceará (18,23%), o Maranhão (15,27%) e Pernambuco (12,61%), conforme apresentado na Tabela 84, destacando-se os mesmos estados no tocante ao número de empresas financiadas: Ceará, Bahia, Pernambuco e o Maranhão, com representação de, respectivamente, 20,37%, 17,68%, 12,16% e 11,53%.

Tabela 84 – Composição dos desembolsos e do número de empresas financiadas, pelo FNE, segundo o recurso médio, aplicado por empresa – Região Nordeste – 2000 a 2008

Estados	Desembolso	Empresas beneficiadas	Representação do recurso médio por empresa ⁽¹⁾
Maranhão	15,27	11,53	32,39
Piauí	4,08	7,03	-42,00
Ceará	18,23	20,37	-10,50
R. G. do Norte	7,00	9,91	-29,33
Paraíba	5,20	8,49	-38,71
Pernambuco	12,61	12,16	3,68
Alagoas	5,92	4,32	36,84
Sergipe	4,65	8,51	-45,35
Bahia	27,04	17,68	52,97
Total	100,00	100,00	--

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Nota (1): A representação é determinada levando-se em consideração o desembolso médio por empresa, em comparação ao valor per capita na Região Nordeste (R\$ 229.176,82).

Os índices de base móvel referentes ao período de 2001 a 2008 para todos os estados da região; para o conjunto das empresas financiadas e daquelas não financiadas pelo FNE, são apresentados na Tabela 85. Observa-se que, 58 índices no grupo das empresas financiadas apresentam um valor superior, em comparação ao das não financiadas. O estado do Ceará, 144,49, em 2003; Sergipe, 127,88, em 2002 e o do Rio Grande do Norte 127,12, em 2003, detêm as maiores pontuações.

Tabela 85 – Índice de base móvel do crescimento do estoque de emprego das empresas que receberam financiamento do FNE, daquelas não-financiadas - Estados do Nordeste - 2001 – 2008

Estados	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Empresas Financiadas								
Maranhão	107,44	112,16	114,97	118,22	112,92	115,45	116,44	107,30
Piauí	113,17	118,55	113,95	104,95	116,13	105,20	104,80	102,69
Ceará	110,60	110,73	144,49	111,50	107,53	109,95	103,82	100,88
R. G. do Norte	104,17	123,88	127,12	112,25	105,39	114,93	112,91	108,24
Paraíba	121,88	121,54	101,12	119,31	107,43	106,04	113,56	102,85

Estados	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pernambuco	109,01	120,89	110,14	122,34	111,62	111,77	109,31	104,87
Alagoas	126,92	119,01	108,55	111,85	108,06	113,12	104,65	106,64
Sergipe	103,82	127,88	110,65	111,76	109,36	118,29	108,17	107,73
Bahia	111,76	120,27	111,18	112,96	110,42	111,19	107,50	107,60
Total	111,07	118,32	118,91	114,08	109,57	111,41	108,00	104,94
Empresas não financiadas								
Maranhão	108,35	106,76	105,35	105,69	107,81	109,01	110,09	112,07
Piauí	104,17	109,68	103,74	106,60	105,47	105,02	101,71	112,99
Ceará	104,58	109,35	101,56	103,67	106,89	107,31	107,37	107,20
R. G. do Norte	106,97	93,51	121,37	108,34	107,14	104,92	104,42	103,06
Paraíba	105,40	103,96	102,26	102,53	106,17	107,15	105,10	108,24
Pernambuco	101,17	104,90	101,62	105,61	106,92	105,83	106,47	105,63
Alagoas	104,71	108,40	100,98	109,68	105,86	106,86	103,70	104,08
Sergipe	106,16	108,48	101,87	103,93	108,42	108,15	105,82	98,83
Bahia	102,47	107,90	105,13	105,43	109,47	105,05	106,08	104,16
Total	103,86	106,22	104,23	105,46	107,57	106,22	106,07	105,85

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS

Observação: Os valores em negrito indicam os índices das empresas financiadas, que são superiores, em comparação, aos das não financiadas.

Com relação à atividade econômica, os investimentos do FNE na Região Nordeste (Tabela 86), apresentaram maior participação relativa da indústria de transformação, tanto no Nordeste como um todo (34,29%) quanto no semiárido (30,99%).

Tabela 86 – Composição dos desembolsos do FNE, por atividade econômica - Região Nordeste – 2000 a 2008

Atividade econômica	Frequência relativa
Indústria de transformação	34,29
Construção civil	0,13
Comércio	15,76
Serviços	9,67
Administração pública e defesa e seguridades	18,39
Agricultura, pecuária, pesca, extrativismo e silvicultura	21,76
Total	100,00

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB

O impacto dos investimentos do FNE de acordo com o índice acumulado do crescimento do estoque de empregos, apresentado na Tabela 9 nos vários subsetores de atividade econômica mostra para o conjunto de todas as empresas financiadas pelo FNE, uma variação acumulada de 146,62%, enquanto que, para as não financiadas, o crescimento foi de 143,77%. Sobressaem-se no segmento das financiadas a construção civil (278,72); o comércio, (273,03) e os serviços (250,12). Levando-se em consideração a variação relativa dos índices mencionados, por ordem de maior representação no conjunto das empresas financiadas, em comparação com os resultados das não financiadas, destacam-se a indústria, 190,40%; a agricultura, a pecuária, o extrativismo e a silvicultura (184,88%) e, na terceira posição, a atividade de serviços (58,91%). Na perspectiva de evidenciar, mais uma vez, a correlação entre os investimentos e o crescimento do emprego, observando-se os números da Tabela 86, verifica-se que a indústria responde pelo maior aporte de investimentos do FNE, com frequência de 34,29%, seguida pela agricultura, pecuária, extrativismo e silvicultura (21,76%), que também ocupa a segunda posição, na distribuição relativa dos desembolsos por atividade econômica.

Tabela 87 – Índice acumulado do crescimento do estoque de emprego das empresas financiadas pelo FNE e o das não financiadas - Região Nordeste - 2000 – 2008

Subsetores de Atividade	Empresas Financiadas	Empresas não-Financiadas
Indústria	237,07	147,20
Construção civil	278,72	559,19
Comércio	273,03	296,34
Serviços	250,12	194,47
Agricultura, pecuária, extrativismo e silvicultura	194,18	133,06
Total	246,62	243,77

Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / RAIS, Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Tendo-se como referência os comentários anteriores, todas as informações analisadas apontam para o fato de os investimentos do FNE influenciarem na geração de novos empregos formais na Região Nordeste.

O crescimento acumulado do nível de emprego nas empresas financiadas é de 146,61% e, de apenas 55,56%, no conjunto das não financiadas, observando-se que o crescimento do estoque de mão de obra nas empresas beneficiadas, ao longo do período de 2000 a 2008, é superior ao das não financiadas em 163,88% (Tabela 83).

Diante desses resultados, admite-se que as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento - FNE influenciam sobremaneira na geração, mais intensa, de novos postos formais de trabalho.

4.2 Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

4.2.1 Aspectos Gerais

A avaliação dos custos e impactos dos empréstimos no âmbito do FNE foi desenvolvida no ETENE, por intermédio de sua Célula de Avaliação de Políticas e Programas – CAPP em parceria com a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas – ACEP, abrangendo o período 2000-2008.

O principal objetivo do estudo é o desenvolvimento de um índice de eficiência do FNE que considere seus impactos na geração de empregos bem como os custos incorridos nessa geração. Por serem recursos da sociedade e oferecidos em condições diferenciadas e favorecidas, há de se esperar que os agentes econômicos beneficiados apresentem, também, desempenhos diferenciados, de modo a contribuir positivamente para a geração de benefícios econômicos e sociais extras para a região.

Sob essa ótica, é necessário e indispensável não apenas analisar se esse ganho extra realmente ocorre – análise de impacto do FNE - mas também, se os mesmos são capazes de compensar o custo social do seu subsídio – análise de eficiência do FNE. Estas análises em conjunto contribuem para o monitoramento e aprimoramento da gestão do fundo, assim como expõem à sociedade (universidades, governo, instituições reguladoras e fiscalizadoras e sociedade civil) os custos e benefícios desse instrumento de desenvolvimento regional.

O estudo está sendo desenvolvido em três etapas. A primeira parte mensurou os impactos do FNE sobre a geração de empregos, a massa salarial e salário médio. Neste sentido, a metodologia adotada na mensuração dos impactos foi a de *matching* com *propensity score*, amplamente adotada em

outros estudos técnico-científicos na avaliação de impactos de políticas e programas.

A segunda etapa do estudo, atualmente em desenvolvimento, busca identificar e quantificar os custos associados à geração desses impactos, representados pelo diferencial entre a taxa de juros de mercado (r) e a taxa de juros cobrada pelo FNE (r^s). Na terceira e última etapa, será realizada a análise de eficiência do Fundo (índice de eficiência), calculada pela relação entre os custos incorridos para a geração dos impactos e o impacto efetivo na geração de emprego atribuído ao FNE.

Uma das grandes contribuições do estudo para a análise de impacto do FNE foi a desagregação dos resultados por setores econômicos (Indústria, Serviços e Comércio) e regiões específicas do Nordeste (Semiárido, Fora do Semiárido e regiões da PNDR). O mecanismo de transformação do crédito diferenciado em maiores contratações é algo que pode ser influenciado pela concorrência setorial e pela demanda locacional. Desta forma, é que as análises desagregadas de impacto ganham importância no monitoramento do fundo constitucional.

Vale ressaltar, ainda, que o estudo contemplou análises de impactos ocorridos por ano, entre um e cinco anos após as contratações. Porém, neste item serão apresentados apenas os resultados relativos aos impactos após o quinto ano de contratação, considerando que durante este período as empresas, em geral, já têm concluído seu ciclo de implantação e maturação do projeto.

A seguir serão apresentados os resultados finais sobre os impactos gerados pelo FNE sobre o emprego, a massa salarial e o salário médio, segundo os cortes por setor econômico, região e tipologia.

4.2.2 Análises de impacto do FNE sobre o emprego, a massa salarial e o salário médio

Avaliações de impacto para políticas públicas do tipo do FNE, que formam e incrementam a capacidade produtiva de empresas privadas por meio de crédito diferenciado, procuram mensurar a contribuição de seus financiamentos comparando o comportamento das empresas em situações onde tal subsídio está ou não disponível. Espera-se, como resultado positivo da política, que o desempenho das empresas beneficiadas por financiamentos com crédito subsidiado seja maior que o das empresas que não foram “expostas” ao subsídio.

Uma linha metodológica bastante utilizada para calcular essa contribuição ficou conhecida como modelo de *matching* com *propensity score*. De uma maneira geral, a aplicação do método para avaliação de programas de financiamento no setor produtivo consiste em gerar “escores de crédito” para cada empresa da amostra (financiada ou não), e comparar o desempenho, em termos de variações no emprego, massa salarial e salário médio, de empresas financiadas com os de empresas não financiadas que possuem “escores de crédito” semelhantes. Ou seja, o método assume que para cada empresa financiada existe pelo menos uma empresa não financiada que possui características similares (número, idade média, e escolaridade dos funcionários, por exemplo) que seriam os contrafactuais (espelhos) dessa empresa. O diferencial de desempenho entre estas, portanto, seria uma medida de impacto do crédito subsidiado³⁰.

Considerando o modelo para um ano, o número de empresas que captaram recursos do Fundo (expostas ao programa) foi de 1.791, enquanto o número de empresas não expostas (parâmetro de comparação) foi da ordem de 7.362. O modelo permite não apenas uma análise mais representativa e robusta de impacto geral do fundo, mas também produz informações suficientes para análises segmentadas por setores econômicos e regiões.

4.2.3 Impacto Geral

Os resultados para o modelo de impacto agregado no crescimento do estoque de emprego, massa salarial e salário médio estão expostos na Tabela 88.

Tabela 88 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), no Crescimento na Massa Salarial (%) e Crescimento no Salário Médio (%), Após Cinco Anos da Contratação.

Número de Observações, Médias da Variação do Emprego, Massa Salarial, Salário Médio e Impactos por Tipo de Firma.			
	Estoque do Emprego (%)	Crescimento na Massa Salarial (%)	Crescimento no Salário Médio
Número Obs FNE	1.783	1.784	1.792
Número Obs RAIS	6.972	6.966	6.979
Média FNE	87,47 (6,35)	143,67 (6,85)	34,77 (0,82)
Média RAIS	47,98 (2,12)	95,72 (2,79)	32,93 (0,44)
Impactos			
<i>Propensity Scores (estratificação)</i>	30,61 ** (7,54)	39,92** (9,82)	-0,50 (1,11)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

³⁰ Mais detalhes sobre o método em Sousa et al (2009).

A Tabela 88 mostra que as empresas financiadas apresentaram uma variação no estoque de emprego de 30,61 pontos percentuais acima do que aquelas não financiadas, sendo estatisticamente significativo. O efeito positivo do FNE no emprego também repercute nos aumentos proporcionais na massa salarial, onde se pode observar que as empresas financiadas tiveram resultado quase 40 pontos percentuais acima das empresas não financiadas, sendo, também, estatisticamente significativo.

Quanto ao crescimento no salário médio das empresas financiadas, este ficou 0,50 pontos percentuais abaixo do valor observado nas empresas não financiadas. Entretanto, este resultado não foi estatisticamente significativo, demonstrando que o FNE não conferiu um desempenho suficientemente diferenciado em favor das empresas expostas ao programa. A ausência de efeito do financiamento subsidiado nesse indicador não é particular a esse estudo e também foi encontrada em Resende (2007) e Sousa (2009), apesar de esses trabalhos usarem bases de dados e metodologias um pouco diferentes.

Portanto, agregando-se os dados de empresas de todos os setores econômicos o impacto do FNE mostrou ser estatística e economicamente significativa para a criação de emprego e massa salarial.

4.2.3.1 Impacto por Setores Econômicos

Empresas em setores econômicos diferentes como indústria, comércio e serviços possuem dinâmicas de contratações diferentes. Isto pode ser observado, por exemplo, nos coeficientes técnicos do emprego da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (Guilhoto et al, 2010), que mostram uma estimativa dos empregos gerados a partir de choques na demanda agregada dos setores.

A Tabela 89 mostra os resultados de impacto do FNE nas variações do emprego para os setores da Indústria, dos Serviços e do Comércio, respectivamente, após cinco anos da contratação. De forma geral, as estimativas do impacto do FNE nos setores desagregados apresentaram um padrão similar ao caso agregado: positivas e estatisticamente significantes.

Tabela 89 – Impacto do FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Emprego e Impactos por Tipo de Firma		
	Indústria (%)	Serviços (%)	Comércio (%)
Número Obs FNE	555	376	665
Número Obs RAIS	631	2.611	2.890
Média FNE	106,06 (14,48)	82,01 (11,87)	69,46 (5,66)
Média RAIS	49,87 (6,67)	46,51 (3,73)	50,19 (2,94)
Impactos			

<i>Propensity Scores</i>	38,39 **	36,41 **	16,22 *
<i>(estratificação)</i>	(15,59)	(14,28)	(7,57)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis.

No Setor Industrial, as empresas financiadas apresentaram crescimento no estoque de emprego 38,39 pontos percentuais acima daquelas não financiadas. As empresas que realizaram operações junto ao FNE que atuam no setor de serviços obtiveram crescimento no estoque de emprego superior às empresas não expostas ao programa em 36,41 pontos percentuais, enquanto as empresas que contrataram empréstimos junto ao FNE ligadas ao Setor Comercial apresentaram diferencial positivo de contratação de 16,22 pontos percentuais.

A principal diferença entre os resultados para os setores é a maior dimensão do impacto estimado para os setores industrial e de serviços, em relação ao impacto no setor comercial.

A Tabela 90 apresenta os resultados para os efeitos do FNE sobre variações na massa salarial por setor. Como no caso agregado, as variações na massa salarial em resposta aos financiamentos via FNE são semelhantes às variações no estoque de emprego. Encontramos os maiores impactos no setor de serviços (54,37 p.p.), seguido pelo setor industrial (48,12 p.p.) e o comercial (24,37 p.p.). Considerando os três setores, os financiamentos subsidiados do FNE parecem ter maior impacto sobre o crescimento da massa salarial do que sobre o crescimento do emprego. Por exemplo, após cinco anos de obtenção do financiamento, o estoque de emprego das empresas financiadas no setor Serviços cresce 36,41 pontos percentuais a mais em relação às empresas sem FNE, enquanto que a massa salarial delas cresceu 54,37 pontos percentuais a mais.

Tabela 90 – Impacto do FNE no Crescimento da Massa Salarial (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Emprego e Impactos, por Tipo de Firma		
	Indústria (%)	Serviços (%)	Comércio (%)
Número Obs FNE	555	377	665
Número Obs RAIS	630	2.609	2.888
Média FNE	147,91 (13,58)	152,74 (15,66)	131,73 (7,90)
Média RAIS	94,15 (8,06)	90,47 (4,74)	99,96 (3,94)
Impactos			
<i>Propensity Scores</i>	48,12 **	54,37 **	24,37 **
<i>(estratificação)</i>	(15,46)	(18,11)	(10,16)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

Juntamente com as estimativas setoriais do impacto nas variações no emprego, esses resultados sugerem que o setor comercial é menos dinâmico quando se avalia o desempenho das empresas em relação aos financiamentos subsidiados.

A partir das análises anteriores, depreende-se que o impacto sobre o crescimento da massa salarial é maior do que o impacto sobre o crescimento do estoque de emprego em todos os setores. Isso torna o impacto positivo do FNE sobre o salário médio um resultado esperado. No entanto, como são apresentadas na Tabela 91, as estimativas desses impactos não são estatisticamente significantes. Isso provavelmente ocorre porque o crescimento adicional dos financiamentos gerado na massa salarial não é suficiente, dado o nível inicial e variação do estoque do emprego, para alavancar o salário médio. Portanto, como encontrado nos resultados agregados desses estudos e os trabalhos supracitados, o FNE aparentemente não exerce influência sobre mudanças no salário médio nos setores.

Tabela 91 – Impacto do FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo o Setor Econômico, Após Cinco Anos da Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Salário Médio e Impactos, por Tipo de Firma		
	Indústria (%)	Serviços (%)	Comércio (%)
Número Obs FNE	561	378	666
Número Obs RAIS	630	2.613	2.890
Média FNE	32,12	35,80	36,46
	(1,50)	(1,81)	(1,22)
Média RAIS	33,68	30,87	32,89
	(1,41)	(0,73)	(0,67)
Impactos			
<i>Propensity Scores</i>	-3,42	0,35	1,12
<i>(estratificação)</i>	(2,69)	(1,92)	(1,38)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

4.2.3.2 Impacto Por Região

A região do semiárido apresenta nível de desenvolvimento inferior ao encontrado em outras regiões do nordeste brasileiro e do restante do País.

Dentre as várias políticas públicas implementadas na região, os programas de financiamento do FNE procuram dinamizar sua economia local e reduzir a desigualdade relativa às regiões fora do semiárido. Apesar do sistema produtivo do semiárido estar tecnologicamente atrelado à produtividade da mão de obra, é possível que a presença de crédito e financiamentos subsidiados impulse mudanças nas técnicas de produção de suas empresas e afete seu desempenho de forma distinta. É importante, portanto, avaliar se o efeito do FNE sobre as empresas do semiárido existe e se ele é diferente daquele encontrado nas empresas localizadas fora do semiárido.

A

Tabela 92 apresenta as estimativas dos impactos do FNE sobre a contratação de mão de obra em empresas localizadas no semiárido e fora do semiárido, onde se observam impactos positivos e estatisticamente significantes.

Tabela 92 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação do Emprego e Impactos, por Tipo de Firma	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Número Obs FNE	750	1.033
Número Obs RAIS	1.874	5.098
Média FNE	81,36 (9,58)	91,91 (8,48)
Média RAIS	47,85 (3,63)	48,02 (2,58)
Impactos		
<i>Propensity Scores (estratificação)</i>	22,20 * (9,96)	35,68 ** (9,32)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis.

Quanto à sua dimensão, o impacto do FNE sobre o crescimento do emprego nas empresas localizadas no semiárido foi 22,20 pontos percentuais acima daquelas empresas que não captaram recursos junto ao Fundo, localizadas na mesma região. No caso das empresas localizadas fora do semiárido, as que obtiveram recursos do FNE apresentaram crescimento no estoque do emprego superior às não expostas ao Fundo em 35,68 pontos percentuais. O resultado sugere que o impacto do FNE, no que tange ao crescimento do estoque do emprego, foi maior em empresas localizadas fora da região semiárida, fruto da sua diferenciação tecnológica e do tipo de bem produzido.

Em relação ao aumento na massa salarial, os impactos dos financiamentos do FNE sobre as empresas do semiárido e fora do semiárido foram qualitativamente similares aos seus impactos sobre o emprego. Como a Tabela 93 mostra, o impacto sobre a massa salarial é maior nas empresas localizadas fora da região semiárida, 48,49 pontos percentuais, contra 27,97 na região semiárida.

Vale ressaltar que a comparação entre a

Tabela 92 e a Tabela 93 indicam que o impacto sobre o crescimento da massa salarial foi maior que o impacto observado no crescimento do emprego, independente da região de localização da empresa.

Tabela 93 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%), segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de observações e Médias da Variação na massa salarial por Tipo de Firma	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Número Obs FNE	750	1.034
Número Obs RAIS	1.874	5.092

Média FNE	134,96 (9,67)	149,98 (9,51)
Média RAIS	100,51 (4,98)	93,96 (3,35)
Impactos		
<i>Propensity Scores</i> (<i>estratificação</i>)	27,97 * (12,44)	48,49 ** (10,79)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

A Tabela 94 apresenta os resultados para os efeitos do FNE sobre variações no salário médio das empresas localizadas no semiárido e fora do semiárido. Como esperado, pelas semelhanças da magnitude de seus efeitos sobre o estoque de emprego e massa salarial, os financiamentos via FNE não tiveram impacto significantes sobre o crescimento relativo do salário médio das empresas beneficiadas, independente de sua localização.

Tabela 94 – Impacto FNE no Crescimento do Salário Médio (%), segundo a Região, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de Observações, Médias da Variação na Massa Salarial e Impactos, por Tipo de Firma	
	Semiárido	Fora do Semiárido
Número Obs FNE	752	1.040
Número Obs RAIS	1.874	5.105
Média FNE	36,71 (1,20)	33,37 (1,11)
Média RAIS	36,39 (0,81)	31,66 (0,53)
Impactos		
<i>Propensity Scores</i> (<i>estratificação</i>)	0,09 (1,83)	-0,56 (1,32)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis.

4.2.3.3 Impacto nas regiões definidas na PNDR

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formulada no Ministério da Integração Nacional, é uma nova tentativa de reestruturar a economia brasileira em regiões de interesse estratégico, identificando suas peculiaridades produtivas, com o intuito de definir meios e mecanismos para promoção do desenvolvimento do País como um todo. Ela planeja, dentre outras ações, a criação de novas Agências Regionais de Desenvolvimento e a reorientação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE) para reverter o processo de ampliação das desigualdades regionais causado pelo crescimento econômico desorganizado. A ideia geral da política é valorizar a diversidade produtiva nacional e os potenciais endógenos de cada região.

Os efeitos do FNE sobre variações do estoque de emprego nas empresas localizadas nas regiões alta renda, dinâmica, baixa renda e estagnadas são apresentadas na Tabela 95.

Tabela 95 – Impacto FNE no Crescimento no Estoque do Emprego (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.

Número de observações, Médias da Variação do Emprego, Por Tipologia e Tipo de Firma				
	Alta Renda	Dinâmica	Baixa Renda	Estagnada
Número Obs FNE	509	317	263	694
Número Obs RAIS	3.274	599	634	2.465
Média FNE	85,27 (11,38)	90,09 (17,05)	72,10 (13,27)	93,70 (10,54)
Média RAIS	45,77 (3,27)	43,20 (5,51)	60,84 (7,71)	48,76 (3,39)
Impactos				
<i>Propensity Scores</i> (<i>estratificação</i>)	30,47 ** (10,91)	32,95 + (17,48)	-1,31 (20,60)	42,43 ** (10,53)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis

Os efeitos dos financiamentos sobre o crescimento do emprego foram estatisticamente significantes nas regiões de tipologia Alta Renda e Estagnada, respectivamente, 26,35 e 43,41 pontos percentuais.

Os mesmos resultados qualitativos com relação ao emprego podem ser levados para o impacto no crescimento percentual da massa salarial como observado na Tabela 96. Ou seja, impactos positivos observados com uma maior robustez para os municípios de Alta Renda e para aqueles com menores crescimento e PIB per capita inicial (estagnados). É possível verificar que a magnitude do impacto do FNE no crescimento da massa salarial é maior que aquele encontrado no crescimento do estoque de emprego.

Tabela 96 – Impacto FNE no Crescimento na Massa Salarial (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.

Número de observações e Médias do Crescimento da Massa Salarial, Por Tipologia e Tipo de Firma				
	Alta Renda	Dinâmica	Baixa Renda	Estagnada
Número Obs FNE	511	316	263	694
Número Obs RAIS	3.270	599	634	2.463
Média FNE	139,33 (12,90)	130,81 (14,04)	140,86 (17,17)	153,78 (11,69)
Média RAIS	85,85 (4,09)	100,96 (9,05)	122,18 (10,47)	100,75 (4,54)
Impactos				
<i>Propensity Scores</i> (<i>estratificação</i>)	48,16 ** (1376)	23,66 (18,08)	0,04 (23,72)	52,82 ** (14,37)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10% . Desvio padrão entre parêntesis

O impacto do FNE é, portanto, mais expressivo nas empresas localizadas nas regiões Alta Renda e Estagnada, tanto em termos de aumento de massa salarial quanto em estoque de emprego.

Os resultados para o crescimento do salário médio também não mostraram impactos significantes quando separamos a amostra por tipologia da PNDR (Tabela 97), o que mostra uma consistência de resultados para essa variável, dado que seus resultados independem do setor econômico ou da região específica onde estão localizadas as empresas beneficiadas.

Tabela 97 – Impacto FNE no Crescimento no Salário Médio (%), Segundo a Tipologia, Após Cinco Anos de Contratação.

	Número de observações e Médias do Crescimento do Salário Médio, Por Tipologia e Tipo de Firma			
	Alta Renda	Dinâmica	Baixa Renda	Estagnada
Número Obs FNE	514	317	264	697
Número Obs RAIS	3.278	599	634	2.468
Média FNE	28,79	38,15	42,48	34,73
	(1,69)	(1,95)	(2,35)	(1,12)
Média RAIS	28,30	38,28	39,52	36,09
	(0,66)	(1,43)	(1,49)	(0,71)
Impactos				
<i>Propensity Scores</i>	-1,60	0,33	0,53	-1,55
<i>(estratificação)</i>	(2,01)	(3,01)	(3,60)	(1,60)

* Significante a 1%, ** Significante a 5%, + significante a 10%. Desvio padrão entre parêntesis.

4.2.4 Conclusões

A avaliação dos impactos do FNE sobre as empresas classificadas de acordo com seu setor econômico e sua localização em regiões específicas mostrou-se adequada, pois revela que os setores, apesar de terem padrões qualitativos semelhantes, exibem certa heterogeneidade em termos de magnitude. Quando comparados os setores econômicos, por exemplo, observa-se que o FNE tem efeito positivo sobre o aumento do emprego e massa salarial das empresas. No entanto, a grandeza desse efeito é substancialmente maior nos setores Indústria e Serviços em relação ao obtido no Setor Comércio. Essa informação é bastante relevante, pois o setor Comércio é responsável por grande parte da atividade econômica em localidades mais pobres.

Com relação à localização das empresas no semiárido ou fora do semiárido, os resultados revelaram que os impactos do FNE no crescimento do emprego e massa salarial são mais expressivos na região fora do semiárido, o que pode ser explicado pelo maior grau de desenvolvimento econômico dessa região, onde se localizam as capitais do Nordeste e grande parte das regiões metropolitanas na área de atuação do Banco.

Para as regiões classificadas de acordo com a PNDR, o FNE teve impactos positivos e significantes no crescimento do emprego e na massa salarial em todas as empresas localizadas em municípios classificados como Alta Renda e Estagnada.

Quando se considera o salário médio, o FNE não apresentou impacto estatisticamente significativo, independentemente da classificação das

empresas por setor de atividade ou localização geográfica. A ausência de efeito do financiamento subsidiado nesse indicador na análise desagregada reforça os resultados encontrados em Resende (2007) e Sousa (2009).

4.3 Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo

A implantação do Programa Agroamigo teve início a partir de 2005, após a execução de experiência piloto iniciada em dois municípios piauienses, Floriano e Oeiras, em 2004, em razão de diretrizes do governo federal de combate à pobreza extrema.

A proposta inovadora buscava expandir e qualificar o processo de crédito do Pronaf grupo B, visando, entre outros importantes objetivos, o desenvolvimento dos empreendimentos financiados e, em consequência, a melhoria da qualidade de vida das famílias participantes, bem como a elevação substancial dos níveis de adimplência.

O público-alvo do Pronaf B são agricultores familiares, cuja renda bruta anual seja de até R\$ 6.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais que 2 empregados permanentes. (Manual Básico de Operações de Crédito, Título 5 – Programas especiais, Capítulo 12, BNB, acesso em 12/03/2012).

Em 2004, foram aplicados no Nordeste, R\$ 321,4 milhões no âmbito do Pronaf Grupo B, soma que representa 82,1% do volume de recursos contratados em todo o Brasil, nessa linha de crédito.

No primeiro ano de atuação, o Agroamigo foi implantado em 48% das agências do BNB que atuam na zona rural (Maciel, 2009), período em que atendeu a 18.044 clientes, resultando numa carteira ativa de aproximadamente R\$ 17,4 mil.

De modo crescente, as operações do Pronaf B passaram a ser contratadas segundo a metodologia do Agroamigo, até serem realizadas exclusivamente pelos assessores do Programa, a partir de 2009. Em 2011 foram realizadas 366.681 operações, num montante aproximado de R\$ 775,0 milhões. A carteira ativa do Programa na posição de 31.12.2011 é da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Segundo o Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário, o índice de inadimplência do Pronaf B, em 2005 encontrava-se em 8,85%. Na posição de dezembro de 2011 esse mesmo índice foi de 4,86%, no âmbito do Agroamigo.

O relatório preliminar da recente pesquisa realizada pela equipe da Célula de Avaliação de Políticas e Programas do BNB (CAPP), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), após entrevistar cerca de 1600 clientes do Agroamigo, aponta alguns resultados que condizem com os objetivos definidos e perseguidos pela metodologia do programa.

O estudo supracitado possui três objetivos principais:

1. Estimar o impacto do programa sobre variáveis individuais relacionadas à disponibilidade de crédito, tais como: renda (formal e informal), ocupação dos clientes e dos membros de suas famílias, produtividade, tecnologias e insumos utilizados na produção, interação com outros membros da comunidade, suscetibilidade a choques, consumo (de duráveis e não duráveis), escolaridade dos demais membros da família, uso de empréstimos informais, bem como diversificação e impactos ambientais das atividades produtivas desenvolvidas.

2. Verificar características individuais associadas a sucesso no programa e, nessa perspectiva, contribuir para formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas.

3. Examinar quais características individuais ou dos contratos firmados estão associadas a casos de inadimplência.

Nesse contexto, ao comparar clientes com duas ou mais operações e aqueles que acabaram de ingressar no Agroamigo, verifica-se a evolução de determinados indicadores ao longo do tempo, mormente entre os clientes expostos ao Programa há mais tempo, tanto no semiárido como em outras regiões. Isto ocorreu particularmente em variáveis relacionadas ao valor do rebanho, vendas de animais e posse de bens duráveis.

O instrumento de pesquisa abrangeu uma gama de variáveis socioeconômicas em que se destacam: gênero, idade, nível educacional, estado civil, posses e consumo, acesso a serviços, produção agrícola, rebanho, diversificação/especialização da produção agrícola, meio ambiente, serviços financeiros, endividamento, associativismo, entre outras.

Os resultados mostram que os clientes mais antigos são, predominantemente, do sexo masculino, enquanto os ingressantes, conforme esperado, são mais jovens (Tabela 98). Outro aspecto a destacar é a maior participação de mulheres no grupo dos clientes ingressantes, o que sugere que a expansão mais recente do programa tem privilegiado indivíduos do sexo feminino.

Tabela 98 – Características Socioeconômicas (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Gênero				
Sexo masculino	54,9%	50,7%	58,3%	50,4%
Faixa etária				
16 a 24 anos	6,8%	11,3%	4,8%	15,8%
25 a 39 anos	42,6%	40,3%	42,7%	36,4%
40 a 59 anos	37,0%	37,6%	35,7%	37,7%

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
60 anos ou mais	13,6%	10,9%	16,8%	10,1%
Nível educacional				
Sem instrução	17,4%	17,2%	15,6%	15,6%
Fundamental incompleto	62,6%	55,7%	62,3%	59,5%
Fundamental completo	6,0%	8,1%	8,0%	6,0%
Ensino médio incompleto	2,6%	7,2%	2,8%	3,6%
Ensino médio completo ou mais	11,5%	11,8%	11,3%	15,3%
Estado civil				
Solteiro	13,2%	16,7%	9,0%	12,2%
Casado	58,3%	47,1%	68,8%	63,9%
Divorciado	2,6%	2,3%	3,5%	1,3%
Viúvo	4,7%	4,1%	2,0%	2,3%
União estável	21,3%	29,9%	16,6%	20,3%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Na comparação entre os clientes mais antigos do Programa e os ingressantes, percebe-se que, em geral, o primeiro grupo detém mais os bens duráveis e de transporte, denotando que a recente expansão do Programa Agroamigo tem privilegiado indivíduos mais pobres (Gráfico 13 e Gráfico 14).

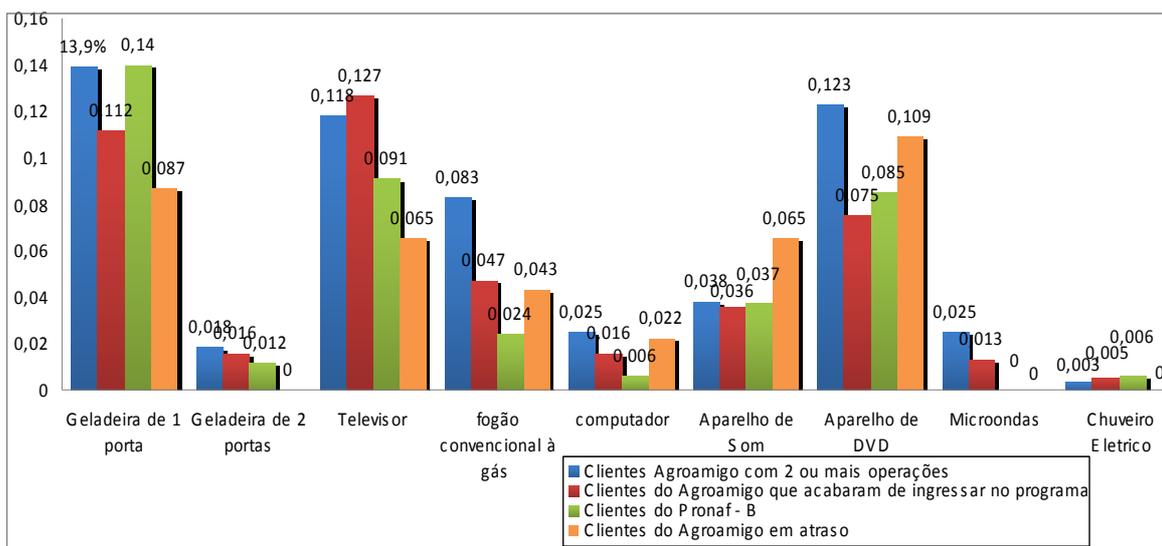


Gráfico 13 – Aquisição de Bens duráveis (Semiárido)

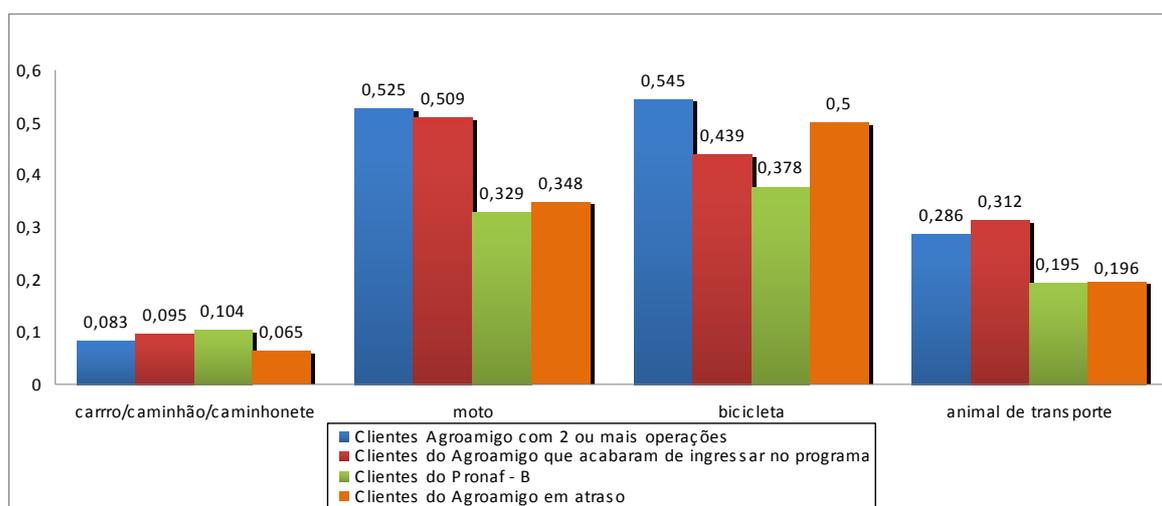


Gráfico 14 – Posse de meio de transporte (Semiárido)

No que se refere ao acesso a serviços, constata-se que a rede pública de saneamento chega a apenas 10% dos domicílios. Ainda assim, os clientes mais antigos encontra-se em situação mais favorável quanto a este aspecto, indicando novamente que a expansão recente do Agroamigo beneficiou mais proporcionalmente os pobres. De outra forma, percentual maior de clientes ingressantes utiliza mais água filtrada para consumo.

De acordo com a Tabela 99, observa-se que os clientes expostos há mais tempo ao Programa demonstram crescimento médio superior, relativamente aos ingressantes. Isso pode indicar a influência do programa na expansão média dos valores produzidos. Resultados semelhantes podem ser visualizados quando se consideram separadamente municípios dentro e fora da região semiárida. Vale ressaltar que municípios fora do semiárido tendem a apresentar valores de produção bem maiores do que aqueles situados fora do semiárido.

Tabela 99 – Valor da Produção Agrícola (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Valor da produção agrícola em 2010	\$611	\$581	\$451	\$404
Valor da produção agrícola em 2009	\$473	\$473	\$326	\$393
Valor da produção agrícola em 2006	\$322	\$435	\$184	\$160
Gasto com a produção (2010)	\$248	\$209	\$192	\$155
Gasto com mão de obra (2010)	\$161	\$184	\$157	\$168

Fonte: Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Nota: Valores a preços constantes de 2011.

Conforme já destacado, os resultados preliminares do estudo mostram que o valor do rebanho em 2010 é bem maior entre os clientes mais

antigos, sugerindo, mais uma vez, crescimento mais expressivo entre esses clientes (Tabela 100).

Tabela 100 – Valor do Rebanho

Agroamigo		
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Valor do rebanho em 2010	\$9260	\$6686
Valor do rebanho em 2009	\$7777	\$9417
Valor do rebanho em 2006	\$4622	\$4373
Valor de animais abatidos em 2010	\$1665	\$1356
Valor de animais vendidos em 2010	\$3111	\$1467
Gasto com a criação em 2010	\$334	\$1066

Fonte: Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Nota: Valores a preços constantes de 2011.

No que diz respeito ao valor dos animais vendidos, essa diferença entre os dois grupos comparados é ainda mais acentuada. Nessa perspectiva, os clientes mais antigos não apenas possuem rebanhos maiores, mas, possivelmente, mantêm melhores relações de mercado. Referidos resultados são qualitativamente semelhantes quando se analisam separadamente municípios dentro e fora do semiárido. Ademais, como no caso da produção agrícola, os municípios fora do semiárido possuem valores médios mais elevados para os rebanhos dos clientes entrevistados (Tabela 101).

Tabela 101 – Valor do Rebanho (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
Valor do rebanho em 2010	\$12516	\$7530	\$7353	\$6207
Valor do rebanho em 2009	\$8527	\$17571	\$7338	\$4862
Valor do rebanho em 2006	\$6043	\$6297	\$3782	\$3290
Valor de animais abatidos em 2010	\$2823	\$2196	\$974	\$885
Valor de animais vendidos em 2010	\$3939	\$1943	\$2623	\$1201
Gasto com criação em 2010	\$283	\$312	\$361	\$1531

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Nota: Valores a preços constantes de 2011.

No entanto, a despeito desses resultados positivos na geração de renda para os mais pobres entre os agricultores familiares, esta é ainda muito baixa. A soma líquida da renda da pecuária e da agricultura é de, aproximadamente, R\$ 250,00 mensais por unidade produtiva, entre os clientes mais antigos (com duas ou mais operações).

Os resultados apresentados indicam uma tendência à concentração na produção agrícola. Para se chegar a essa conclusão foi utilizado o Índice de Herfindal-Hirschman. Esse índice, que varia entre 0 e 1, procurou mensurar o grau de diversificação dos clientes. Dessa forma quanto menos diversificada a produção, mais próximo de 1 ficará o referido índice. Os clientes mais antigos apresentaram índice de 0,687, enquanto que os ingressantes obtiveram índice de 0,634, na região fora do semiárido, enquanto que no semiárido os resultados foram 0,725 e 0,699, respectivamente. Este resultado pode indicar que a exposição mais prolongada ao Programa favorece uma maior especialização, provavelmente em razão de vínculos mais fortes com o mercado.

O grau de bancarização desses clientes, nos anos de 2006 a 2010, é apresentado nos Gráfico 15 e Gráfico 16. O Gráfico 17 evidencia a fração de indivíduos que afirmaram conseguir poupar, em oposição àqueles que afirmaram gastar toda a sua renda regularmente.

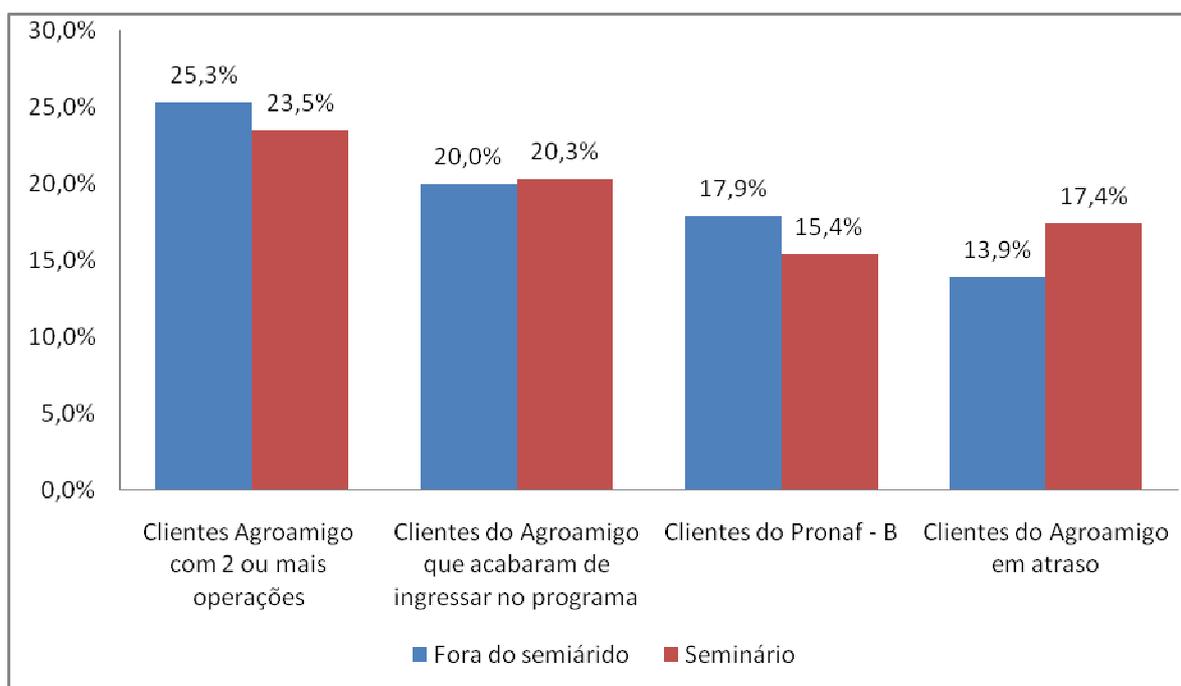


Gráfico 15 – Fração de indivíduos com conta bancária

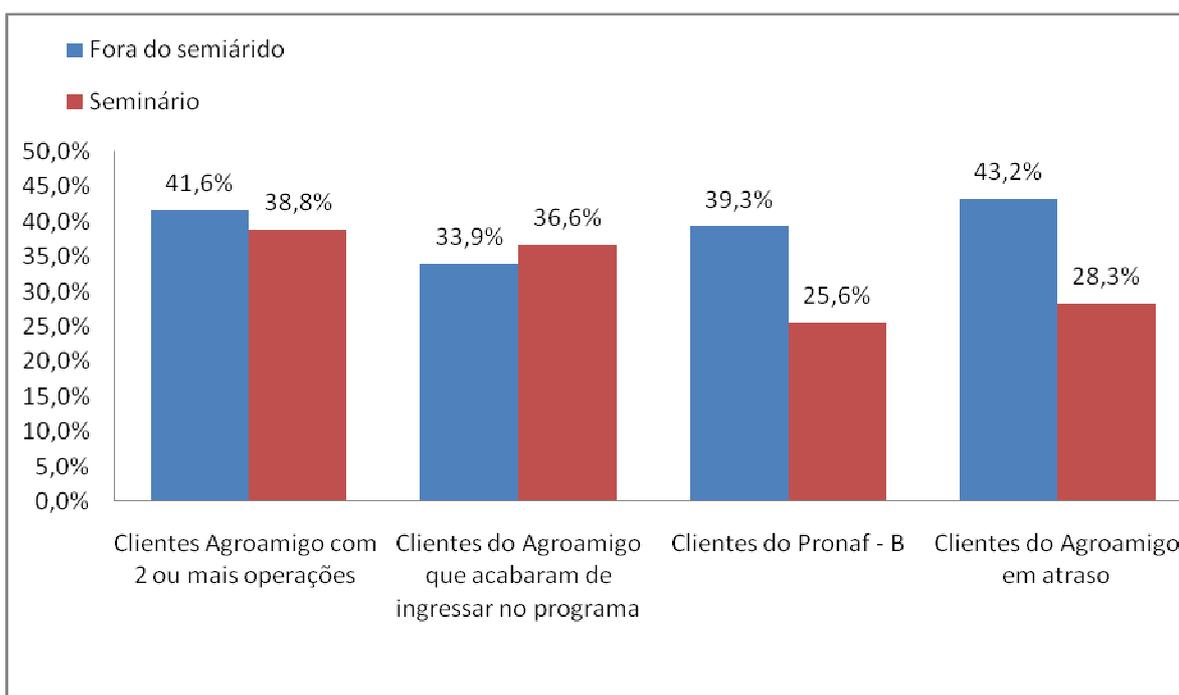


Gráfico 16 – Fração de indivíduos com conta bancária (2010)

Estes resultados são bastante consistentes com os indicadores de posse e consumo apresentados anteriormente. De um modo geral, contas bancárias são mais difundidas entre os clientes mais antigos do Agroamigo, sendo que uma fração maior desses clientes consegue poupar, relativamente aos clientes entrantes. Já para os clientes do Pronaf B convencional e aqueles em atraso no Agroamigo, os números tendem a ser menos favoráveis nestas dimensões, exceto em 2010, para os municípios situados fora do semiárido.

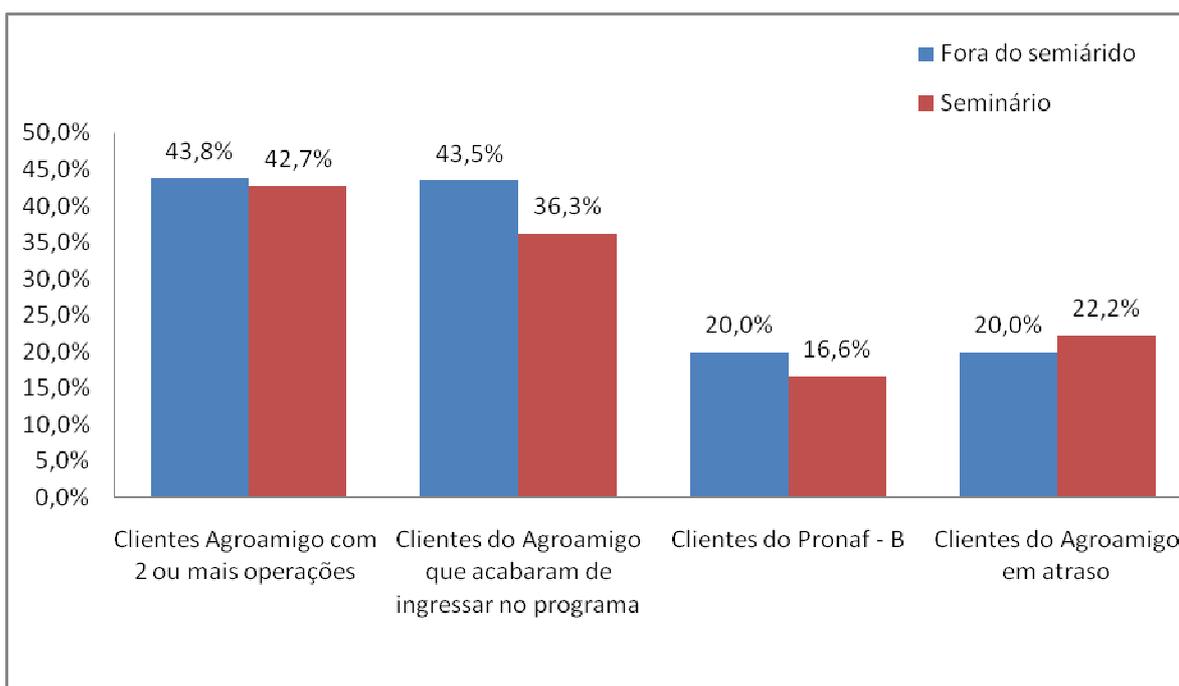


Gráfico 17 – Fração de indivíduos que conseguem poupar

A contratação de seguros por parte dos entrevistados ocorre mais em relação à realização de funerais, conforme a Tabela 102. Esse tipo de seguro obteve expressivo crescimento ao longo do período em estudo (2006 a 2010). Esta evolução foi, mais significativa entre os clientes expostos há mais tempo ao programa. Quanto ao seguro safra (segunda categoria mais popular entre os clientes), a expansão foi maior entre os clientes ingressantes.

Tabela 102 – Fração de Clientes que Possuem Seguro

	Agroamigo	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
2010		
% com seguro de vida	4,4%	4,0%
% com seguro saúde	3,3%	3,5%
% com seguro funeral	20,2%	15,2%
% com seguro safra	12,8%	13,9%
% com outro seguro	0,5%	0,5%
2009		
% com seguro de vida	3,8%	2,6%
% com seguro saúde	2,9%	3,5%
% com seguro funeral	19,0%	13,9%
% com seguro safra	17,1%	13,2%
% com outro seguro	0,5%	0,3%

Agroamigo		
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
2006		
% com seguro de vida	1,6%	1,3%
% com seguro saúde	1,9%	1,3%
% com seguro funeral	11,4%	9,7%
% com seguro safra	5,5%	5,7%
% com outro seguro	0,3%	0,2%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Vale salientar que, na maioria dos casos, seguros são mais difundidos entre os clientes situados em municípios do semiárido. As diferenças observadas entre clientes mais antigos e ingressantes são particularmente evidentes nessas localidades (Tabela 103).

Tabela 103 – Fração de Clientes que Possuem Seguro (dentro e fora do semiárido)

	FORA DO SEMIÁRIDO		SEMIÁRIDO	
	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes	Clientes com duas ou mais operações	Clientes ingressantes
2010				
% com seguro de vida	3,8%	4,1%	4,8%	3,9%
% com seguro saúde	2,1%	1,8%	4,0%	4,4%
% com seguro funeral	16,2%	14,5%	22,6%	15,6%
% com seguro safra	3,4%	1,8%	18,4%	20,8%
% com outro seguro	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%
2009				
% com seguro de vida	3,0%	2,7%	4,3%	2,6%
% com seguro saúde	1,3%	1,8%	3,8%	4,4%
% com seguro funeral	15,5%	13,2%	21,1%	14,3%
% com seguro safra	3,9%	1,4%	24,9%	20,0%
% com outro seguro	0,4%	0,0%	0,5%	0,5%
2006				
% com seguro de vida	1,3%	1,8%	1,8%	1,1%
% com seguro saúde	0,4%	0,9%	2,8%	1,6%
% com seguro funeral	10,9%	11,9%	11,7%	8,4%
% com seguro safra	1,3%	0,5%	7,9%	8,7%
% com outro seguro	0,4%	0,0%	0,3%	0,3%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Quanto à percepção dos clientes em relação ao Programa Agroamigo, tecemos algumas considerações a partir das manifestações e respostas dos

entrevistados. De um modo geral, grande fração dos clientes participantes da pesquisa afirmou que tomou conhecimento do programa através de conhecidos, o que pode indicar o papel dos laços de amizade existentes na comunidade para a expansão do Agroamigo. Todavia, esta opção possui um peso relativamente menor entre os clientes ingressantes. Para este grupo destacam-se também os sindicatos, sobretudo nos municípios situados fora do semiárido. Por outro lado, para mais de 50% dos clientes em atraso, os conhecidos foram o elo para conhecer o programa.

Ao serem indagados acerca da taxa de juros do programa, a maioria percebe os juros praticados como razoáveis ou baixos. Em geral, os clientes que manifestaram considerar a taxa de juros alta são clientes em atraso (Tabela 104).

Tabela 104 – Avaliação dos Clientes do Programa sobre os Juros dos Empréstimos

	FORA DO SEMIÁRIDO			SEMIÁRIDO		
	Clientes do Agroamigo com 2 ou mais operações	Clientes ingressantes do Agroamigo	Clientes do Agroamigo em atraso	Clientes do Agroamigo com 2 ou mais operações	Clientes ingressantes do Agroamigo	Clientes do Agroamigo em atraso
Altos	7,2%	7,2%	35,5%	2,7%	5,0%	6,1%
Razoáveis	57,4%	52,0%	38,7%	55,1%	59,4%	48,5%
Baixos	35,4%	40,8%	25,8%	42,2%	35,6%	45,5%

Fonte: Fipe- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

O Gráfico 18 enfoca as visitas de assessores de crédito aos entrevistados, incluídos os clientes do Pronaf B convencional. Nota-se que a maioria dos indivíduos recebeu apenas uma visita. No entanto, há um contingente grande de pessoas que mencionam mais de uma visita, à exceção dos clientes em atraso localizados em regiões fora do semiárido.

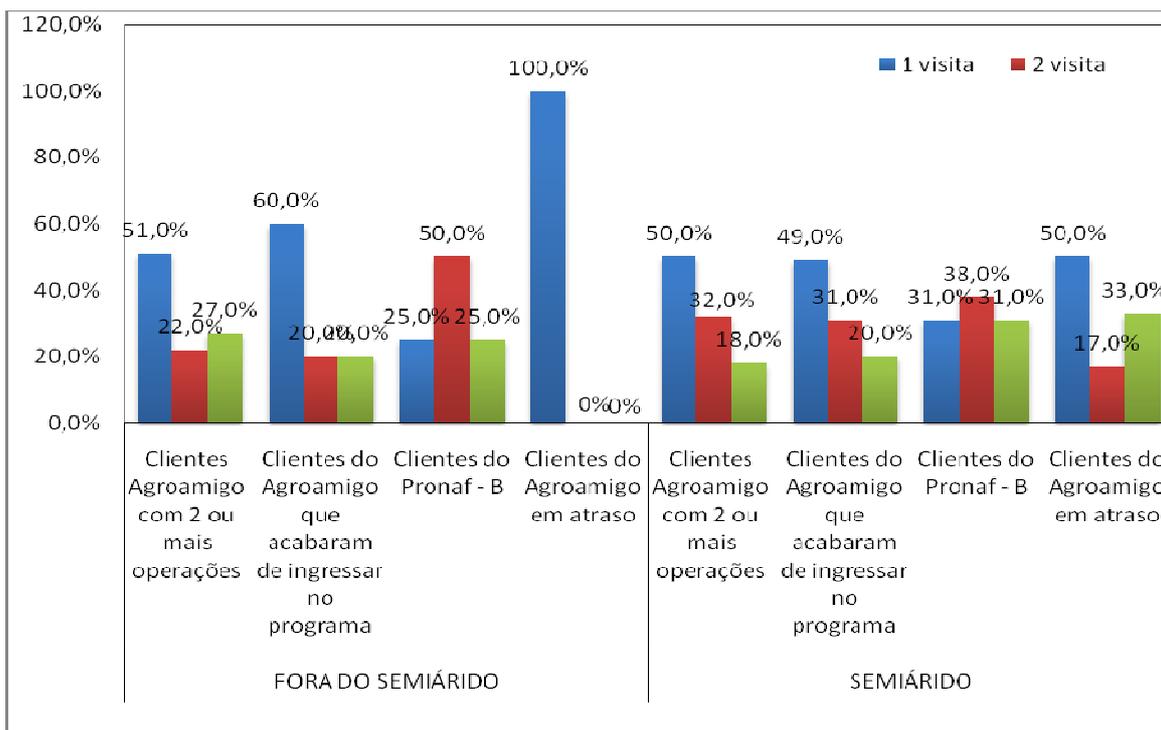


Gráfico 18 – Número de visitas de assessores de créditos recebidas pelos clientes

De acordo com o Gráfico 19, de um modo geral, os clientes, tanto do Agroamigo como do Pronaf B convencional, ingressantes ou não, e até os inadimplentes, consideraram úteis as visitas do assessor de crédito.

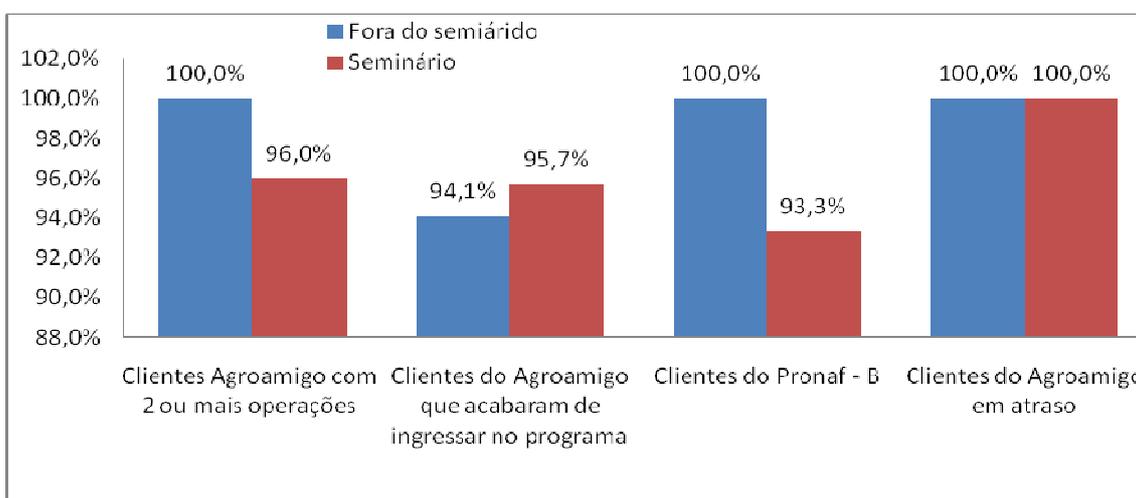


Gráfico 19 – Opinião dos clientes a respeito da utilidade das visitas de assessores de créditos (% que consideram as visitas úteis)

Quanto às visitas de técnicos agrícolas e veterinários, observa-se que os clientes ingressantes do Agroamigo receberam menos visitas, comparativamente aos clientes expostos ao programa há mais tempo. Em média, clientes em atraso também recebem menos visitas desses profissionais. O Gráfico 20 indica a avaliação dos clientes acerca das referidas visitas.

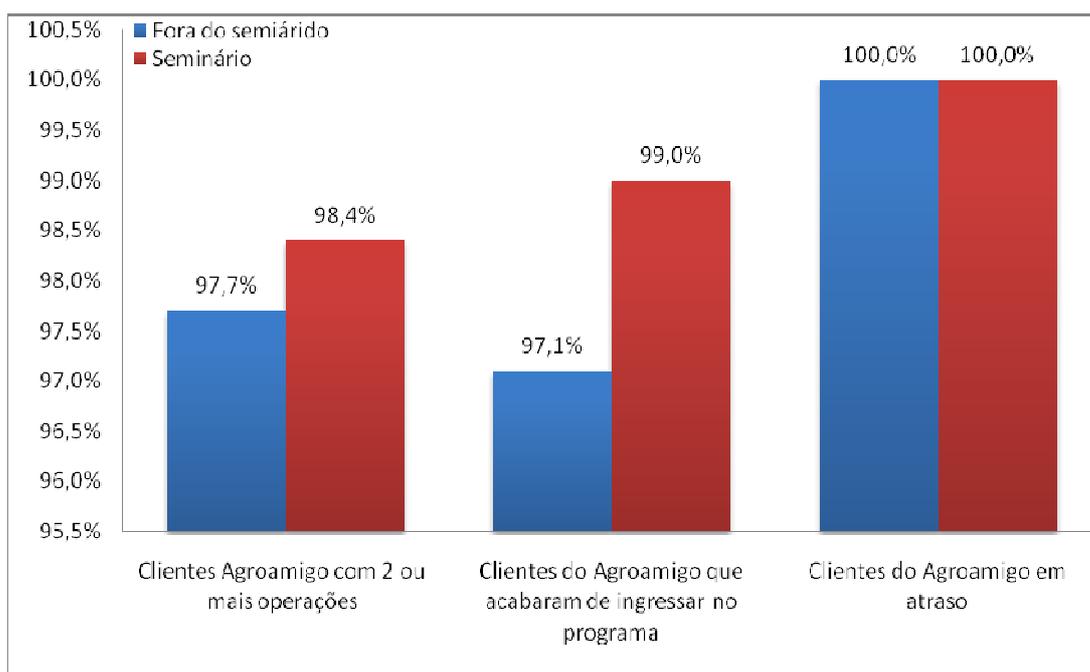


Gráfico 20 – Avaliação dos clientes com relação às visitas de técnicos agrícolas e veterinários (% que consideram as visitas úteis)

Ainda que preliminarmente, os resultados sugerem um desempenho positivo do Agroamigo. Por exemplo, a comparação entre clientes mais antigos e ingressantes aponta que a expansão recente do programa tem privilegiado mulheres, na medida em que a proporção de pessoas do sexo feminino é maior entre os clientes mais recentes. Indivíduos mais pobres também parecem estar ingressando em maior proporção, já que entre os clientes mais antigos os itens como bens duráveis, consumo de carne e serviços financeiros (com contas bancárias e seguros) tendem a ser mais difundidos. Há, ainda, proporcionalmente menos indivíduos que conseguem poupar entre os ingressantes. Ressalte-se, adicionalmente, que os valores médios dessas variáveis são, na maioria dos casos, menos favoráveis para clientes do Pronaf-B e inadimplentes do Agroamigo.

4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE em 2011

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do país eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificarem setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez,

engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP), entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do país. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários

desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

4.4.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2011

Os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2011, alcançaram aproximadamente R\$ 10,5 bilhões, distribuídos entre os setores Rural (33,5% dos recursos), Comércio e Serviços (22,7%), Industrial e Turismo (22,0%), Infraestrutura (18,7%) e Agroindustrial (3,1%). Cabe salientar que os valores aqui analisados nesta seção (4.4.2), se referem apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do banco.

Considerando apenas os efeitos no âmbito da região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2³¹, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 25,7 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no ano de 2011³². O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 38,4% desse valor.

O valor agregado (renda) à economia da região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação do PIB da região) é estimado em R\$ 14,6 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 5,4 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços, Indústria e Turismo e Infraestrutura, também são expressivos (Tabela 105).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.051 mil ocupações (formais e informais)³³ deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2011. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 565,0 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 53,8% dos empregos gerados na região. O emprego é

³¹ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

³² A suposição é que as contratações de 2011 geram investimentos e operações em custeio, realizados no ano de 2011, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

³³ Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores, não levando em consideração a saída de trabalhadores em 2011. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista) para 2011, indicam uma entrada de 3.031 mil novas ocupações.

calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano³⁴, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria e Turismo deverão gerar em torno de 181,2 mil e 146,0 mil ocupações, respectivamente, representando 17,2% e 13,9%. Os setores Infraestrutura e Agroindustrial deverão responder por 130,1 mil e 28,9 mil ocupações, respectivamente (Tabela 105).

Tabela 105 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE - 2011¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Infraest	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	1.878,8	1.627,4	329,0	2.302,6	1.961,3	1.274,7	1.099,4	10.473,2
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	5.084,69	3.985,95	785,18	4.939,92	4.914,20	3.108,70	2.875,93	25.694,57
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	3.053,91	2.328,83	432,88	2.817,57	2.623,74	1.664,95	1.645,04	14.566,92
Empregos (em número de pessoas)	350.093	214.922	28.924	145.961	130.065	84.017	97.200	1.051.181
Salários (em R\$ milhões)	875,17	675,07	124,28	810,35	736,92	466,20	478,34	4.166,34
Tributos (em R\$ milhões)	633,93	567,30	111,52	741,27	741,99	472,50	417,33	3.685,84
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	8.481,23	6.845,99	1.295,43	8.200,70	8.276,10	5.233,23	4.855,34	43.188,02
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	5.401,60	3.518,85	644,53	4.176,34	4.034,82	2.579,96	2.467,58	22.823,68
Empregos (em número de pessoas)	397.515	250.078	35.171	183.746	167.915	107.485	120.428	1.262.337
Salários (em R\$ milhões)	1.317,28	1.043,69	190,28	1.232,58	1.177,00	740,99	734,08	6.435,90
Tributos (em R\$ milhões)	1.175,70	1.089,66	203,39	1.362,48	1.372,46	875,83	786,61	6.866,13

Fontes: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de dezembro de 2011.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 4,2 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 1,6 bilhão, representando 37,2% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Indústria e Turismo, com 19,4% de participação nos salários.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 3,7 bilhões, com destaque para os setores Rural, Indústria e Turismo e Infraestrutura.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. O menor valor

³⁴ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R\$ 5.414 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural³⁵. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 12.531 em Indústria e Turismo, R\$ 11.680 em Infraestrutura, R\$ 10.417 em Comércio e Serviços, R\$ 9.354 no Setor Agroindustrial, e R\$ 8.297 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores Indústria e Infraestrutura, denotando que são setores mais intensivos em capital.

4.4.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 43,2 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 17,5 bilhões (40,5%) ocorrem fora da região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.262,3 mil novas ocupações, 16,7% desses poderão ser gerados fora da região Nordeste (Tabela 105). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País, mas também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.4.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para mini/micro, pequenos, pequeno-médio e médios empreendimentos

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R\$ 5,3 bilhões no ano de 2011, como mostra a Tabela 106. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE. Essa participação, no período em análise, nas atividades pecuária, serviços e comércio, representam 88,3%, 79,4% e 69,1%, respectivamente. A

³⁵ Olhando as atividades agrícola, pecuária, para se gerar um emprego, são necessários R\$ 4.726,36 e R\$ 6.507,57, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são R\$ 9.129,11 e R\$ 11.859,33, respectivamente.

participação nas atividades agrícola, industrial e infraestrutura, é em menor escala, mas ainda relevante, em torno dos 35%. Apenas na atividade de agroindústria, é que a participação desses empreendedores é menor que 30%, mais precisamente 21,2%, o que é explicado pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 2,1 bilhões, ou 39,7% do total dos recursos e que representa 94,9% das operações, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 33,4% e o Setor Industrial, com 13,6% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 1,3% dos recursos. Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R\$ 12,8 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 8,9 bilhões, um vazamento de 40,9% da produção bruta. O número de empregos gerados na Região, a partir das contratações e desembolsos no ano de 2011, foi estimado em 533,8 mil, e aproximadamente 105 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 7,3 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 3,7 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 33,6% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de mini a médio porte, são de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,8 bilhão, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 1,1 bilhão, para salários, e R\$ 1,6 bilhão, para tributos.

Tabela 106 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE Por Porte da Empresa (Micro, Mini, Pequena e Média) – 2011¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	667,55	1.437,09	69,79	720,62	631,20	1.011,63	759,70	5.297,57
Quantidade de Contratações	78.811	295.929	206	2.561	10	3.236	14.194	394.947
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhão)	1.680,84	3.489,64	159,01	1.721,58	1.470,33	2.452,53	1.829,02	12.802,95
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhão)	998,07	2.032,80	88,62	992,17	795,37	1.312,46	1.070,10	7.289,59
Empregos (em número de pessoas)	115.515	186.791	4.720	50.225	39.477	66.280	70.786	533.794
Salários (em R\$ milhões)	291,61	588,28	25,50	286,98	213,10	370,17	313,61	2.089,26
Tributos (em R\$ milhões)	220,11	495,99	22,23	254,93	216,95	377,75	257,12	1.845,07
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhão)	2.811,80	5.990,36	267,04	2.886,34	2.517,45	4.128,39	3.059,79	21.661,17
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhão)	1.472,09	3.076,80	134,21	1.474,43	1.232,88	2.008,22	1.582,88	10.981,50
Empregos (em número de pessoas)	130.845	217.539	6.025	63.306	50.944	84.756	85.404	638.818
Salários (em R\$ milhões)	438,47	910,62	39,42	436,59	349,73	586,32	473,45	3.234,59
Tributos (em R\$ milhões)	408,79	952,50	41,46	476,09	415,43	695,39	481,72	3.471,38

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.

(2) Valores a preços de dezembro de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 Inadimplimento das Operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada em 2011 foi de 3,4%, apresentando uma ligeira redução em comparação com a verificada no exercício de 2010, que foi de 3,8% (Tabela 107).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às contratações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (17,3%) que apresentaram elevação em relação a 2010, cujo índice foi de 15,7%. Quanto aos demais índices de inadimplência, não se permite comparação ao ano 2010, tendo em vista mudança na metodologia de classificação dos portes, conforme explicitado no item 3.3.3.

Tabela 107 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 31.12.2011

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Valores em R\$ mil	
				Inadimplência (%) ⁽¹⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽³⁾
Cooperativas/Associações	298.364	0,9	51.551	0,2	17,3
Míni-Micro	7.058.184	21,6	597.062	1,7	8,5
Pequeno	3.966.372	12,2	154.722	0,5	3,9
Pequeno-Médio	43.627	0,1	3	0,0	0,0
Médio	5.551.777	17,0	121.233	0,4	2,2
Grande	15.706.101	48,1	184.257	0,6	1,2
Total	32.624.425	100,0	1.108.828	3,4	3,4

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

A adoção dos procedimentos instituídos pela Lei nº 12.249/2010, bem como o contínuo trabalho desenvolvido pelo Banco em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, contribuíram fortemente para a manutenção da redução da inadimplência em 2011.

Em se tratando dos setores beneficiados, os setores Financiamento à Exportação e Rural apresentaram os maiores índices de inadimplência em relação aos demais, registrando inadimplências de 11,0% e 6,3%, respectivamente. Já o Setor Comércio e Serviços mostrou o índice de 1,6%, enquanto que o Setor de Infraestrutura não apresentou índice considerável (Tabela 108).

Tabela 108 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Rural	14.124.883	43,3	894.918	2,7	6,3
Agroindustrial	1.144.585	3,5	27.057	0,1	2,4
Industrial/Turismo	5.853.747	17,9	84.636	0,3	1,4
Infraestrutura	5.826.740	17,9	-	-	-
Comércio e Serviços	5.536.349	17,0	86.995	0,3	1,6
Financ. à Exportação	138.121	0,4	15.222	-	11,0
Total	32.624.425	100,0	1.108.828	3,4	3,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que o setor Rural teve uma redução de 3,3% para 2,7%, em comparação ao exercício de 2010. Os demais setores apresentaram índices de inadimplência irrelevantes em relação ao total das aplicações.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição do índice de 9,1%, em 2010, para 8,7%, em 2011, para a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998. Quanto às operações contratadas após 30.11.1998, verificou-se uma pequena redução do percentual de 2,5% de inadimplência em 2010 para 2,4% em 2011 (Tabela 109).

Tabela 109 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁵⁾	5.092.260	15,6	444.033	1,4	8,7
Após 30.11.1998 ⁽⁶⁾	27.532.165	84,4	664.795	2,0	2,4
Total	32.624.425	100,0	1.108.828	3,4	3,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (5) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (6) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

5.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 164,3 mil operações de crédito em 2011 com a Fonte FNE, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 568,3 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R\$ 173,0 milhões, ou seja, 30,5% do total regularizado (Tabela 110).

Tabela 110 – FNE - Recuperação de Dívidas⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	8.071	12.408	16.451	28.859
Bahia	30.524	31.447	106.461	137.908
Ceará	30.213	27.147	50.036	77.183
Espírito Santo	758	4.416	5.197	9.613
Maranhão	15.277	14.529	49.873	64.402
Minas Gerais	10.350	8.892	26.796	35.688
Paraíba	10.819	9.861	17.908	27.769
Pernambuco	19.106	33.329	43.813	77.142
Piauí	15.053	10.363	35.826	46.189
Rio Grande do Norte	14.613	14.631	22.862	37.493
Sergipe	9.535	6.025	20.006	26.031
Total	164.319	173.048	395.229	568.277

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, destacando-se a criação no segundo semestre de 2010 das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), que desenvolvem trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos passíveis desse procedimento, como, por exemplo, a criação do Projeto Estratégico Instrução Cobrança Judicial com atividades exclusivas de remessa dos processos para cobrança judicial; desenvolvimento de campanha de divulgação da Lei 12.249/2010, para identificação das operações enquadráveis no referido instrumento legal de renegociação e orientação às agências no sentido de formalizar o máximo de regularizações possíveis. Com as providências levadas à prática considerando

os critérios da mencionada Lei, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas que resultaram na redução da inadimplência.

A implementação de estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas viabilizaram melhores condições para a regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de importantes resultados para o Banco no decorrer de 2011.

Outro importante fator de contribuição para o bom desempenho na recuperação de créditos e conseqüentemente, para a redução dos índices de inadimplência foi a melhoria da estrutura da área jurídica do Banco realizada com o objetivo de reforçar o monitoramento dos processos judiciais e assim, proporcionar a recuperação de créditos em cobrança judicial.

5.3 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-B, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentam-se (Tabela 111) os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, os quais estão em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB.

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

Tabela 111 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Exercício 2011

Quantidade	Valor Saldo pelos Encargos Normais	Valor Recebido
38	9.876	4.596

Fonte: BNB – Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito

6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos **5%** dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 31.12.2011, 1.817.787 operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 161.952 atividades de campo em operações do FNE no ano de 2011, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens.

6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no ano 2011

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação

do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 62,0%, 12,0% e 2,0%, respectivamente, das vitorias realizadas em 2011. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 24,0% (Gráfico 21).

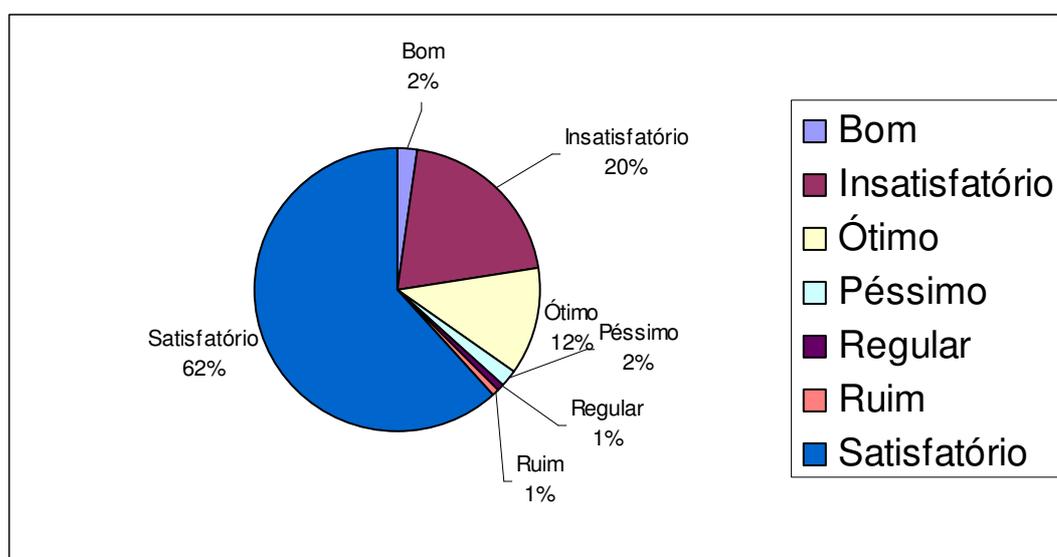


Gráfico 21 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no ano 2011

Fonte: Ambiente de Análise e Acompanhamento de Op. de Crédito

6.2 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano 2011, cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (76%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.

- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema ou execução judicial da operação.

7. RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO n. 10/2012 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações do Ofício nº 10 SFRI/MI, de 16.01.2012 (item 3) recebido do Ministério da Integração Nacional, conforme descrito a seguir:

3.1.1 Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos, por fonte, previstos na programação aprovada e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no ano de 2011:

Vide Anexo – Tabela 39.A.

3.1.2 Valores desembolsados no exercício de 2011:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.3 Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.4 Informações sobre a distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, no exercício 2011, por programa e faixa de valores:

Vide Anexo – Tabelas 29.A e 30.A.

3.1.5 Saldo das operações e inadimplência por município:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.6 Financiamentos acima de R\$ 10 milhões:

Vide Anexo - Tabela 22.A.

3.1.7 Situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao Banco do Nordeste:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.1.8 De acordo com item 5 do Anexo II – Parte C (Conteúdo Específico) da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24.11.2010: informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação, no formato definido na Portaria TCU nº 123, de 12.05.2011:

Vide Anexo - Tabelas 31.A, 32.A, 34.A, 37.A, 38.A, 41.A.

Vide Anexo – CD-ROM (1).

3.1.9 Contratações realizadas com recursos do FNE considerando a nova classificação de porte de beneficiários, aprovada pela Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 10.11.2011, para a totalidade das operações contratadas no exercício:

Vide Anexo - CD-ROM (1).

3.2.1 Número de operações e valores contratados, por UF, Setor e Porte, com benefícios que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez:

Vide Anexo – Tabela 21.A

3.2.2 Número de operações e valores contratados, por UF e Porte, com vistas a regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008:

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.3 Número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo CONDEL/SUDENE para o exercício de 2011:

Vide item 3.5 do relatório

3.2.4 Número de operações e valores contratados pelas instituições operadoras (IO) do repasse, por instituição, UF, Setor, Porte e Linha de Financiamento consoante o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e a Portaria MI nº 616, de 26.05.2003:

Vide item 3.4 do relatório

3.2.5 Quadro demonstrativo dos financiamentos concedidos sob risco integral do BNB:

Vide Anexo – Tabela 34.A

3.2.6 Número de operações e valores dos financiamentos concedidos para custeio isolado (agrícola e pecuário), comercialização, capital de giro associado e capital de giro para: aquisição de matéria-prima/insumos (Programa Industrial, Agroindustrial, do Turismo e Comercial/Serviços) e para aquisição de bens para formação de estoques (Programa Comercial/Serviços), por UF:

Vide Anexo – Tabela 24.A

3.2.7 Detalhamento do saldo e da quantidade das operações de acordo com os encargos pactuados:

Vide Anexo – CD-ROM (1)

3.2.8 Quantidade e valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei no. 7.827, de 27.09.19879, com redação dada pela Lei no. 11.945, de 04.06.2009.

Vide item 5.3 do relatório.

3.2.9 Anexo II – Parte A (Conteúdo Geral) da Decisão Normativa TCU n. 108, de 24.11.2010.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Banco do Nordeste do Brasil S.A			172
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria Anual de Contas – FNE – Exercício 2010 - nº 201109659	1.2.2.2	Ofício nº 37155/2011/APE/CGU-Regional/CE, de 08/12/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Banco do Nordeste do Brasil S.A			172
Descrição da Recomendação:			
Ausência de indicadores de eficiência para avaliação do FNE. Recomendação 1: Manter estrito e rigoroso acompanhamento das ações de gestão atinentes a promover a definição e aplicação de indicadores de eficiência para o FNE.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ETENE			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Posição em 31/12/2011: dentro do prazo de elaboração do Plano de Providências. 09/01/2012- Por meio do Ofício Gapre 2012/0037, o Banco envia a CGU o Plano de Providências. <ol style="list-style-type: none"> Ênfase na conclusão da metodologia e definição dos indicadores para avaliação da eficiência dos financiamentos dos diversos programas no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), incluindo-se a realização de avaliação prévia desses indicadores. Prazo para implementação: 31/12/2012. Aplicação dos indicadores definidos na Providência anterior, valendo-se dos dados de contratação do Fundo até 2012. Prazo para implementação: 31/03/2013. 			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Repetição do processo licitatório e solicitação de prorrogação do prazo para atender a providência. Quando da contratação de consultoria externa para trabalhar em conjunto com a equipe do BNB/ETENE, apenas um licitante apresentou proposta no primeiro certame, o que provocou prorrogação do processo licitatório, objetivando assegurar o interesse público, com obtenção da proposta mais vantajosa para o Banco. O trabalho da consultoria foi concluído em fevereiro/2012. Os produtos apresentados encontram-se em fase de discussão pela equipe do BNB/ETENE.			

3.2.10. Informações acerca de estudos elaborados, ou em elaboração, pelo Banco do Nordeste com o objetivo de se avaliar a capacidade de geração de empregos e da produtividade dos empreendimentos financiados pelo FNE e as previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados durante o exercício de 2011, obtidos pela Matriz Insumo-Produto:

Vide item 4 do relatório.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, R. C. de. (2002). **Nordeste**: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

BNB. **Manual Básico de Operações de Crédito**, Título 5 – Programas especiais, Capítulo 12, acesso em 12/03/2012).

BNB. **Programação 2011: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2011.

BNB/ETENE. **Comércio exterior**: região nordeste e estados, 2011. Disponível em
<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/comercio_exterior2011.pdf>. Acesso em 14 mar 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: CAGED**. Brasília, DF, 2008. CD-ROM.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**. Brasília, DF, 2008. CD-ROM.

Guilhoto, J. J. M., Azzoni, C. R., Ichihara, S. M., Kadota, D. K. e Haddad, E. A. (2010) – *Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Metodologia e Resultados* – Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-Ce.

IBGE (2008). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. Rio de Janeiro.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares**, 2008. Disponível em:<
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl1.asp?c=1803&z=p&o=17&i=P>>. Acesso em 14 mar 2012.

IBGE. **Pesquisa nacional de saneamento básico**, 2008a. Disponível em
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1240&z=p&o=24&i=P>>. Acesso em 14 mar 2012.

IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3334&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em 14 mar 2012.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, **Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Agroamigo**, Relatório preliminar, pág. 19 a 65, São Paulo: nov. 2011.

MACIEL, Iracy S. R.. **Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. Série BNB Teses e Dissertações, nº17. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2009. 272p.

Ministério da Integração (MI)/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)/Conselho Deliberativo (CONDEL). **Resolução nº 043/2011**. Aprova a Proposição 041/2011, que trata da adequação dos critérios e da reclassificação do porte de beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/resolucao-condel-043-2011.pdf>>. Acesso em 01 mar 2012.

Ministério da Integração (MI)/CGFCF/DPNA. **Nota Técnica nº 45/CGFCF/DPNA**. Adequação dos Critérios de Classificação do Porte dos Tomadores no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras condições. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/13%20Reuniao%20Condel/1.2%20-%20Nota%20Tecnica%20MI-Classificacao%20do%20Porte%20do%20Tomador%20no%20FNE.pdf>>. Acesso em 06 mar 2012.

PIRES, I. J. B. P. **Conceitos e indicadores do mercado de trabalho: uma visão estatística**. Fortaleza: RTM, 2003.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**, 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 14 mar 2012.

PNUD. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**, 2008. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 14 mar 2012.

RESENDE, G. M. (2007) **Evaluation micro – and macro-effects of regional development policies: the of the Northeast Regional Fund (FNE) in Brazil, 2006-2006**

SOUSA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. **Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**. Fortaleza: BNB, 2010.

Sousa, J. M., Soares, R. B. e Pereira N., A. **Avaliação de Impactos do FNE Emprego, massa salarial e salário médio.** Fortaleza: BNB, 2009. (Série Avaliação de Políticas Públicas do BNB)

STEVENSON, W. G. **Estatística aplicada à administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. V. 1.

VIDAL, M. de F.; GONÇALVES, M. F. **O Segmento da Pesca Marinha na Costa Nordestina.** Fortaleza: BNB, 2010. (Série Documentos do Etene – n. 28).

ANEXOS

Tabela 1.A – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Semiárida – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	47.856	1.671	3.434	262	-	22.610	75.833	1,9
Bahia	386.130	4.923	136.897	11.242	267.984	150.346	957.522	23,5
Ceará	295.392	11.525	257.581	11.932	60.747	296.795	933.972	23,0
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	186.022	103	5.937	1.229	-	37.550	230.841	5,7
Paraíba	84.876	2.926	12.357	3.612	-	51.697	155.468	3,8
Pernambuco	241.567	124.173	61.662	42.242	-	114.527	584.171	14,4
Piauí	116.168	2.179	2.859	1.771	-	34.354	157.331	3,9
Rio Grande do Norte	109.406	2.733	330.591	4.378	302.428	90.615	840.151	20,7
Sergipe	87.280	14.589	9.356	216	-	21.329	132.770	3,3
Total	1.554.697	164.822	820.674	76.884	631.159	819.823	4.068.059	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2.A – FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	92.457	30.000	33.628	18.705	-	174.584	349.374	5,0
Bahia	818.219	7.388	62.846	14.413	690.574	230.515	1.823.955	26,0
Ceará	84.121	8.206	228.572	8.015	395.974	133.150	858.038	12,2
Espírito Santo	62.704	6.800	6.818	6.252	-	25.989	108.563	1,6
Maranhão	736.297	21.476	371.475	17.500	60.743	302.628	1.510.119	21,5
Minas Gerais	151.702	1.005	77.663	8.240	-	39.479	278.089	4,0
Paraíba	32.809	15.198	128.693	69.990	-	44.932	291.622	4,2
Pernambuco	56.837	1.290	109.116	259.280	112.816	275.167	814.506	11,6
Piauí	237.612	4.330	37.377	13.765	70.000	309.744	672.828	9,6
Rio Grande do Norte	7.300	1.396	11.173	2.352	45	45.849	68.115	1,0
Sergipe	71.911	74.964	24.147	1.115	-	75.249	247.386	3,5
Total	2.351.969	172.053	1.091.508	419.627	1.330.152	1.657.286	7.022.595	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3.A – FNE - Contratações por Estado e Zona Climática – Exercício 2011
Valores em R\$ mil

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%)
Alagoas	75.833	349.374	425.207	3,8
Bahia	957.522	1.823.955	2.781.477	25,1
Ceará	933.972	858.038	1.792.010	16,2
Espirito Santo	-	108.563	108.563	1,0
Maranhão	-	1.510.119	1.510.119	13,6
Minas Gerais	230.841	278.089	508.930	4,6
Paraíba	155.468	291.622	447.090	4,0
Pernambuco	584.171	814.506	1.398.677	12,6
Piauí	157.331	672.828	830.159	7,5
Rio Grande do Norte	840.151	68.115	908.266	8,2
Sergipe	132.770	247.386	380.156	3,4
Total	4.068.059	7.022.595	11.090.654	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 4.A – FNE - Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática – Posição em 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Especificação	Semiárido	Fora do Semiárido	Valor	Total (%) de (A)
Ativo Total (A)	18.873.731	18.873.731	37.747.462	100,0
Recursos Comprometidos (B)	14.371.900	21.782.536	36.154.436	95,8
Recursos Aplicados	13.427.972	19.743.283	33.171.255	87,9
Operações de Crédito	13.664.592	18.959.832	32.624.424	86,5
Provisão para Operações de Crédito	(576.071)	(314.814)	(890.885)	(2,4)
Relações Interfinanceiras	338.053	1.096.325	1.434.378	3,8
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	553	767	1.320	-
Outros Créditos	845	1.173	2.018	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	943.928	2.039.253	2.983.181	7,9
Recursos a Comprometer (C) = (A - B)	4.501.831	(2.908.805)	1.593.026	4,2
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	686.769	1.958.875	2.645.643	7,0
Demanda nas Agências (E)	961.821	1.115.997	2.077.818	5,5
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C - D - E)	2.853.242	(5.983.677)	(3.130.435)	(8,3)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 5.A – FNE - Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)	A / B (%)
Alagoas	140.313	1.671.409	8,4
Bahia	1.204.350	10.955.265	11,0
Ceará	379.514	3.460.507	11,0
Espírito Santo ⁽¹⁾	62.704	2.213.904	2,8
Maranhão	736.297	6.991.257	10,5
Minas Gerais ⁽²⁾	337.724	3.220.779	10,5
Paraíba	117.685	1.723.188	6,8
Pernambuco	298.403	3.793.064	7,9
Piauí	353.780	2.018.343	17,5
Rio Grande do Norte	116.706	1.525.158	7,7
Sergipe	159.190	1.221.642	13,0
Total	3.906.666	38.794.517	10,1

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2009.

Notas: (1) O PIB Rural do norte do Espírito Santo corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB; (2) O PIB Rural do norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB. (3) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2009 atualizado para dezembro de 2011 pelo IGP_DI da FGV (índice acumulado do período de 116,86%).

Tabela 6.A – FNE - Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Exercício 2011
Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B (%)
Alagoas	37.062	18.967	4.587.378	0,81
Bahia	199.743	25.654	40.692.163	0,49
Ceará	486.153	19.947	16.618.039	2,93
Espirito Santo	6.817	.252	2.145.140	0,32
Maranhão	371.475	17.499	6.470.462	5,74
Minas Gerais	83.600	9.470	3.866.191	2,16
Paraíba	141.051	73.602	6.698.263	2,11
Pernambuco	170.778	301.522	17.289.967	0,99
Piauí	40.236	15.536	3.374.555	1,19
Rio Grande do Norte	341.764	6.731	5.750.948	5,94
Sergipe	33.503	1.331	5.799.908	0,58
Total	1.912.182	496.511	113.293.014	1,69

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2003.

Notas: (1) O PIB Industrial do norte do Espírito Santo corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB. (2) O PIB Industrial do norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do BNB; (3) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2009 atualizado para dezembro de 2011 pelo IGP_DI da FGV (índice acumulado do período de 116,86%).

Tabela 7.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco
Posição: 31.12.2011

Risco	Aplicações	Valores em R\$ mil	
		Inadimplência	%
Integral BNB	226.059	7.499	3,3
Exclusivo FNE	5.092.384	444.033	8,7
Compartilhado FNE / BNB	27.102.838	567.698	2,1
PROCERA	203.144	89.598	44,1
TOTAL	32.624.425	1.108.828	3,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 8.A – FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Programa – POSIÇÃO: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Estado	Programas Setoriais								Programas Multissetoriais							Total
	PRONAF	Programa da Terra	Rural ⁽¹⁾	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial ⁽²⁾	Agrin ⁽²⁾	Proatur	Comércio e Serviços ⁽²⁾	Proinfra ⁽²⁾	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual	
ALAGOAS	209.626	25.793	402.445	546	-	299.805	146.148	56.088	155.322	-	126	19	-	75.164	66	1.371.148
BAHIA	790.938	38.428	2.241.560	59.807	7.291	775.453	69.769	194.491	481.146	1.602.734	570	425.062	17	380.510	346	7.068.122
CEARÁ	748.170	8.223	975.160	155.822	-	1.092.737	159.912	108.803	734.525	834.766	715	198.290	14.894	765.526	677	5.798.220
ESPÍRITO SANTO	34.390	-	155.409	50	-	8.818	58.429	5.131	59.740	-	64	29.700	-	18.836	22	370.589
MARANHÃO	644.729	24.548	1.577.079	16.149	-	184.358	173.581	45.404	536.128	244.463	142	72.523	59	223.429	111	3.742.703
MINAS GERAIS	293.734	4.116	780.825	-	-	27.304	4.751	2.905	55.930	10.927	-	285.830	-	137.515	238	1.604.075
PARAÍBA	218.653	25.341	230.423	4.735	6.369	219.085	18.704	1.993	148.639	382.663	5.361	32.325	-	148.388	106	1.442.785
PERNAMBUCO	592.966	31.593	715.485	10.725	4.843	741.078	165.492	55.517	734.695	1.027.659	215	392.233	41	315.521	58	4.788.121
PIAUI	406.253	681	775.459	2.518	-	23.702	10.334	23.003	262.924	292.981	-	20.122	-	153.355	100	1.971.432
RIO DE JANEIRO ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	51.203	442.441	-	-	-	-	-	493.644
RIO GRANDE DO NORTE	304.750	20.113	330.647	57.526	-	319.418	20.294	38.507	172.514	167.806	326	708.257	18	180.818	381	2.321.375
SÃO PAULO ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.894	-	-	-	-	-	45.894
SERGIPE	204.257	24.308	499.927	6.028	-	216.028	306.179	40.613	156.938	-	436	906	-	150.535	162	1.606.317
Total	4.448.466	203.144	8.684.419	313.906	18.503	3.907.786	1.133.593	572.455	3.549.704	5.052.334	7.955	2.165.267	15.029	2.549.597	2.267	32.624.425

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

NOTA: (1) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (2) Exceto Programas Multissetoriais. (3) Financiamentos contratados nas agências desses estados, para empreendimentos localizados em estados da área de atuação do FNE.

Tabela 9.A – FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Porte de Tomadores – Posição: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e mini	Pequeno	Pequeno- médio	Médio	Grande	Total
ALAGOAS	51.652	355.956	138.865	445	207.959	616.271	1.371.148
BAHIA	55.393	1.314.410	734.945	12.283	1.238.461	3.712.630	7.068.122
CEARÁ	34.098	1.297.649	901.045	1.976	1.226.149	2.337.303	5.798.220
ESPÍRITO SANTO	-	59.609	44.242	14	102.500	164.224	370.589
MARANHÃO	18.975	881.566	404.996	6.970	494.848	1.935.348	3.742.703
MINAS GERAIS	17.997	494.222	295.003	2.517	242.771	551.565	1.604.075
PARAÍBA	18.637	365.590	217.307	754	192.747	647.750	1.442.785
PERNAMBUCO	25.498	872.906	416.157	1.062	708.849	2.763.649	4.788.121
PIAUI	23.509	573.992	259.069	14.555	253.881	846.425	1.971.431
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	-	493.644	493.644
RIO GRANDE DO NORTE	48.279	428.957	292.567	1.402	482.869	1.067.301	2.321.375
SÃO PAULO	-	-	-	-	-	45.894	45.894
SERGIPE	4.326	413.327	262.176	1.649	400.743	524.097	1.606.318
Total	298.364	7.058.184	3.966.372	43.627	5.551.777	15.706.101	32.624.425

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 10.A – FNE - Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa
Posição: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Porte	Programas Setoriais									Programas Multissetoriais					
	PRONAF	Programa da Terra	Rural ⁽¹⁾	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial ⁽²⁾	Agrin ⁽²⁾	Proatur	Comércio e Serviços ⁽²⁾	Proinfra ⁽²⁾	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual
Cooperativas/Assoc	196	52.057	196.122	-	13.660	8.386	20.722	-	5.202	-	-	-	-	2.019	-
Mini/Micro	4.447.602	105.358	1.896.468	7.336	-	11.886	1.229	5.701	105.578	-	533	4.822	135	469.285	2.251
Pequeno	667	45.695	1.422.361	6.288	-	80.414	25.122	57.467	221.259	-	1.138	28.352	172	2.077.421	16
Pequeno-Médio	-	-	32.807	1.117	-	1.323	83	3.089	5.187	-	21	-	-	-	-
Médio	-	4	1.353.805	41.106	4.843	928.241	264.857	2	348.75	1.534.24	136.885	464	3	8.468	874
Grande	-	29	3.782.860	258.058	-	2.877.537	821.581	5	157.44	1.678.23	4.915.44	59	1.202.8	6.255	0
Total	4.448.465	203.143	8.684.423	313.905	18.503	3.907.787	1.133.594	572.454	3.549.702	5.052.332	7.955	2.165.266	15.030	2.549.599	2.267

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 11A – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 31.12.2011
VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 12.A – FNE - Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento
Posição: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

Programas	Semiárido			Fora do Semiárido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
AGRIN	327.798	9.745	3,0	805.796	17.041	2,1	1.133.594	26.786	2,4
AGRIN-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUIPESCA	114.947	2.474	2,2	198.959	10.216	5,1	313.906	12.690	4,0
DITEC-PRODESA	104.245	14.309	13,7	952	124	13,0	105.197	14.433	13,7
DITEC-PRODIR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DITEC-PROINTEC	15.566	1.857	11,9	466	37	7,9	16.032	1.894	11,8
FNE INDUS-INUNDAÇÕES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE RURAL-INUNDAÇÕES/2000	-	-	-	8	2	25,0	8	2	25,0
FNE VERDE/SERVICOS	3.092	-	-	300	-	-	3.392	-	-
FNE VERDE-INDUSTRIAL	360.250	306	0,1	576.609	721	0,1	936.859	1.027	0,1
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	730.914	-	-	43.494	-	-	774.408	-	-
FNE VERDE-RURAL	101.665	347	0,3	348.789	529	0,2	450.454	876	0,2
FNE-AQUISIÇÃO DE CTN	506	93	18,4	567	37	6,5	1.073	130	12,1
FNE-COMÉRCIO	418.020	11.687	2,8	1.409.200	33.047	2,3	1.827.220	44.734	2,4
FNE-EI/COMÉRCIO	859	3	0,3	423	3	0,7	1.282	6	0,5
FNE-EI/CULTURA-SERVICOS	7	-	-	-	-	-	7	-	-
FNE-EI/INDUSTRIA	195	2	1,0	72	-	-	267	2	0,7
FNE-EI/SERVICOS	387	1	0,3	313	2	0,6	700	3	0,4
FNE-EI/TURISMO	3	-	-	7	-	-	10	-	-
FNE-ESTIAGEM/98	24.866	3.827	15,4	4.393	621	14,1	29.259	4.448	
FNE-MPE-AGROINDUSTRIA	13.983	82	0,6	16.991	188	1,1	30.974	270	0,9
FNE-MPE-COMÉRCIO	582.597	7.690	1,3	484.919	10.049	2,1	1.067.516	17.739	1,7
FNE-MPE-CULTURA/COMÉRCIO	-	-	-	26	-	-	26	-	-

FNE-MPE-CULTURA/SERVICOS	1.444	21	1,5	883	2	0,2	2.327	23	1,0
FNE-MPE-INDÚSTRIA	190.474	2.560	1,3	177.742	2.339	1,3	368.216	4.899	1,3
FNE-MPE-SERVICOS	408.994	4.227	1,0	542.345	5.553	1,0	951.339	9.780	1,0
FNE-MPE-TURISMO	55.814	319	0,6	73.387	350	0,5	129.201	669	0,5
FNE-OP.EST/98 ADQ.-LEI 11322	3.570	437	12,2	940	97	10,3	4.510	534	11,8
FNE-OP.EST/98 CONV-LEI10464	4.578	819	17,9	658	97	14,7	5.236	916	17,5
FNE-OP.ESTI/98 CONV-LEI10696	9.643	1.005	10,4	1.466	164	11,2	11.109	1.169	10,5
FNE-OP.PRONAF ADQ.-LEI 11322	1.793	242	13,5	1.548	198	12,8	3.341	440	13,2
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10464	91.410	18.327	20,0	16.393	2.982	18,2	107.803	21.309	19,8
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10696	16.229	2.257	13,9	9.871	1.520	15,4	26.100	3.777	14,5
FNE-OUTR.OP.ADQ.-LEI 11322	101.998	11.712	11,5	50.197	4.913	9,8	152.195	16.625	10,9
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10464	38.573	7.057	18,3	5.768	981	17,0	44.341	8.038	18,1
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10696	66.233	7.472	11,3	13.535	1.706	12,6	79.768	9.178	11,5
FNE-SERVIÇOS	324.821	6.331	1,9	1.397.447	21.094	1,5	1.722.268	27.425	1,6
FNE-VERDE/RECUPER.AMBIENTAL	-	-	-	153	-	-	153	-	-
INDUSTRIAL	1.309.789	27.721	2,1	2.551.723	32.729	1,3	3.861.512	60.450	1,6
INOVAÇÃO-COMERCIAL	257	-	-	401	-	-	658	-	-
INOVAÇÃO-INDUSTRIAL	-	-	-	500	-	-	500	-	-
INOVAÇÃO-RURAL	71	-	-	5.766	-	-	5.837	-	-
INOVAÇÃO-SERVIÇOS	-	-	-	959	1	0,1	959	1	0,1
MINERAL-CONC.LICENCIAMENTO	107	-	-	-	-	-	107	-	-
MINERAL-PESQUISA	2.631	1.743	66,2	-	-	-	2.631	1.743	66,2
MINERAL-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OP.FAT PRONAF RECLASSIF-FNE	104	25	24,0	1.200	426	35,5	1.304	451	34,6
OP.FAT/ESTIAG-RECLASSIF-FNE	254	32	12,6	110	14	12,7	364	46	12,6
OP.SECURIT/MIX-RECLASSIF.P/FNE	-	-	-	60	-	-	60	-	-
OUT.OP.C/MIX-RECLASSIF.P/FNE	13.879	1.195	8,6	30.087	1.683	5,6	43.966	2.878	6,5
OUTRAS OP.FAT-RECLASSIF-FNE	14.478	662	4,6	6.187	519	8,4	20.665	1.181	5,7
PROAGRI	39.761	3.913	9,8	85.080	6.041	7,1	124.841	9.954	8,0
PROATUR	52.320	2.616	5,0	520.134	10.439	2,0	572.454	13.055	2,3
PROCAR	201	30	14,9	75	1	1,3	276	31	11,2
PROCOOP	1	-	-	592	48	8,1	593	48	8,1
PROCULTURA-COMÉRCIO	-	-	-	6.284	-	-	6.284	-	-

PROCULTURA-SERVIÇOS	211	-	-	8.535	-	-	8.746	-	-
PRODESA	13.383	1.791	13,4	839	218	26,0	14.222	2.009	14,1
PRODETEC INDUSTRIAL	1.629	182	11,2	189	46	24,3	1.818	228	12,5
PRODETEC RURAL	1	-	-	-	-	-	1	-	-
PRODETEC-COMERCIAL	73	28	38,4	48	4	8,3	121	32	26,4
PRODETEC-INCUBADAS	-	-	-	292	35	12,0	292	35	12,0
PRODETEC-P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-PROINTEC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-PROTEC	-	-	-	51	-	-	51	-	-
PRODETEC-SERVIÇOS	-	-	-	95	-	-	95	-	-
PRODETEC-TRANSFER	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MET.MEC.-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-METAL MECÂNICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MIN.N.METAL.-GIRO ESP.	-	-	-	83	26	31,3	83	26	31,3
PRODIN-MINERAL N.METALICO	120	44	36,7	936	-	-	1.056	44	4,2
PRODIN-QUÍMICO	1.630	367	22,5	641	23	3,6	2.271	390	17,2
PRODIN-QUÍMICO-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFROTA PESQUEIRA	-	-	-	18.503	746	4,0	18.503	746	4,0
PROGER	76.573	15.414	20,1	62.494	12.899	20,6	139.067	28.313	20,4
PROGRAMA DA TERRA	75.622	31.077	41,1	127.522	58.521	45,9	203.144	89.598	44,1
PROINFRA	2.049.752	-	-	3.002.581	-	-	5.052.333	-	-
PROIR-AGRICULTURA IRRIGADA	160.548	19.963	12,4	83.489	6.590	7,9	244.037	26.553	10,9
PROMICRO - FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROMOC	443	259	58,5	12	5	41,7	455	264	58,0
PROMOC-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF (FNE)	18.343	3.549	19,3	13.470	2.471	18,3	31.813	6.020	18,9
PRONAF FLORESTA - FNE	1.640	3	0,2	4.363	3	0,1	6.003	6	0,1
PRONAF GRUPO "A" - FNE	536.511	47.007	8,8	542.708	42.313	7,8	1.079.219	89.320	8,3
PRONAF GRUPO "B" - FNE	703.502	42.310	6,0	424.179	38.255	9,0	1.127.681	80.565	7,1
PRONAF GRUPO "C" - FNE	424.203	55.213	13,0	140.478	21.638	15,4	564.681	76.851	13,6
PRONAF GRUPO "D" - FNE	207.662	28.784	13,9	144.219	23.231	16,1	351.881	52.015	14,8

PRONAF GRUPO "E" - FNE	5.932	460	7,8	4.947	400	8,1	10.879	860	7,9
PRONAF GRUPO A/C - FNE	8.244	3.894	47,2	6.837	2.476	36,2	15.081	6.370	42,2
PRONAF JOVEM - FNE	1.867	119	6,4	916	75	8,2	2.783	194	7,0
PRONAF MULHER - FNE	71.669	6.251	8,7	20.679	-	6,4	92.348	7.568	8,2
PRONAF SEMIÁRIDO - FNE	120.118	5.706	4,8	-	-	-	120.118	5.706	4,8
PRONAF/AGREGAR (FNE)	5	5	100,0	-	-	-	5	5	100,0
PRONAF/ESTIAGEM 2010-FNE	1.814	-	-	-	-	-	1.814	-	-
PRONAF-A/FAT OP.ADQ.P/FNE	1.799	398	22,1	8.761	885	10,1	10.560	1.283	12,1
PRONAF-AGRINF (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	48	3	6,3	-	-	-	48	3	6,3
PRONAF-AGROINDÚSTRIA (FNE)	1.446	97	6,7	531	39	7,3	1.977	136	6,9
PRONAF-COMUM (FNE)	193.655	10.445	5,4	103.956	3.925	3,8	297.611	14.370	4,8
PRONAF-ECO (FNE)	4.012	-	-	508	-	-	4.520	-	-
PRONAF-EMERGENCIAL/2009	1.856	886	47,7	596	493	82,7	2.452	1.379	56,2
PRONAF-GRUPO A/RECUPERAÇÃO/FNE	4.801	229	4,8	4.001	137	3,4	8.802	366	4,2
PRONAF-MAIS ALIMENT/REVITALIZA	1.203	-	-	469	-	-	1.672	-	-
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	396.862	673	0,2	181.109	223	0,1	577.971	896	0,2
PROPAN	-	-	-	112	-	-	112	-	-
PROPEC	589.320	72.683	12,3	229.417	1.861	9,5	818.737	94.544	11,5
PROPEC-ENGORDA ESPECIAL	743	-	-	-	-	-	743	-	-
PRO-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	2	1	50,0	-	-	-	2	1	50,0
PRO-RENDA	6	3	50,0	17	-	-	23	3	13,0
PROTAD-BEBIDA/COMIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-CONFECÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/CALÇADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/PELE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-MADEIRA/MOBIL.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-PRODS.ALIMENT.	120	19	15,8	20	2	10,0	140	21	15,0
PROTAD-PRODS.ALIMENT.G.ESP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-TÊXTIL	12.055	800	6,6	19.081	2.157	11,3	31.136	2.957	9,5
PROTAD-TÊXTIL-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-V.CALC/ART.COURO-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

G.ESPE

PROTAD-VEST.CALC/ART.COURO	86	17	19,8	3.521	645	18,3	3.607	662	18,4
RECOOP	1.157	214	18,5	19.069	865	4,5	20.226	1.079	5,3
REN.DIVID-RES.2471/98-FNE	336.006	12.021	3,6	338.256	5.155	1,5	674.262	17.176	2,5
RES.2471-FAT S/MIX RECLASS-FNE	47.577	886	1,9	11.351	336	3,0	58.928	1.222	2,1
RES.2471-MIX RECLASSIF.P/FNE	38.671	1.197	3,1	3.320	96	2,9	41.991	1.293	3,1
RURAL	1.998.024	75.380	3,8	3.858.587	101.622	2,6	5.856.612	177.007	3,0
RURAL/PRODECER III-COM RISCO	-	-	-	58.114	384	0,7	58.114	384	0,7
RURAL/PRODECER III-SEM RISCO	-	-	-	4.070	26	0,6	4.070	26	0,6
RURAL-CACAU/ART.7-A/LEI 11.775	-	-	-	1.354	-	-	1.354	-	-
RURAL-CACAU/MP 432-LEI 11.775	1.697	-	-	98.628	1	-	100.325	1	-
RURAL-CRED.PGTO.JUROS-RES.2471	1.021	195	19,1	2.452	1	-	3.473	196	5,6
RURAL-INUNDAÇÕES 2004 E 2008	1.359	2	-	9.230	398	4,3	10.589	400	3,8
RURAL-PGT.JUROS/2471-OP.RECLAS	244	20	-	421	25	5,9	665	45	6,8

Total	13.664.592	591.741	4,3	18.959.832	517.082	2,7	32.624.425	1.108.828	3,4
--------------	-------------------	----------------	------------	-------------------	----------------	------------	-------------------	------------------	------------

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 13.A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Exercício 2011

Valores em R\$

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	303.000	3.915	300.226
Chapada do Araripe	398.700	18.023	325.122
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	201.500	12.769	178.038
Xingó	194.500	21.930	206.034
Bico do Papagaio	120.000	4.430	404.270
Seridó	73.000	10.550	85.670
Águas Emendadas	25.000	568	9.012
Total	1.315.700	72.185	1.508.372

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 14.A – FNE- Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício 2011

		Valores em R\$ mil	
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		57.409	684.834
	Chapada das Mangabeiras	1.941	32.628
	Chapada do Araripe	18.023	325.122
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.965	35.380
	Xingó	21.930	206.034
	Seridó	10.550	85.670
Outras Regiões		14.776	823.538
	Chapada das Mangabeiras	1.974	267.598
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.804	142.658
	Bico do Papagaio	4.430	404.270
	Águas Emendadas	568	9.012
Total		72.185	1.508.372

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 15.A – FNE- Contratações por Mesorregiões - Setor Rural – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
FNE RURAL (Exceto PRONAF)	175	202.70	363	16.095	362	103.814	1.054	68.485	415	15.019	230	61.757	33	6.568	2.632	474.443
PRONAF	3.551	13.365	16.883	67.816	3	35.313	20.175	72.540	9.450	26.713	4.033	15.468	519	1.338	66.634	232.553
Total	3.726	216.070	17.246	83.911	12.385	139.127	21.229	141.025	9.865	41.732	4.263	77.225	552	7.906	69.266	706.996

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Agroindustrial – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	1	1.917	-	-	1	146	-	-	-	-	2	2.063
Ind. Peod. Alimentícios	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25
Laticínios	-	-	3	329	3	177	-	-	2	100	1	422	-	-	9	1.028
Moagem e Benef. Beneficiamento de Fibras	1	255	1	120	-	-	-	-	1	933	-	-	-	-	3	1.308
Process. Benef. Mel de Abelha	-	-	1	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19
Proces.Benef.Frutas e Hortalicas	-	-	-	-	2	58	1	14	-	-	-	-	-	-	3	72
Total	1	255	5	468	7	2.177	1	14	4	1.179	1	422	-	-	19	4.515

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 17.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Industrial – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	-	-	1	8	-	-	1	24	-	-	-	-	-	-	2	32
Com.Atacadista	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-
Com.Varejista	-	-	1	8	3	34	-	-	-	-	-	-	-	-	4	42
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	1.817	-	-	2	1.852
Ind. Eletroeletrônica	-	-	5	317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	317
IND. GRÁFICA	-	-	6	459	-	-	4	334	1	40	2	363	-	-	13	1.196
IND. METAL-MECÂNICA	6	181	13	3.712	2	161	6	298	3	164	-	-	-	-	30	4.516
Ind.Calçados	-	-	37	24.886	-	-	1	6.000	6	216	-	-	-	-	44	31.102
Ind.Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	-	-	-	-	1	29
Ind. Mobiliário	1	10	4	215	3	56	-	-	1	19	1	40	-	-	10	340
Ind.Prod.Alimentícios	-	-	24	871	10	759	19	579	28	1.229	1	384	-	-	82	3.822
IND.PROD.LIMPEZA, PERFUMARIA, COSMÉTICOS	-	-	5	298	5	165	-	-	4	197	-	-	-	-	14	660
Ind.Prod.Minerais não Metálicos	-	-	53	18.252	5	2.131	2	3.047	36	5.933	1	3.513	-	-	97	32.876
Ind.Prod.Plástico	-	-	2	278	-	-	-	-	1	13	-	-	-	-	3	291
Ind. Têxtil	-	-	-	-	1	7	31	2.303	19	1.338	-	-	-	-	51	3.648
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	9	295	2	144	12	372	42	2.211	-	-	-	-	65	3.022
Laticínios	-	-	1	21	-	-	2	65	3	403	-	-	1	80	7	569
Moagem e Beneficiamento	1	45	1	8	-	-	2	96	-	-	-	-	-	-	4	149
Reparação e Conservação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
Proces.Benef.Cana de açúcar	-	-	-	-	1	226	-	-	-	-	-	-	-	-	1	226
IND.GELO	-	-	-	-	-	-	1	89	-	-	-	-	-	-	1	89
Ind.Prod.Borracha	3	127	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	190

Ind.Bebidas, Exceto Agroindústria	-	-	3	5.559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5.559	
Ind.Madeira, Exceto Mobiliário	-	-	1	70	1	968	-	-	-	-	-	-	-	2	1.038	
Ind.Couros e Peles	-	-	4	196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	196	
Curtume	-	-	1	562	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	562	
Ind.Transportes	-	-	1	8.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8.696	
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	-	-	6	8.177	-	-	-	-	2	407	-	-	-	8	8.584	
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	-	-	1	1.457	-	-	-	-	1	16	-	-	-	2	1.473	
IND.DE TRANSFORMAÇÃO INFRAESTR.P/ENG, ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES	-	-	2	160	-	-	4	1.785	-	-	5	533	-	11	2.478	
IND. SIDERÚRGICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	244.000	-	1	244.000	
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	-	-	-	-	-	-	1	130	7	1.891	-	-	-	8	2.021	
Total	11	363	182	74.568	33	4.651	86	15.122	157	14.191	12	250.650	1	80	482	359.625

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 18.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Turismo – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Ativs.Aux.Transportes	-	-	3	230	-	-	3	216	1	68	-	-	-	-	7	514
Hospedagem	1	271	6	10.941	7	2.705	9	2.348	8	736	1	10.525	2	378	34	28.004
Imobiliarias e Aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83	-	-	-	-	1	83
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	1	117	-	-	-	-	-	-	1	117
Total	1	371	9	11.171	7	2.705	13	2.681	10	887	1	10.525	2	378	43	28.718

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Infra-estrutura – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Prod. Distr. Eletricidade, Gás e Água	1	70.000	1	60.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130.747
Total	1	70.000	1	60.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130.747

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

* Somente energia elétrica

Tabela 20.A – FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Comercial/Serviços – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	6	483	29	1.219	15	529	11	398	11	351	5	377	-	-	77	3.357
Assessoria, Consultoria e Treinamento	2	226	1	61	6	231	2	65	3	125	2	194	-	-	16	903
Ativs.Aux.Transportes	-	-	4	407	2	189	8	542	3	358	1	79	-	-	18	1575
Com.Atacadista	10	576	31	5.218	9	369	33	4.761	33	5.182	16	915	-	-	132	17.021
Com.Varejista	150	7.351	424	33.183	256	18.698	450	24.245	397	16.364	108	23.610	10	446	1.795	123.897
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	6	13.071	1	132	10	3.077	4	560	1	291	-	-	22	17.131
Educação	1	192	8	790	2	199	6	1844	3	91	2	81	-	-	22	3.197
Entretenimento	-	-	1	25	-	-	5	849	3	118	-	-	-	-	9	992
Fruticultura	-	-	-	-	-	-	1	360	-	-	-	-	-	-	1	360
IND. GRAFICA	-	-	1	30	2	459	-	-	-	-	1	20	-	-	4	509
Ind. Mobiliário	-	-	-	-	2	301	-	-	-	-	1	23	-	-	3	324
Ind.Prod.Alimenticios	-	-	1	16	1	70	3	25	-	-	-	-	-	-	5	111
Ind. Têxtil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	-	-	1	35
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	1	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	70
Laticínios	-	-	1	75	-	-	2	8	-	-	-	-	-	-	3	83
OBRAS DE ACABAMENTO	-	-	1	50	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	2	54
OBRAS DE INSTALAÇÕES	-	-	-	-	-	-	1	43	-	-	-	-	-	-	1	43
Reparação e Conservação	1	52	3	100	5	138	4	126	9	211	-	-	-	-	22	627
Saneamento Básico	-	-	-	-	1	96	-	-	-	-	-	-	-	-	1	96
Saúde, Serv. Médicos/Veterinários	-	-	13	1.215	14	6.175	26	6.818	12	704	4	2.567	1	18	70	17.497

Serv.Aux. Agropecuária,Extrativismo e Silvicultura	-	-	-	-	-	1	173	-	-	1	2.000	-	-	2	2.173	
Serv.Pessoais	1	64	12	1.078	2	38	4	74	8	213	-	-	-	27	1.467	
Transp. Rodoviário	2	1.096	12	1.640	4	609	11	1.746	7	1.577	2	3.358	-	-	38	10.026
Serv.Aux. Construção	-	-	1	900	-	-	4	347	-	-	-	-	-	5	1.247	
Com.Varej. Turístico	-	-	1	42	1	18	-	-	-	-	-	-	-	2	60	
Hospedagem	-	-	1	28	2	99	1	41	-	-	-	-	1	50	5	218
Atv.Associativas	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	1	50	
Serv. Aux. Adm. Empresas	-	-	3	186	3	108	7	608	-	-	-	-	-	13	902	
Aluguel Maq.Eqpto.	-	-	6	3704	3	195	2	362	5	875	-	-	-	16	5.136	
Telecomunicações	-	-	2	155	-	-	-	-	2	157	-	-	-	4	312	
Informática	-	-	1	28	-	-	-	-	2	51	-	-	-	3	79	
Alimentação Preparada	-	-	1	298	-	-	-	-	2	54	-	-	-	3	352	
Adm.Pública, Defesa e Seguridade	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	1	50	
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	312	-	-	1	312
Imobiliárias e Aluguéis	-	-	1	29.411	-	-	-	-	-	-	1	29.888	-	-	2	59.299
IND.DE TRANSFORMAÇÃO	-	-	1	49	-	-	1	75	-	-	2	126	-	-	4	250
Intermediação Financeira	-	-	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	-	1	30	
Serviços Veterinários	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	-	-	-	1	15	
PREPARACAO DO TERRENO	-	-	2	320	-	-	1	134	-	-	1	1.200	-	-	4	1.654
INFRAESTR.P/ENG. ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES	1	3.110	-	-	-	-	-	-	3	470	-	-	-	4	3.580	
Outras atividades relacionadas ao lazer	1	17	5	215	3	460	2	187	2	13	2	344	-	-	15	1.236
Intermediários do Comercio	-	-	3	211	2	98	1	25	1	68	1	29	1	134	9	565
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	-	-	2	372	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	372	
Correios	-	-	-	-	1	166	-	-	-	-	-	-	-	1	166	
Técnicos	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	1	50	

Outros Serviços	-	-	1	90	-	-	1	128	1	70	-	-	-	-	3	288
Total	175	13.167	580	94.257	337	29.3	601	47.191	514	27.682	153	65.449	13	648	2.373	277.7
						77										71

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Tabela 21.A – FNE - Contratações com Clientes que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

UF	Setor	Porte ⁽¹⁾										Total	
		Mini		Micro		Pequeno		Médio		Grande		Qtde.	Valor
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
AL	Agrícola	1.354	5.110	-	-	9	596	1	74	-	-	1.364	5.780
	Comércio	-	-	38	1.700	75	4.782	5	2.111	3	1.508	121	10.101
	Industrial	-	-	1	133	10	5.609	-	-	1	21.416	12	27.158
	Pecuária	2.661	9.601	-	-	10	1.672	1	277	1	617	2673	12.167
	Serviços	-	-	14	2.442	13	2.304	1	110.000	1	364	29	115.110
BA	Agrícola	3.217	21.408	-	-	81	19.528	2	3.814	2	1.146	3302	45.896
	Agroindústria	-	-	-	-	2	188	1	161	-	-	3	349
	Comércio	-	-	202	8.616	373	27.018	15	1.856	1	40	591	37.530
	Industrial	-	-	26	1.253	44	7.752	4	676	2	2.269	76	11.950
	Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	3	267.984	2	612.579	5	880.563
	Pecuária	13.593	50.466	-	-	81	10.173	13	4.722	-	-	13687	65.361
Serviços	-	-	101	5.875	89	24.169	4	18.583	-	-	194	48.627	
CE	Agrícola	3.000	11.583	-	-	21	1.983	-	-	1	326	3022	13.892
	Agroindústria	-	-	-	-	1	3.321	-	-	-	-	1	3.321
	Comércio	-	-	382	14.798	244	24.013	8	3.694	1	3.383	635	45.888
	Industrial	-	-	39	1.654	55	20.148	10	54.445	2	64.583	106	140.830
	Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83.487	1	83.487
	Pecuária	6.896	33.049	-	-	66	4.283	1	26	1	27.862	6964	65.220
	Serviços	-	-	165	13.215	89	27.167	4	68.876	1	2.382	259	111.640
ES	Agrícola	99	2.673	-	-	3	288	3	2.092	-	-	105	5.053
	Comércio	-	-	8	247	19	1.591	-	-	-	-	27	1.838
	Industrial	-	-	3	22	5	7.599	1	1.900	-	-	9	9.521
	Pecuária	22	630	-	-	3	3.317	1	870	-	-	26	4.817
	Serviços	-	-	6	370	6	2.347	1	123	-	-	13	2.840
MA	Agrícola	1.406	6.270	-	-	5	903	2	528	-	-	1413	7.701

	Agroindústria	-	-	-	-	2	2.109	-	-	-	-	2	2.109
	Comércio	-	-	48	2.149	263	19.664	2	1.038	1	3.544	314	26.395
	Industrial	-	-	5	530	20	10.572	-	-	-	-	25	11.102
	Pecuária	6.668	55.653	-	-	84	13.465	5	5.037	1	3.368	6758	77.523
	Serviços	-	-	19	588	40	43.170	3	3.804	1	20.956	63	68.518
MG	Agrícola	1.446	4.943	-	-	19	5.047	9	2.773	4	8.065	1478	20.828
	Agroindústria	-	-	-	-	-	-	1	1.005	-	-	1	1.005
	Comércio	-	-	168	7.405	102	8.992	4	2.652	-	-	274	19.049
	Industrial	-	-	23	1.486	15	4.191	2	6.101	1	56.586	41	68.364
	Pecuária	5.939	24.074	-	-	57	3.842	5	3.189	3	8.346	6004	39.451
	Serviços	-	-	67	3.758	32	6.478	1	527	-	-	100	10.763
PB	Agrícola	955	3.003	-	-	5	253	1	186	-	-	961	3.442
	Comércio	-	-	108	3.679	135	7.682	2	332	1	335	246	12.028
	Industrial	-	-	22	1.225	24	15.263	1	71	1	100.000	48	116.559
	Pecuária	5.513	17.011	-	-	28	1.942	1	48	-	-	5542	19.001
	Serviços	-	-	42	2.314	24	3.848	2	8.168	-	-	68	14.330
PE	Agrícola	2.016	17.169	-	-	14	2.479	4	651	-	-	2034	20.299
	Agroindústria	-	-	1	19	-	-	-	-	1	118.296	2	118.315
	Comércio	-	-	135	5.471	231	13.867	8	3.362	1	200	375	22.900
	Industrial	-	-	24	1.231	53	16.390	1	508	3	306.188	81	324.317
	Pecuária	9.225	40.444	-	-	36	3.881	-	-	-	-	9261	44.325
	Serviços	-	-	93	5.498	83	31.806	3	70.326	-	-	179	107.630
PI	Agrícola	1.009	4.819	-	-	12	2.098	2	3.363	2	4.834	1025	15.114
	Agroindústria	-	-	-	-	2	1.056	-	-	-	-	2	1.056
	Comércio	-	-	49	1.283	168	12.148	4	1.020	1	249	222	14.700
	Industrial	-	-	4	66	31	10.086	2	156	-	-	37	10.308
	Pecuária	7.150	27.029	-	-	34	1.541	2	362	-	-	7186	28.932
	Serviços	-	-	27	1.221	31	21.497	5	8.659	1	90.270	64	121.647
RN	Agrícola	490	3.461	-	-	4	562	-	-	-	-	494	4.023
	Agroindústria	-	-	-	-	3	244	1	151	-	-	4	395
	Comércio	-	-	101	2.482	196	9.361	9	621	1	169	307	12.633
	Industrial	-	-	30	1.255	26	3.451	4	19.297	-	-	60	24.003

	Infra-estrutura	-	-	-	-	-	3	253.157	-	-	3	253.157	
	Pecuária	3.631	14.268	-	-	35	2.508	-	-	-	3666	16.776	
	Serviços	-	-	60	1.868	58	8.107	1	64	-	119	10.039	
SE	Agrícola	340	1.619	-	-	5	329	1	198	-	346	2.146	
	Agroindústria	-	-	1	65	-	-	1	1.536	-	2	1.601	
	Comércio	-	-	80	3.495	92	5.068	4	2.137	-	176	10.700	
	Industrial	-	-	15	586	31	4.636	-	-	2	48	7.677	
	Pecuária	1.909	8.774	-	-	23	1.743	5	1.039	-	1937	11.556	
	Serviços	-	-	44	2.341	40	6.411	3	1.434	-	87	10.186	
Total geral		78.539	363.057	2.151	100.340	3.362	506.538	183	945.784	45	1.545.823	84.280	3.461.542

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação de porte anterior à Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 10.11.2011.

Tabela 22.A – FNE - Contratações de Valor Superior a R\$ 10 milhões – Exercício 2011

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	ALTA RENDA	MACEIO	FNE-COMERCIO	30.000
AL	ALTA RENDA	MACEIO	FNE-SERVICOS	110.000
AL	ALTA RENDA	MACEIO	INDUSTRIAL	15.966
AL	BAIXA RENDA	ANADIA	RURAL	10.848
AL	BAIXA RENDA	CORURIFE	AGRIN	30.000
AL	BAIXA RENDA	CORURIFE	RURAL	16.016
AL	BAIXA RENDA	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	RURAL	18.751
BA	ALTA RENDA	CAMACARI	INDUSTRIAL	30.000
BA	ALTA RENDA	CAMACARI	PROINFRA	30.000
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	FNE-SERVICOS	40.619
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	PROINFRA	612.579
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	PROINFRA-2	47.995
BA	ALTA RENDA	SAO FRANCISCO DO CONDE	FNE-COMERCIO	10.425
BA	DINÂMICA	BARREIRAS	RURAL	43.501
BA	DINÂMICA	BROTAS DE MACAUBAS	FNE VERDE- INFRAESTRUTURA	267.984
BA	DINÂMICA	CORRENTINA	RURAL	62.298
BA	DINÂMICA	SAO DESIDERIO	RURAL	24.590
BA	ESTAGNADA	FEIRA DE SANTANA	FNE-SERVICOS	16.802
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	INDUSTRIAL	123.720
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	RURAL	21.927
CE	ALTA RENDA	CAUCAIA	INDUSTRIAL	25.412
CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	PROINFRA	128.928

CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	PROINFRA-2	17.046
CE	ALTA RENDA	MARACANAU	INDUSTRIAL	167.899
CE	BAIXA RENDA	GRANJA	AQUIPESCA	27.862
CE	BAIXA RENDA	SAO GONCALO DO AMARANTE	PROINFRA	250.000
CE	DINÂMICA	HORIZONTE	INDUSTRIAL	41.427
CE	DINÂMICA	PACAJUS	INDUSTRIAL	82.605
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	FNE-SERVICOS	29.411
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	PROINFRA	60.747
CE	ESTAGNADA	SOBRAL	FNE-SERVICOS	29.998
MA	BAIXA RENDA	ALDEIAS ALTAS	RURAL	10.653
MA	BAIXA RENDA	CODO	RURAL	17.979
MA	BAIXA RENDA	GRAJAU	RURAL	11.159
MA	BAIXA RENDA	SANTA LUZIA DO PARUA	FNE-COMERCIO	11.165
MA	DINÂMICA	BALSAS	RURAL	77.789
MA	DINÂMICA	SAMBAIBA	RURAL	36.626
MA	DINÂMICA	TASSO FRAGOSO	RURAL	53.985
MA	ESTAGNADA	ACAILANDIA	FNE-SERVICOS	29.887
MA	ESTAGNADA	ACAILANDIA	INDUSTRIAL	244.000
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	FNE-COMERCIO	15.024
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	PROATUR	10.525
MA	ESTAGNADA	PACO DO LUMIAR	FNE-COMERCIO	10.988
MA	ESTAGNADA	PORTO FRANCO	AGRIN	17.025
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	FNE-SERVICOS	68.982
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	INDUSTRIAL	101.482
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	PROINFRA	52.198
MG	ESTAGNADA	MONTES CLAROS	INDUSTRIAL	56.586
MG	ESTAGNADA	PIRAPORA	INDUSTRIAL	17.791
PB	ALTA RENDA	JOAO PESSOA	INDUSTRIAL	12.072
PB	ALTA RENDA	JOAO PESSOA	PROATUR	60.753

PB	ALTA RENDA	SANTA RITA	AGRIN	13.000
PB	DINÂMICA	ALHANDRA	FNE-SERVICOS	11.706
PB	DINÂMICA	ALHANDRA	INDUSTRIAL	100.000
PE	ALTA RENDA	JABOATAO DOS GUARARAPES	FNE-SERVICOS	14.102
PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-COMERCIO	35.001
PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-SERVICOS	69.148
PE	ALTA RENDA	RECIFE	PROINFRA	78.319
PE	ALTA RENDA	RECIFE	PROINFRA-2	34.497
PE	ALTA RENDA	SAO LOURENCO DA MATA	PROATUR	250.000
PE	BAIXA RENDA	ESCADA	INDUSTRIAL	16.912
PE	ESTAGNADA	BELO JARDIM	INDUSTRIAL	19.893
PE	ESTAGNADA	BOM CONSELHO	AGRIN	118.296
PE	ESTAGNADA	GRAVATA	PROATUR	25.763
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	INDUSTRIAL	25.438
PE	ESTAGNADA	ITAQUITINGA	FNE-SERVICOS	58.409
PE	ESTAGNADA	PETROLINA	RURAL	24.798
PE	ESTAGNADA	TIMBAUBA	INDUSTRIAL	39.276
PI	DINÂMICA	MONTE ALEGRE DO PIAUI	RURAL	15.537
PI	DINÂMICA	RIBEIRO GONCALVES	PROINFRA	70.000
PI	DINÂMICA	URUCUI	RURAL	14.612
PI	ESTAGNADA	TERESINA	FNE-COMERCIO	120.593
PI	ESTAGNADA	TERESINA	FNE-SERVICOS	90.270
PI	ESTAGNADA	TERESINA	INDUSTRIAL	24.222
			FNE VERDE-	
RN	DINÂMICA	GUAMARE	INFRAESTRUTURA	302.428
RN	DINÂMICA	LAJES	INDUSTRIAL	16.724
RN	ESTAGNADA	BARAUNA	INDUSTRIAL	254.729
RN	ESTAGNADA	MOSSORO	INDUSTRIAL	26.782
SE	DINÂMICA	CAPELA	AGRIN	36.571

SE	DINÂMICA	MURIBECA	AGRIN	27.329
SE	DINÂMICA	NOSSA SENHORA DAS DORES	AGRIN	13.104
TOTAL				5.289.484

Tabela 23.A
FNE - Valores Repassados a Outras Instituições Financeiras (Liberados)
Exercício de 2011

		Valores em R\$ mil
UF	Instituição Financeira	Valor
RN	AGÊNCIA DE FOMENTO DO RN	2.484
SE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A	9.447
BA	DESENBAHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A	13.493
Total		25.424

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 24.A – FNE - Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

UF	CUSTEIO AGRÍCOLA		CUSTEIO PECUÁRIO		COMERCIALIZAÇÃO		CAPITAL DE GIRO		CAP. DE GIRO P/ AQUIS. DE MAT. PRIMA/INSUMOS		TOTAL	
	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor
AL	809	55.028	293	5.089	-	-	1	30.000	356	12.417	1.459	102.534
BA	2.060	611.823	352	12.468	22	17.652	26	1.862	1.667	60.691	4.127	704.496
CE	1.509	27.929	2.052	52.856	3	300	8	948	1.423	42.493	4.995	124.525
ES	175	21.218	30	3.527	3	11.062	2	6.800	101	3.041	311	45.649
MA	1.166	271.878	895	38.218	5	12.779	4	68	1.178	37.475	3.248	360.417
MG	169	43.760	291	10.438	2	1.418	-	-	591	14.703	1.053	70.319
PB	175	10.057	860	7.274	-	-	7	14.236	940	31.056	1.982	62.622
PE	460	51.692	1.069	34.346	1	30	20	5.040	1.742	65.367	3.292	156.475
PI	447	139.956	412	6.296	10	23.174	11	3.811	1.105	32.748	1.985	205.984
RN	380	12.933	881	12.912	-	-	35	1.841	1.220	44.892	2.516	72.578
SE	2.430	65.472	82	1.092	10	4.832	15	8.286	776	25.318	3.313	104.999
Total	9.780	1.311.746	7.217	184.515	56	71.247	129	72.891	11.099	370.200	28.281	2.010.599

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 25A – FNE – Contratações por Tipo de Município – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 26A – FNE – Contratações por Município - Setor Rural – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 27A – FNE – Contratações por Município - Setor Não Rural – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 28A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 29.A – FNE - Setor Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício 2011

Faixa de Valor	Valores em R\$ mil													
	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Aquicultura e Pesca		FNE Verde		Outros Programas Rurais		Total	
	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	118	58	5	2	1	1	-	-	7	3	131	64
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	4.814	4.738	102	84	-	-	-	-	9	7	4.925	4.829
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	878	5.543	362.152	771.020	14.619	83.256	59	498	2	16	1.630	10.601	379.340	870.934
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	5.082	102.803	-	-	15.185	257.091	87	1.537	5	140	4.498	91.754	24.857	453.325
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	9	432	-	-	1.217	72.342	24	1.265	23	1.431	3.516	213.771	4.789	289.241
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	3	526	-	-	306	35.736	26	7.763	13	2.298	2.812	722.722	3.160	769.045
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	9	22.140	1	1.133	366	1.007.025	376	1.030.298
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	158.663	11	158.663
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1	27.862	-	-	10	302.405	11	330.267
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.972	109.304	367.084	775.816	31.434	448.511	207	61.066	44	5.018	12.859	2.506.951	417.600	3.906.666

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 30.A – FNE - Não Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício 2011

Faixa de Valor	Industrial/Agroindustrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Inovação		FNE Verde		Total	
	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor	Nº. Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	263	1.799	-	-	6	43	2.858	19.803	1	2	-	-	3.128	21.647
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	932	21.380	-	-	50	1.218	8.148	180.435	5	118	-	-	9.135	203.151
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	771	46.454	1	45	82	4.783	4.927	281.868	3	208	-	-	5.784	333.358
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	692	180.368	-	-	111	34.136	2.939	663.119	7	1.349	3	2.689	3.752	881.661
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	96	294.137	1	8.544	33	109.290	197	519.849	1	2.194	3	9.596	331	943.610
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	14	204.597	1	17.046	1	10.525	9	126.689	-	-	-	-	25	358.857
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	15	551.288	9	502.684	2	86.516	13	565.840	-	-	7	570.412	46	2.276.740
Acima de R\$ 100.000.000,00	6	942.378	3	862.580	1	250.000	1	110.000	-	-	-	-	11	2.164.958
Total	2.789	2.242.401	15	1.390.899	286	496.511	19.099	2.467.609	17	3.871	13	582.697	22.219	7.183.988

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 31.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco Compartilhado – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	23.101.672	23.363.590	23.833.209	24.174.424	24.340.478	24.723.884
Atraso (B)	525.704	518.605	525.183	522.738	541.301	530.250
Até 180 dias	294.936	286.032	287.662	294.896	314.844	300.267
De 180 a 360 dias	230.291	232.467	236.826	227.648	226.129	229.847
Acima de 360 dias	477	106	695	194	328	136
Total Aplicações (C=A+B)	23.627.376	23.882.195	24.358.392	24.697.162	24.881.779	25.254.134
% (B/C)	2,22	2,17	2,16	2,12	2,18	2,10

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	24.967.277	25.651.184	25.737.567	25.778.281	25.988.268	26.535.141
Atraso (B)	528.689	520.657	542.381	564.710	587.843	567.698
Até 180 dias	303.663	298.048	316.381	328.080	348.174	329.116
De 180 a 360 dias	224.952	222.498	225.913	236.494	239.565	238.183
Acima de 360 dias	74	111	87	136	104	399
Total Aplicações (C=A+B)	25.495.966	26.171.841	26.279.948	26.342.991	26.576.111	27.102.839
% (B/C)	2,07	1,99	2,06	2,14	2,21	2,09

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do FNE – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	5.139.368	5.121.030	5.059.648	5.015.789	4.939.418	4.909.124
Atraso (B)	517.802	509.867	514.819	508.708	500.179	492.422
Até 180 dias	278.127	268.555	273.662	266.827	255.836	217.020
De 180 a 360 dias	239.153	241.193	240.411	241.449	243.113	273.958
Acima de 360 dias	522	119	746	432	1.230	1.444
Total Aplicações (C=A+B)	5.657.170	5.630.897	5.574.467	5.524.497	5.439.597	5.401.546
% (B/C)	9,2	9,1	9,2	9,2	9,2	9,1

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	4.894.458	4.880.553	4.877.825	4.830.686	4.723.029	4.648.351
Atraso (B)	485.945	487.442	474.359	461.965	440.946	444.033
Até 180 dias	229.803	238.696	225.645	219.467	224.647	258.504
De 180 a 360 dias	255.780	248.576	248.362	242.104	216.021	185.162
Acima de 360 dias	362	170	352	394	278	367
Total Aplicações (C=A+B)	5.380.403	5.367.995	5.352.184	5.292.651	5.163.975	5.092.384
% (B/C)	9,0	9,1	8,9	8,7	8,5	8,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 33.A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco do PROCERA – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	122.099	122.060	122.080	121.549	120.735	120.050
Atraso (B)	81.093	81.036	81.000	80.816	80.596	80.574
Até 180 dias	398	393	121	117	89	74
De 180 a 360 dias	7.480	7.472	7.720	7.690	7.629	416
Acima de 360 dias	73.215	73.171	73.159	73.009	72.878	80.084
Total Aplicações (C=A+B)	203.192	203.096	203.080	202.365	201.331	200.624
% (B/C)	39,9	39,9	39,9	39,9	40,0	40,2

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	110.958	111.014	110.804	110.843	110.840	113.546
Atraso (B)	89.574	89.536	89.627	89.629	89.612	89.598
Até 180 dias	7.119	7.121	7.353	7.356	7.346	377
De 180 a 360 dias	396	376	119	117	97	7.044
Acima de 360 dias	82.059	82.039	82.155	82.156	82.169	82.177
Total Aplicações (C=A+B)	200.532	200.550	200.431	200.472	200.452	203.144
% (B/C)	44,7	44,6	44,7	44,7	44,7	44,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34.A – Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do BNB – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	206.492	208.926	209.593	210.583	210.497	213.577
Atraso (B)	6.160	6.297	6.593	6.534	6.731	6.117
Até 180 dias	4.383	4.460	3.696	3.345	3.210	2.540
De 180 a 360 dias	1.777	1.837	2.895	3.189	3.325	3.577
Acima de 360 dias	-	-	2	-	196	-
Total Aplicações (C=A+B)	212.652	215.223	216.186	217.117	217.228	219.694
% (B/C)	2,9	2,9	3,0	3,0	3,1	2,8

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	214.818	200.151	222.157	220.724	221.640	218.559
Atraso (B)	6.101	6.127	5.402	6.769	6.038	7.499
Até 180 dias	2.469	2.617	2.611	4.181	3.696	5.491
De 180 a 360 dias	3.632	3.510	2.791	2.574	2.341	2.008
Acima de 360 dias	-	-	-	14	1	-
Total Aplicações (C=A+B)	220.919	206.278	227.559	227.493	227.678	226.058
% (B/C)	2,8	3,0	2,4	3,0	2,7	3,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 35.A

FNE - Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾

Período: 2003 a 2011

Valores em R\$ mil

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista ⁽²⁾ (A)	Amortização com Op. RECIN ⁽³⁾ (B)	FNE ⁽⁴⁾ (C)	
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
2010	274.659	-	176.438	451.097
2011	146.153	-	151.357	297.510
Total	1.240.593	-	2.240.276	3.183.359

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTAS 1: (1) Inclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. (2) Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. (3) Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. (4) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valores concedidos a título de bônus e dispensas.

Tabela 36.A
FNE - Renegociações ⁽¹⁾ de Operações por Risco – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
Janeiro	5.311	10.789	75	-	16.175
Fevereiro	4.691	17.408	49	-	22.148
Março	2.541	12.104	47	-	14.692
Abril	3.321	10.690	49	1	14.061
Maiο	4.051	10.329	18	-	14.398
Junho	4.856	35.011	439	16	40.322
Julho	1.393	4.089	4	-	5.486
Agosto	1.469	3.630	3	-	5.102
Setembro	1.436	3.165	-	-	4.601
Outubro	1.537	3.561	-	-	5.098
Novembro	1.984	6.064	70	-	8.118
Dezembro	6.073	17.596	-	-	23.669
Total	38.663	134.436	754	17	173.870

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados, inclusive renegociações decorrentes de determinações legais e exclusive bônus e dispensas.

Tabela 37.A

FNE - Cobranças Judiciais⁽¹⁾ Ajuizadas por Risco – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo do Banco	Risco Procera	Total
Janeiro	66.170	40.576	1.348	-	108.094
Fevereiro	64.852	57.016	1.290	13	123.171
Março	101.004	63.110	1.232	967	166.313
Abril	41.112	45.925	870	79	87.986
Maiο	80.738	70.766	2.203	4.568	158.275
Junho	81.804	55.534	1.731	10.482	149.551
Julho	63.644	53.070	1.543	1.105	119.362
Agosto	46.871	41.963	1.537	135	90.506
Setembro	93.614	75.255	2.543	44	171.456
Outubro	43.198	28.299	641	412	72.550
Novembro	35.602	26.057	1.620	478	63.757
Dezembro	27.647	39.398	334	215	67.594
Total	746.256	596.969	16.892	18.498	1.378.615

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

NOTA: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Tabela 38.A – FNE - Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB – Exercício 2011

Valores em R\$ mil

Mês de Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência ⁽¹⁾		Saldo na Data da Devolução ⁽²⁾		Valores Ressarcidos		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes ⁽³⁾	Valor Líquido
Dez/2010	04/01/2011	04/01/2011	27.305	130	13.495	130	13.625	49	13.674
Jan/2011	02/02/2011	02/02/2011	25.855	113	12.890	106	12.996	(35)	12.961
Fev/2011	02/03/2011	02/03/2011	29.650	119	14.769	119	14.888	(21)	14.867
Mar/2011	02/04/2011	02/04/2011	42.448	186	21.521	188	21.709	(126)	21.583
Abr/2011	03/05/2011	03/05/2011	44.170	540	22.296	543	22.839	(80)	22.759
Mai/2011	02/06/2011	02/06/2011	41.911	647	20.829	647	21.476	(85)	21.391
Jun/2010	04/07/2011	04/07/2011	37.027	309	18.482	302	18.791	(60)	18.731
Jul/2010	02/08/2011	02/08/2011	31.068	259	15.824	259	16.084	(66)	16.018
Ago/2010	02/09/2011	02/09/2011	32.463	985	16.516	996	17.514	(44)	17.470
Set/2010	04/10/2011	04/10/2011	33.523	478	17.177	473	17.656	(48)	17.608
Out/2010	03/11/2011	03/11/2011	39.268	657	20.422	655	21.077	26	21.103
Nov/2010	02/12/2011	02/12/2011	43.445	673	21.904	698	22.602	(46)	22.556
Total			428.133	5.096	216.125	5.116	221.257	(536)	220.721

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

NOTAS: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. (2) Considera os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

Tabela 39.A – FNE – Recursos Previstos X Realizados – Exercício de 2011
Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO REALIZADO	
ORIGEM DE RECURSOS (A)	15.790.121	15.716.667
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	3.653.134	3.653.134
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.257.812	5.030.561
Reembolsos Ops. Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	6.879.175	7.032.972
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(5.911.864)	(5.599.416)
Resultado Operacional Monetizado	(1.220.184)	(1.139.020)
Remuneração das Disponibilidades	412.443	445.077
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	243.284	220.575
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	49.292	134.074
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0	22.113
Cobertura Ops PROAGRO/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	0	8.499
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops		
FNE	0	1.909
Taxa de Administração	(994.119)	(993.540)
Del credere BNB	(848.322)	(822.771)
Del credere Instituições Operadoras	(3.793)	(3.781)
Despesa c/Ops. Outras Fontes	(338)	(85)
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(78.300)	(81.975)
Despesa Auditoria Externa	(74)	(73)
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	0	(165)
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	(22.465)
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	(258)	(13)
Bônus Operações Repases BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	0	(12.889)
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0	(33.510)
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	0	(8.529)
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	0	(1.016)
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 - BNB	(161.559)	(16.044)
Aquisições de Ops. pela Lei nº 11.322 - BB	(24.136)	0
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 - BB e DESENBAHIA	(73.264)	0
Outros itens	0	(2.086)
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas em Exercícios Anteriores	(4.432.721)	(4.432.721)
TOTAL DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO (A + B)	9.878.257	10.117.251

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

Tabela 40.A – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Município no Setor de Infraestrutura – Exercício 2011

Valores em R\$ mil			
Município	Estado	Valor	%
BROTAS DE MACAÚBAS	BAHIA	267.984	13,7
CAMAÇARI	BAHIA	30.000	1,5
FORTALEZA	CEARÁ	145.974	7,4
GUAMARE	RIO GRANDE DO NORTE	302.428	15,4
JUAZEIRO DO NORTE	CEARÁ	60.747	3,1
NATAL	RIO GRANDE DO NORTE	45	-
RECIFE	PERNAMBUCO	112.816	5,8
RIBEIRO GONCALVES	PIAUÍ	70.000	3,6
SALVADOR	BAHIA	660.574	33,7
SAO GONCALO DO AMARANTE	CEARÁ	250.000	12,8
SAO LUIS	MARANHÃO	60.743	3,1
Total		1.961.311	100,0

BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

Tabela 41.A
FNE - Ressarcimentos Efetuados pelo BNB ao Fundo Decorrentes de
Perdas em Operações com Risco Compartilhado
Exercício de 2011

Valores em R\$ mil

Mês de Referência	Principal + Encargos das Operações Vencidas e não Pagas ⁽¹⁾	Valores Ressarcidos pelo Banco Operador ⁽²⁾
Janeiro	27.305	13.674
Fevereiro	25.855	12.961
Março	29.650	14.867
Abril	42.448	21.583
Maiο	44.170	22.759
Junho	41.911	21.391
Julho	37.027	18.731
Agosto	31.068	16.018
Setembro	32.463	17.470
Outubro	33.523	17.608
Novembro	39.268	21.103
Dezembro	43.445	22.556
Total	428.133	220.721

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.
 NOTAS: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. (2) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.